



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 82

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 18 de março de 2026

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 3 minutos.

Após a chamada, a sessão iniciou-se com a discussão do [Debate de Urgência sobre “Avaliação Estratégica da Base das Lajes e das suas contrapartidas para a Região” \(CH\)](#). Feita a apresentação pelo Deputado José Pacheco (CH), participaram no debate os Deputados: Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Pedro Pinto (CDS-PP), João Mendonça (PPM), Pedro Neves (PAN), bem como o Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima).

Posteriormente, foram apresentados os seguintes votos:

— [Voto de pesar pelo falecimento de Maria Zuraída de Bettencourt Salema Stattmiller de Saldanha Matos do Nascimento](#). Apresentado pela Deputada Inês Sá (PS). Interveio o Deputado Hugo Parente (PSD). O voto foi aprovado por unanimidade;

— [Voto de pesar pelo falecimento da atriz Natália Marcelino](#). Apresentado pelo Deputado José Leal (PSD). Interveio a Deputada Olivéria Santos (CH). O voto foi aprovado por unanimidade;

— [Voto de pesar pelo falecimento de Natália Carreiro Marcelino](#). Apresentado pela Deputada Marta Matos. O voto foi aprovado por unanimidade;

— [Voto de pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha](#). Apresentado pelo Deputado Paulo Silveira (PSD). O voto foi aprovado por unanimidade;

— [Voto de pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha](#). Apresentado pela Deputada Isabel

Teixeira (PS). Interveio o Deputado Luís Silveira (CDS-PP). O voto foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se uma [Declaração Política](#), por parte do Grupo Parlamentar do PPM. Após a intervenção do Deputado João Mendonça (PPM), intervieram os Deputados: Pedro Pinto (CDS-PP), Nuno Barata (IL), José Pacheco (CH), António Lima (BE), Carlos Silva (PS), Joaquim Machado (PSD), bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

Entrando na Agenda da Região, procedeu-se à continuação do debate sobre o [Projeto de Resolução n.º 53/XIII – “Reforço da segurança nos trilhos pedestres” \(PAN\)](#). Participaram no debate os Deputados: Cristina Calisto (PS), Nuno Barata (IL), Pedro Pinto (CDS-PP), António Lima (BE), Luís Soares (PSD), bem como o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel). Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Continuando, foi a vez de ser submetido a discussão o [Projeto de Resolução n.º 35/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada” \(CH\)](#). Após a sua apresentação feita pela Deputada Olivéria Santos (CH), participaram no debate os Deputados: Ana Jorge (PSD), Berto Messias (PS), Nuno Barata (IL), Luís Silveira (CDS-PP), António Lima (BE), José Pacheco (CH), João Mendonça (PPM), Sabrina Furtado (PSD), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura) e a Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro). No decorrer do debate pediram a palavra para um protesto e contraprotesto os Deputados José Pacheco (CH) e Sabrina Furtado (PD), respetivamente. Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

De seguida, passou-se à apreciação e discussão do [Projeto de Resolução n.º 54/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro” \(CH\)](#). Após a sua apresentação feita pelo Deputado José Paulo Sousa (CH), participaram no debate os Deputados: Patrícia Miranda (PS), Luís Soares (PSD), Luís Silveira (CDS-PP), Sabrina Furtado (PSD), Berto Messias (PS), João Bruto da Costa (PSD), bem como o Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura). Submetido a votação o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 29 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Vamos proceder à chamada. Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**
Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**
Cecília Maria Soares **Estácio**
Flávio da Silva **Soares**
Francisco Manuel Raposo **Gaspar**
Hugo Alexandre Leite de Oliveira **Parente**
João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Manuel Resendes **Leal**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís Miguel Teixeira **Raposo**
Luís Carlos Cota **Soares**
Márcia Fernanda Oliveira **Goulart**
Maria Eugénia Pimentel **Leal**
Nídia Manuela Lopes **Inácio**
Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**
Paulo Duarte **Gomes**
Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**
Paulo José da Cunha **Simões**
Rúben Filipe Rebelo **Cabral**
Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco **Messias**
Carlos Emanuel Rego **Silva**
Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo** **Tavares**

João **Vasco** do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José **Miguel** de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta **Ávila** de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa** **Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido CHEGA (CH)

António **Fernando** Miranda Rodrigues Pereira **Dias**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José **Paulo** Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada, conforme deliberado pela Conferência de Líderes, para o **Debate de Urgência sobre “Avaliação Estratégica da Base das Lajes e das suas contrapartidas para a Região”**. Os tempos para este debate são os seguintes: O Governo, o PSD, o PS e o CH têm 25 minutos, o CDS-PP 12 minutos e as Representações Parlamentares do PPM, do BE da IL e do PAN têm 10 minutos cada. Para dar início ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CHEGA trouxe hoje este debate porque há assuntos que são demasiado importantes para serem ignorados.

E a Base das Lajes é um, entre muitos, desses assuntos.

Estamos a falar de uma infraestrutura que há mais de 80 anos ocupa uma posição central no Atlântico.

Em 1943, no contexto da Segunda Guerra Mundial, forças britânicas instalaram-se na ilha Terceira e pouco depois também os Estados Unidos passaram a operar a partir da Base das Lajes.

Mais tarde, em 1951, Portugal e os Estados Unidos assinaram o acordo de auxílio mútuo para a defesa que estabelece o enquadramento jurídico da presença americana nas Lajes.

Ou seja, estamos a falar de uma infraestrutura que durante décadas foi uma das ligações estratégicas entre a Europa e a América.

E isto demonstra algo muito simples: os Açores nunca foram periféricos, nesta questão, sempre foram centrais no Atlântico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mas há um momento que marcou profundamente a realidade da ilha Terceira.

Refiro-me ao *downsizing* de 2015, quando a presença militar norte-americana foi significativamente reduzida.

Essa decisão teve consequências muito concretas.

A mais evidente foi uma queda entre 10 e 12 % do PIB da ilha Terceira.

Desapareceram empregos, o comércio local definhou. A economia local ainda não recuperou passados mais de 10 anos.

Na altura ouvimos muitas promessas: promessas de compensações, promessas de investimento, promessas de novas oportunidades para a ilha Terceira.

O Partido Socialista até anunciou um Plano de Recuperação para a ilha Terceira — o famoso PREIT (Plano de Revitalização da Ilha Terceira). Afinal não passou de mais

uma mentira.

Mas a pergunta que hoje temos de fazer é simples: onde estão esses resultados?

Porque passaram mais de 10 anos e os terceirenses continuam à espera.

O mundo mudou.

Vivemos hoje um período de grande instabilidade internacional.

A guerra voltou à Europa, as tensões geopolíticas aumentaram e neste novo contexto internacional, o Atlântico — ao contrário do que alguns diziam — voltou a ganhar importância estratégica.

E quando o Atlântico volta a ser central, os Açores voltam a estar no centro do mapa.

Mas há uma pergunta que este debate tem de colocar com clareza: Estratégicos para quem? Estratégicos para os Estados Unidos? Estratégicos para a NATO? Estratégicos para as grandes potências? Muito bem, mas os Açores também têm de ser estratégicos, especialmente, para os açorianos. Porque aquilo que não podemos aceitar é que os Açores sejam estratégicos para o mundo, mas continuem a ser periféricos nas decisões que os afetam, porque se a base, que ajudou a criar essa cooperação estratégica, está nos Açores, é natural que os açorianos esperem benefícios proporcionais.

Há ainda outra dimensão importante: os trabalhadores.

Existem problemas relacionados com a atualização das tabelas salariais dos trabalhadores portugueses ligados à base, que precisam de ser resolvidos com justiça, respeito e muita transparência.

Quem trabalha nas Lajes merece estabilidade e condições dignas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando olhamos para outros países aliados dos Estados Unidos, verificamos uma realidade evidente. Em países como Alemanha, Espanha ou Itália, a presença de bases militares foi acompanhada por investimentos significativos nas regiões onde essas bases se encontram: infraestruturas modernizadas, impacto económico direto e desenvolvimento local ou regional. E, por isso, a pergunta impõe-se: porque é que

Portugal nunca negociou contrapartidas dessa dimensão para os Açores?

O que o CHEGA Açores defende é simples: É necessária clareza sobre o futuro da Base das Lajes, é necessário garantir contrapartidas reais para os Açores e é necessário aproveitar plenamente o potencial logístico da infraestrutura existente.

A Base das Lajes tem pista, tem localização e tem capacidade. Pode ser muito mais do que aquilo que é hoje. Pode ser uma verdadeira plataforma atlântica de logística e desenvolvimento económico. Mas para isso é preciso visão política e muita coragem, porque os Açores já provaram muitas vezes o seu valor estratégico.

Agora é tempo de garantir que esse valor também se traduz em desenvolvimento para os açorianos.

É importante, Sras. e Srs. Deputados, é muito importante que haja aqui uma recuperação económica da ilha Terceira. É importante que se fale de saúde pública quanto à contaminação dos solos que nunca fomos indemnizados por tal situação. É também preciso perceber o que são estas parcerias estratégicas académicas que pouco ou nada vemos, a não ser para alguns amigos dos senhores que lá mandam. É também importante falarmos da Fundação Luso-Americana, que está assediada em Lisboa e que pouco ou nada investe ou investiu nos Açores. A Fundação que agora é mais um armário dourado ou prateleira dourada de políticos na reforma como é o caso de Durão Barroso. É importante perceber por que razão temos uma Fundação criada pela razão de existir uma Base das Lajes que, neste momento, está de costas voltadas para os Açores e que apenas investe em arte e tem dinheirinho no banco. Aquele dinheiro era para investir nos Açores; nunca foi para investir em obras de arte.

Para o futuro é também importante levantar algumas questões.

Se os Estados Unidos — nosso parceiro e nós gostamos deles — têm tanto interesse neste porta-aviões no meio do Atlântico, também é importante perceber por que razão não se criam parcerias no patrulhamento do nosso mar, do nosso espaço aéreo, mais não seja, para controlar as rotas de droga, que temos visto serem constantemente, denunciadas nos canais noticiosos. Por que razão nós não exigimos isso? Por que razão

não exigimos a tecnologia? O que temos recebido da Base das Lajes como contrapartida para Portugal e para os Açores muito pouco, é mera sucata militar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores. Faça favor, Sr. Vice-Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando falamos da Base das Lajes, não estamos simplesmente a discutir uma infraestrutura militar situada no arquipélago dos Açores.

Estamos a discutir geopolítica, estratégia atlântica e soberania nacional.

Estamos a discutir o lugar dos Açores e de Portugal no equilíbrio estratégico do Atlântico Norte.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: Durante décadas, a Base das Lajes foi um dos pilares fundamentais da arquitetura de segurança euro-atlântica e de manutenção da Paz na Europa e no Mundo. Desde a Segunda Guerra Mundial até ao período mais tenso da Guerra Fria, a Base das Lajes desempenhou um papel estratégico incontornável no controlo e na projeção de poder no Atlântico.

A localização dos Açores — no centro das rotas aéreas e marítimas entre a Europa e a América — transformou as Lajes num ponto logístico essencial para operações militares, vigilância marítima, comunicações, transporte estratégico e apoio às forças da NATO.

Há uma realidade geográfica imutável.

Os Açores, ao mesmo tempo a fronteira mais ocidental da Europa, são o centro

nevrálgico do atlântico.

Está o atual enquadramento da Base das Lajes a refletir verdadeiramente o valor estratégico que os Açores aportam à segurança europeia e atlântica? É a pergunta.

Os Açores partilham uma relação secular com os EUA, um passado e presente trilhados não só a partir da nossa diáspora, mas também através de valores e pensamento comuns sobre muitas das grandes questões globais.

A Base das Lajes assumiu e assume particular relevância neste contexto, marcando definitivamente a história dos Açores em geral e da Terceira em particular.

Historicamente, foi fonte de mudanças estruturais, económicas e sociais.

A Base das Lajes foi também a peça fundamental em sucessivas negociações entre Portugal e os EUA, o que comprova o reconhecido interesse que os EUA sempre tiveram nesta infraestrutura, e não somente agora, como alguns afirmam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Apesar disso a cada uma dessas negociações, os Açores perderam contrapartidas justas e devidas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porventura não sentidas pela República Portuguesa, sendo inegável que os sucessivos Governos têm falhado, de forma sistemática, na defesa dos interesses dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Orador: Que fique claro, bem claro, que o *downsizing* da presença norte-americana não significou um *downsizing* da sua importância geoestratégica.

Não obstante, a redução do pessoal não pode reduzir-se apenas a uma decisão operacional.

Teve consequências económicas, sociais e estratégicas profundas para a ilha Terceira e para toda a Região Autónoma dos Açores.

Empresas desapareceram.

Centenas de empregos foram perdidos.

Uma economia regional que durante décadas esteve integrada numa lógica estratégica atlântica viu-se subitamente confrontada com uma transformação abrupta.

E perante esta realidade, Sras. e Srs. Deputados, o Governo da República não podia, nem pode, limitar-se a assistir.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Orador: As alianças sólidas não se constroem sobre o silêncio.

Constroem-se sobre respeito estratégico, reciprocidade e equilíbrio entre parceiros.

Portugal possui um ativo geopolítico que é reconhecido por todas as grandes potências atlânticas: a posição dos Açores no coração do Atlântico.

Hoje, discutimos um debate sobre a Base das Lajes que assenta na ausência de originalidade, e que, acima de tudo, revela falta de senso estratégico e de tempestividade que começa logo pela imprudência de rever o acordo no atual contexto internacional, como se afirma por aí.

Se há quem exija nestas condições uma revisão do acordo, há quem invoque contrapartidas sem que seja necessária a sua renegociação, com o que não discordamos.

Contudo há um exercício de memória que importa fazer!

Já em 2008, e por proposta do CDS-PP, aprovada por unanimidade nesta Casa, a Comissão Eventual — Impacto na Região Autónoma dos Açores do Acordo entre Portugal e os EUA, recomendava, e cito “*Diligenciar no sentido da instalação nos Açores, preferencialmente na Ilha Terceira, uma delegação da Fundação Luso-americana para o Desenvolvimento (FLAD), no sentido de potenciar na Região, a prossecução dos objetivos da Fundação*”.

É facto histórico, afirmo nesta Casa: a FLAD, resultante do acordo bilateral de 1983, existe devido ao acordo da Base das Lajes.

Quem disser o contrário não está a dizer a verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A esta Fundação, Sras. e Srs. Deputados, exigimos, tal como no passado sempre exigimos, que colabore verdadeiramente com os Açores, com o seu

ecossistema de investigação e de inovação.

Sras. e Srs. Deputados:

Ser aliado não significa abdicar dos nossos interesses. Significa construir parcerias duradouras baseadas no respeito estratégico entre nações soberanas.

Portugal é uma nação atlântica com profundidade estratégica, e os Açores são a peça-chave desse posicionamento geopolítico e da relação de amizade com os Estados Unidos.

Por isso, quando discutimos o futuro da Base das Lajes, não estamos apenas a discutir um acordo militar. Estamos também a discutir: o futuro de uma região, a credibilidade de uma parceria internacional e o papel dos Açores e de Portugal no equilíbrio estratégico do Atlântico.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Termino, Sras. e Srs. Deputados, com uma convicção clara: A Base das Lajes deve continuar a servir a segurança internacional, mas deve também servir o desenvolvimento dos Açores e o futuro de Portugal.

Não aceitamos e ninguém aqui aceita, que a Base das Lajes seja vista apenas como uma coordenada estratégica num mapa de defesa global.

Deputado Nuno Barata (IL): Ora aí está.

O Orador: Para o mundo, as Lajes podem ser um porto de abrigo ou uma pista de reabastecimento; mas para nós, as Lajes são chão açoriano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A nossa autonomia não é um conceito abstrato, exerce-se aqui, no coração do Atlântico.

Não pedimos favores, exigimos o respeito devido a quem, durante décadas, foi a sentinela da liberdade no Ocidente.

Que o futuro das Lajes seja escrito com a tinta do progresso para a nossa Região Autónoma e com a garantia de que o bem-estar do nosso povo esteja acima de qualquer conveniência nacional.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tema da Base das Lajes é um tema recorrente que se inscreve na história da nossa geografia. Como já aqui disse, várias vezes, a respeito deste e de outros temas, a nossa importância geoestratégica decorre precisamente da nossa geografia. Estamos no meio de dois grandes polos da humanidade: a velha Europa e o Mundo Novo.

Mas não podemos olhar para esta geografia e para a sua importância estratégica apenas como quem olha para a carteira com mais ou menos uns trocos. Temos de olhar para isto como quem olha para o nosso desenvolvimento socioeconómico e a nossa linha avançada de defesa. Se um dia fomos, ou se calhar ainda somos, a linha avançada da defesa dos Estados Unidos, bom seria que também fôssemos uma linha avançada da Europa.

Até porque o *downsizing* de 2015 foi antecedido por um pequeno *downsizing* da própria Força Aérea Portuguesa, que também deixou de investir na Base Aérea N.º 4, que é uma base portuguesa que cede aos Estados Unidos a sua utilização. Isto foi amplamente debatido, na altura, mas penso que foi pouco debatido em Lisboa, pois quase sempre

Lisboa é que tem decidido sobre os destinos e o destino das contrapartidas da Base das Lajes.

Contrapartidas essas que na prática também não podemos esquecer. Os Estados Unidos ainda em 2024, investiram cerca de 23 milhões de dólares na Base das Lajes. Não é pouco. Os Estados Unidos gastam cerca de 100 milhões de dólares por ano na Base das Lajes. Cinquenta dos quais em salários, em manutenção, em compra de serviços externos, uma série de coisas que obviamente têm reflexo na economia da ilha Terceira e dos Açores, em geral.

A importância geoestratégica da Base das Lajes não pode ser apenas vista como uma conta de deve haver, entre os Estados Unidos, os Açores e Portugal.

O Sr. Vice-Presidente, daquela tribuna, falou na revisão do acordo. Falou assim por alto. O acordo está por rever e está a ser renovado tacitamente, desde 2000.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Desde 1995.

O Orador: Não há renovação do acordo desde 2000. O acordo é de 1995. Portanto, é um acordo que atravessou todos os Governos do Partido Socialista e mais 5 anos de governos do PSD, do CDS-PP e do PPM e, obviamente, tem de ser revisto. E tem de ser revisto porque existem problemas laborais, existem problemas técnicos, existe uma quantidade enorme de problemas que foram elencados naquela tribuna, tanto pelo Sr. Deputado José Pacheco, como pelo Sr. Vice-Presidente do Governo. Agora, dirão alguns que não é a altura de o fazer. Dirão outros, se calhar até eu digo: “Não, é a altura de o fazer.” Porque a importância geoestratégica dos Açores só é reconhecida quando de facto alguém externamente precisa de nós para alguma coisa. E é na altura que alguém precisa de nós para alguma coisa que temos que nos afirmar como sendo realmente importantes. Não é daqui a dias, quando tudo estiver resolvido, tudo está em banho-maria, já não precisam de nós para nada, já não há 400 militares a dormir nos hotéis da ilha Terceira, já não há os restaurantes cheios na época baixa, já não há nada disso que nós vamos dizer que estamos aqui. “Nós somos muito importantes, não se esqueçam.” Não, porque nessa altura não temos importância absolutamente nenhuma,

voltamos a ser geografia e não geostratégica. E esta é a grande questão neste processo. É no momento em que os atores externos olham para a nossa geografia como geostratégica, que nós temos de afirmar esta importância e garantir que no futuro mais próximo, se continuam a fazer investimentos nestas áreas, sejam elas na Base das Lajes, sejam elas com a Força Aérea, com os foguetões em Santa Maria, seja onde for. É no momento em que nos procuram que nós temos que saber exigir a importância da nossa posição geográfica.

Não vale a pena agora dizer: “Não, porque ele é maluco e, portanto, não vamos negociar com ele.”, “Não, agora não é hora, estamos em guerra.” Se em 1943, 1944 e 1945 tivessem pensado assim, provavelmente tínhamos sido ocupados e não tínhamos nada, não tinha havido contrapartidas, não havia aeroporto de Santa Maria, provavelmente a Base das Lajes hoje seria um retângulo com a bandeira dos Estados Unidos hasteada e não teríamos sequer metade daquilo que tivemos de contrapartidas, ao longo dos anos.

Portanto, é hora, Sr. Vice-Presidente, da Região Autónoma dos Açores bater o pé, se sentar à mesa com Lisboa e, de uma vez por todas, para não acontecer como aconteceu com o Subsídio Social de Mobilidade, depois virem *chorar sobre o leite derramado*.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima, do Bloco de Esquerda.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate que hoje se realiza sobre a Base das Lajes e as contrapartidas devidas à Região surge porque, mais uma vez, a Base das Lajes está a ser usada para a guerra — uma guerra que não é nossa.

Iniciada por dois países — os Estados Unidos e Israel — sem mandato das Nações Unidas. Sem sequer consulta aos seus “aliados”.

O ataque dos EUA e de Israel ao Irão constitui uma violação claríssima do direito internacional. É por isso uma guerra ilegal.

Tal como o foi a invasão da Ucrânia pela Rússia — que o Bloco de Esquerda condenou desde a primeira hora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Está desculpado!

O Orador: O direito internacional ou vale para todos, ou então não vale para ninguém e voltamos à lei do mais forte.

Vale na Ucrânia como vale no Irão. Vale na Gronelândia como vale na Venezuela.

Não podemos invocar a lei para condenar Moscovo e, depois, guardá-la na gaveta quando Washington ostensivamente a viola.

Rússia e EUA são, objetivamente, aliados no objetivo da destruição do direito internacional, do multilateralismo e do respeito pela soberania dos Estados.

O antigo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, foi lapidar ao expor o paradoxo em que a UE e Portugal se encontram: “Trump é um ativo russo”, disse Marcelo Rebelo de Sousa. E, se Trump é um ativo de Putin, e se Putin é inimigo, o que é que isso faz de Trump? Como é que o classificamos? Esta é a pergunta que muitos evitam responder, ou sequer pensar e é central para definirmos a nossa posição perante a política internacional atual e o ataque ao direito internacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sim, o Irão é uma teocracia abominável que oprime o seu povo e condenamo-la sem hesitação.

Mas bombas sobre Teerão não implantam a democracia, não defendem os direitos humanos. Espalham morte e destruição. Mataram mais de 160 raparigas numa escola. É assim a guerra.

Deputado José Pacheco (CH): E Israel?

O Orador: A crise inflacionista desencadeada pela invasão russa da Ucrânia deu-nos uma amostra do que se segue: combustíveis a subir em flecha, seguidos dos juros, dos bens alimentares, das prestações da casa, dos preços da eletricidade. Espera-nos o

empobrecimento generalizado.

Desta guerra só nascerá o caos e a crise de consequências imprevisíveis.

E não contente, a administração Trump queria arrastar toda a Europa e outros países para a guerra, ao solicitar que fossem esses a garantir a segurança na armadilha mortal do estreito de Ormuz.

Tanta arrogância e irresponsabilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Defender esta guerra, por atos ou omissões, é estar contra os interesses das pessoas. Apoiar esta agressão é aceitar que a vida de milhões piore, incluindo vida de quem aqui vive.

Portugal não devia por isso ter permitido — tal como fez Espanha — que a Base das Lajes tivesse qualquer envolvimento nesta guerra.

A teoria da “autorização defensiva” apresentada pelo Governo da República é uma encenação sem qualquer credibilidade.

Portugal manteve uma cumplicidade insustentável com os EUA que contribui assim para a demolição da ordem internacional, da Carta das Nações Unidas e do multilateralismo.

Contribui para a crise económica e social que se avizinha.

Há quem concorde com a utilização do nosso território para esta guerra e queira disso tirar agora contrapartidas.

Essa posição, além reforçar politicamente a destruição do direito internacional, apoia o empobrecimento generalizado dos açorianos.

Defender a renegociação do acordo bilateral para tirar contrapartidas do uso da Base das Lajes no seguimento desta guerra não defende os interesses dos Açores.

Se não vejamos:

- A descontaminação continua por fazer;
- Persistem salários abaixo do mínimo, na Base das Lajes;

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso não é verdade.

O Orador: Durante o *shutdown* nos EUA, os salários na Base das Lajes são suspensos, como se os trabalhadores portugueses fossem funcionários federais.

Cilindrando as preocupações com a relação com Portugal e os Açores, a administração dos Estados Unidos ignora a lei portuguesa, desrespeita os direitos dos trabalhadores e coloca em risco a saúde ambiental da ilha Terceira.

A mesma administração que ameaçou tomar o Groenlândia à força e sugeriu anexar o Canadá não cederá um milímetro, pelo contrário.

Uma renegociação serviria os EUA — não os Açores. Querer uma renegociação agora é antipatriota. A contrapartida que é certa é a crise. É a fatura da gasolina e do gás, é a fatura do supermercado, é a fatura da prestação do banco, é a fatura que as famílias e a nossa economia vão pagar. Essa é a contrapartida certa pela utilização da base das Lajes neste conflito.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há muito que defendemos que Portugal devia e deve preparar as condições para a saída dos EUA das Lajes. A história deu-nos razão, porque manter uma força militar estrangeira no nosso território é um erro.

Deputado José Pacheco (CH): Qual é a razão?

O Orador: Hoje, essa potência trata a União Europeia, de que somos parte, como adversário, ameaçando-a diariamente. Portugal e a União Europeia têm de ter a coragem de se autonomizar face aos EUA.

Os Açores não podem ser base de aventuras imperialistas. Portugal não pode ser plataforma de agressões ilegais. A Base das Lajes deve sim ser potenciada no plano civil, mas é certo que o papel dos Açores nas políticas de defesa é inquestionável, é geografia. Mas sempre, sempre, no respeito dos interesses dos açorianos, do direito internacional, do ambiente das nossas ilhas e da cooperação pacífica entre povos.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é com gosto que informo, que

acompanham os nossos trabalhos nas galerias, dois alunos das atividades pedagógicas do Programa Ocupacional da Escola Secundária Manuel de Arriaga, acompanhados pelo Sr. Professor Leandro Escobar e pela Sra. Carla Amaral. Queria agradecer a vossa visita e saudar-vos, em nome desta Assembleia.

Aplausos da Câmara.

Sras. e Srs. Deputados, agradeço as vossas inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Pedro Pinto, do CDS-PP, faça favor, tem a palavra.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Base das Lajes não é apenas uma infraestrutura militar. É, antes de mais, parte da história, da identidade e da vivência de muitas gerações de açorianos e de terceirenses. Após a instalação dos Americanos na Base das Lajes, depois da 2.^a Guerra Mundial, muitos Açorianos rumaram à ilha Terceira em busca de emprego na Base.

Ao longo de décadas, a presença americana na ilha Terceira construiu uma relação de proximidade genuína entre dois povos, feita de convivência diária, de amizade e de respeito mútuo.

Não foi apenas uma cooperação estratégica entre Estados. Foi essa convivência que deixou marcas profundas na nossa cultura e até na nossa linguagem.

Quem é da Terceira sabe bem disso. Palavras e expressões que usamos no dia-a-dia nasceram dessa partilha: falamos da *gama*, dos *alvarozes*, da *friza*, das *sleepas*, do *mapa*, da *pana*, expressões que mostram como duas comunidades aprenderam a viver lado a lado.

Muitos recordam-se do BX, um espaço mítico, onde se encontravam os famosos Ray-

Ban, as Levi's, o Ice Cream, o Peru para o Natal ou tantos outros produtos que, durante décadas, simbolizaram abertura ao mundo e trouxeram dinamismo económico à ilha Terceira e aos Açores.

Importa recordar que foi na ilha Terceira que surgiu a primeira experiência de televisão em território português, trazida pela presença americana na Base das Lajes, demonstrando bem como esta convivência foi também uma porta de entrada para a modernidade nos Açores.

Tudo isto demonstra algo muito claro: existe uma ligação inequívoca entre açorianos e americanos. Construída ao longo do tempo, baseada na confiança, na convivência pacífica e em valores partilhados.

Aliás, foi precisamente essa história de proximidade que tornou possível momentos marcantes da nossa relação comum.

Recordamos, a título de exemplo, o *Azorean Refugee Act* que, entre 1958 e 1960, permitiu a muitos açorianos encontrarem uma nova vida nos Estados Unidos, nomeadamente faialenses.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

O Orador: Quem de nós não tem familiares e amigos nos Estados Unidos?

E é precisamente por reconhecermos a importância histórica, social e económica desta relação que devemos também olhar com responsabilidade para o presente e para o futuro.

Se existe um acordo de cooperação e defesa entre os EUA e Portugal à geografia se deve e às Lajes se deve.

O atual acordo relativo à Base das Lajes prevê a existência de uma Comissão Bilateral entre Portugal e os Estados Unidos. E é aqui importa dizer, com clareza: quando estão em causa os Açores, os Açores devem ter uma voz forte e preponderante.

A própria Constituição da República Portuguesa, no artigo 227.º, n.º 1, alínea t), consagra a participação das regiões autónomas nas negociações e acordos internacionais que lhes digam respeito.

Por isso mesmo, seria apenas natural, e constitucionalmente coerente, que a Região Autónoma dos Açores tivesse um papel mais preponderante nesta comissão bilateral. Hoje, ao contrário do que já aconteceu no passado, a Região está representada ao mais alto nível pelo Vice-Presidente do Governo dos Açores. Não por capricho institucional, mas porque se queremos ser valorizados também temos que valorizar os nossos interlocutores ao mais alto nível. Aliás, essa importância ficou bem evidente quando enfrentámos as consequências do *downsizing* da Base das Lajes em 2015. Durante anos, problemas que afetavam diretamente a ilha Terceira ficaram sem resposta adequada. por parte da República Portuguesa. Um exemplo claro foram as casas dos bairros dos americanos, que ficaram ao abandono anos a fio.

Enquanto o Governo socialista da República deixou essa situação arrastar-se, foi o nosso Governo de coligação na Região que encontrou soluções e deu resposta a um problema concreto que afetava a nossa comunidade.

Outro exemplo, há meses, quando o Governo Americano entrou em *shutdown*, mais uma vez foi o nosso Governo Regional, através do Sr. Vice-Presidente, que solucionou a suspensão temporária do pagamento dos salários dos trabalhadores portugueses ao serviço do destacamento militar norte americano.

Fica demonstrado de forma simples que quando os Açores têm voz ativa e capacidade de decisão, os problemas resolvem-se.

Quando se discute o futuro dos Açores, os Açores não podem ser apenas objeto de decisão. Devem ser protagonistas dessa decisão.

Obrigado.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado João Mendonça, do PPM.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate de hoje tem a utilidade de separar a propaganda dos factos. E os factos, neste momento, são cristalinos: a Base das Lajes voltou a mostrar, perante o mundo, a sua utilidade estratégica.

No atual conflito com o Irão, a infraestrutura açoriana foi novamente usada pelos Estados Unidos como ponto logístico e de reabastecimento no Atlântico, ao mesmo tempo que Espanha recusou a utilização das suas bases para esse fim. Portugal, ao contrário, assumiu a responsabilidade de um aliado credível. Isto basta para desmontar, por si só, a tese simplista de que a Base das Lajes estaria condenada à irrelevância ou ao abandono.

Mas convém dizer que a importância da Base das Lajes não nasce de uma guerra, nem acaba com uma guerra. Ela resulta da geografia, da posição dos Açores no centro do Atlântico, da capacidade de projeção aérea, da vigilância marítima, das missões de busca e salvamento e da ligação entre a América do Norte, a Europa, a África e o Médio Oriente.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A geografia não mudou. Foi isso que a conjuntura internacional voltou a provar.

Por isso, há um primeiro mérito político que deve ser reconhecido ao Governo Regional dos Açores e, em particular, ao Vice-Presidente Artur Lima. Nunca embarcou na resignação. Em 2021, Artur Lima afirmou de forma clara que quem precisa dos Açores e da Base das Lajes são os americanos e que a Região tem de ter ganhos com essa utilização.

Em janeiro de 2026, na 52.^a Comissão Bilateral Permanente, voltou a colocar os Açores no centro da discussão, não apenas quanto à relevância militar da Base, mas também quanto às matérias laborais, à cooperação científica, ao mar, ao espaço e à nova

centralidade digital dos Açores. Isto não é passividade. Isto é estratégia.

E essa estratégia assenta numa verdade histórica profunda. A relação entre os Açores e os Estados Unidos não começou ontem. O consulado norte-americano foi formalmente estabelecido em 1795 e é apresentado como o mais antigo posto consular norte-americano do género em funcionamento contínuo.

Os laços humanos são igualmente impressionantes. Estima-se que mais de 1,3 milhões de pessoas com ascendência portuguesa nos EUA, a maioria açoriana. Portanto, quando falamos da Base das Lajes, não falamos apenas de metal, pista e combustível. Falamos de uma relação histórica, cultural, política e humana que nenhum discurso ideológico consegue apagar.

É precisamente por isso que os Açores têm de entrar numa futura negociação não como figurantes, mas como parte interessada e indispensável. E aqui importa dizer com frontalidade que o enquadramento negocial herdado do passado não produziu para a Região o nível de contrapartidas diretas que seria justo exigir a uma infraestrutura desta relevância.

Basta lembrar que, no início da autonomia, as receitas ligadas ao acordo da Base constituíam uma rubrica própria e muito significativa do financiamento regional. Não se trata de saudosismo. Trata-se de aprender com a história.

Agora bem. Negociar, sim; negociar já, não. Não se renegocia um quadro desta natureza no auge de uma crise internacional, com o Atlântico sob tensão e com a Base a comprovar, dia após dia, o seu valor operacional. Quem negocia no meio do ruído arrisca negociar mal.

O que os Açores devem fazer é preparar, com inteligência e firmeza, a próxima fase:

...

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

O Orador: ... levantar dossiês, definir prioridades, construir posição comum com a República e exigir, no momento oportuno, contrapartidas diretas, estáveis e

verificáveis para a Região. Isso inclui defesa dos trabalhadores, apoio à economia da Terceira, investimento na atual aerogare civil, reforço de infraestruturas, qualificação profissional, ciência e tecnologia, cabos submarinos, espaço, proteção ambiental e total exigência na descontaminação de solos e aquíferos, problema identificado pelos próprios norte-americanos em 2005 e confirmado depois pelo LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil).

Sras. e Srs. Deputados:

O que está em causa não é escolher entre submissão e hostilidade. O que está em causa é saber defender os Açores com maturidade política. Ser aliado não é ser ingénuo. Ser firme não é ser irresponsável. O Governo Regional, e o Vice-Presidente Artur Lima em particular, perceberam isso antes de muitos outros. Os Açores valem pela sua posição, pela sua história e pela sua confiança. E essa confiança tem de ser convertida, quando chegar o tempo certo, em benefício concreto para os açorianos.

A Base das Lajes não é um resíduo do século XX. É um ativo estratégico do século XXI. Quando houver negociação, os Açores têm de estar à mesa. E têm de estar à mesa não para pedir licença, mas para exigir respeito, compensação e visão estratégica.

É essa a posição certa. É essa a posição responsável. E é essa, hoje, a posição que melhor serve os Açores.

Disse.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra pelo CHEGA, o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Já agora, sobre um aparte que se fez aqui, se eu não deixava... As pessoas têm todas as oportunidades de se inscrever. Fazem aqui uma tática de compasso de espera, inscrevo-me quando quero, falo quando quero, desde que assim me deem oportunidade, democraticamente. Como os outros. Agora ficar aqui a fazer compasso de espera para ver o que é que se diz...

Este debate, Sr. Vice-Presidente, e gostei da sua intervenção, no fundo, é fazer a revisão do acordo. No fundo, é começarmos. No fundo, é trazer à tona esta questão. Porque eu recordo-me, nesses últimos anos, sempre que ia à ilha Terceira e que se falava neste tema, o que me era dito era: “Eh pá, não se mexe porque eles já não têm interesse nos Açores.” E eu sempre achei que isso era errado. Era o que me diziam na rua, era o senso comum, era o que as pessoas diziam nos cafés, era o que se dizia. E que estava em causa uma série de postos de trabalho. Na altura, apresentei um plano, uma ideia, que cheguei a partilhar aqui com o Sr. Secretário das Finanças, de também se aproveitar aquele território, no sentido de ser uma plataforma comercial, mas que nós mandássemos, não é entregar a outros e não mandarmos. Ninguém percebeu ou fingiram que não perceberam. A verdade é que hoje, novamente, a Base das Lajes ganhou importância. A importância que sempre achámos que tinha. E assim sendo, e o senhor num aparte disse e disse muito bem, desde 1995 que o acordo precisa de ser revisto. Não estou a pedir, nem o CHEGA, que este acordo seja amanhã revisto. Até porque há uma condição essencial. Estamos a pedir que se comece este processo e a condição essencial, o senhor já o disse, e ouvi com muita atenção o debate na RTP Açores e gostei. Percebi algumas coisas que desconhecia, percebi o seu papel e percebi as suas dores. Isso também é importante reconhecer, sem palas, sem nada. Devemos divergir no que tivermos de divergir e nos unir fortemente no que tivermos de nos unir. E percebi que os Açores não têm qualquer peso político. Absolutamente nenhum.

Deputado João Vasco Costa (PS): Consigo é que vai ter.

O Orador: Quando o senhor disse — se não me falha a memória — que de Portugal vão 12 e o senhor, por especial favor, pode levar o adjunto, está tudo explicado. A culpa não é sua, não o estou a culpar. Estou a dizer é que os centralistas de Lisboa mandam em tudo, também querem mandar na autonomia.

E nós temos percebido isso com o Subsídio de Mobilidade e com a gestão partilhada... Todos os centralistas, até do meu partido. Eu não estou aqui a esconder o jogo. Eu não me calo. Há uns que amocham, eu não o faço.

Agora, ouvir o que acabei de ouvir aqui, que nós temos que nos preparar para dizer aos americanos que *peguem a direito*, acho que é um absurdo.

Querem o quê? Os chineses? Querem a potência militar dos chineses na Base das Lajes? É isso? Mas é que se revejam, que digam isto claramente. Não digam em meias palavras. Querem os comunistas dentro dos Açores? Olhem que do Parlamento já corremos com eles. Na Base das Lajes não vamos pôr.

Agora ainda falta um que vamos ter de correr.

Risos de alguns Deputados do PSD.

Bom, é esse grau de disparates, ditos por 13 mais um, que dão as asneiras que dão. Não quero saber se sou o Trump, que eu até gosto pouco dele, do boneco. Eu gosto da política, não gosto de bonecos. Não é o Sr. Trump, nem o Johnny, ou o Lili, quem for a seguir. Não é isso que está em causa. Estamos a falar de conversações com uma nação soberana, nossa aliada e disse muito bem o Sr. Deputado João Mendonça, ou quem o disse ...

Risos de alguns Deputados do PS.

... desde 1700 e tal, que temos aqui um consulado.

Também não é verdade que andamos a receber compensações. As compensações que nós recebemos naquela altura, hoje chama-se: Lei de Finanças Regional.

E com a desculpa: “Tem lá a Base das Lajes, a gente tem de mandar fazer um *candilho*.” Isso é verdade, nós temos de dizer as coisas como elas são, não como nós achamos que elas são.

Quanto às guerras e companhias... já agora este parêntesis, que não é do âmbito do debate, lembro-me da guerra de Ucrânia, que a garrafa de óleo que estava no armazém do supermercado triplicou de um dia para o outro. Ela estava no armazém, mas devido à guerra triplicou. Nós trouxemos na altura, um diploma que foi mal compreendido. Poder limitar os bens essenciais nas percentagens de comercialização. Ninguém quis compreender. Um dia hão de nos dar razão, mas não tem problema nenhum, sou paciente e sei esperar.

Quanto à questão das oportunidades, o tempo tem de ser este. Se não for este, amanhã somos mais um pionés. Amanhã eles dizem: “Eh pá, isto agora com a inteligência artificial, vão para a rua mais de 100 trabalhadores porque já não precisamos deles todos.” Podem despedir os trabalhadores todos. Vão ter é que os indemnizar. Isto nunca aconteceu. E pergunto ao Partido Socialista, onde é que está o PREIT? Onde raio está isso? Está numa gaveta. Já o tive à minha frente, já o li. Onde é que estão a implementação disto? O que é que fizeram? Ou os senhores não tinham poder para fazer como era de costume e andaram a prometer à eleitoralista aquilo que sabiam que jamais iriam fazer?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Pelo PAN tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agradecemos ao CHEGA por trazer este debate sobre a avaliação estratégica da Base das Lajes mas também, obviamente, temos de falar sobre o *elefante na sala*.

O uso da Base das Lajes pelos Estados Unidos como ponto de apoio logístico para a ofensiva contra o Irão suscita interrogações sérias, que não podem ser ignoradas nem minimizadas. Não está em causa qualquer preconceito antiamericano, nem tão-pouco complacência com o regime iraniano, cujo carácter repressivo merece clara condenação.

O que está verdadeiramente em causa é o respeito pela legalidade, pela soberania e pela responsabilidade política no seio de uma aliança que deveria assentar na confiança recíproca e no cumprimento das regras.

O enquadramento que regula a presença militar norte-americana na Terceira não deixa margem para ambiguidades: operações lançadas a partir daquela infraestrutura só devem ocorrer no âmbito de missões legitimadas pela NATO ou, em alternativa, após informação prévia aos parceiros. Nenhuma dessas condições foi cumprida. A atual ação militar conduzida por Israel e pelos Estados Unidos não teve mandato da NATO, muito menos das Nações Unidas, e os aliados foram colocados perante uma decisão já consumada. Isto representa uma clara violação do acordo, tanto no seu conteúdo como no seu espírito. A União Europeia já disse que esta não era uma guerra nossa. Não somos nós também Europa?

Neste contexto, a atitude do Governo Regional merece crítica. Ainda que não detenha competência direta em matéria de política externa, isso não o impede de se pronunciar nem de defender os interesses da Região.

O problema é que tem optado por uma postura de complacência e silêncio, como se a prioridade fosse não desagradar a Washington, em vez de afirmar a autonomia açoriana e o respeito pelo direito internacional. A influência política nem sempre se exerce por via formal, mas ela existe — e renunciar a ela é, também, uma escolha política.

Ao mesmo tempo, Luís Montenegro procura sustentar que o abastecimento das

aeronaves norte-americanas não visa apoiar o conflito, numa tentativa de desvalorização difícil de levar a sério. Desde o início da ofensiva, tornou-se visível o aumento da atividade na Base das Lajes, a par do reforço das medidas de segurança nos aeroportos, decidido pelo Gabinete Coordenador de Segurança em função da avaliação do risco e da ameaça. Se não houvesse motivo de preocupação, esse reforço não teria sido necessário.

Portugal não deve associar-se, direta nem indiretamente, a uma guerra cuja conformidade com o direito internacional é profundamente questionável, e que decorre da vontade de uma liderança norte-americana cuja lucidez tem sido motivo de debate público.

Contestarmos esta operação militar não significa, de maneira alguma, defender o regime iraniano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não, não...

O Orador: Significa, isso sim, rejeitar a lógica redutora... obrigado pelo aparte.

Segundo a qual qualquer oposição ao inimigo justifica automaticamente alianças cegas, e afirmar que uma parceria internacional não pode transformar-se numa autorização sem limites para intervenções unilaterais.

Os Açores, pela sua localização estratégica, não podem ser encarados como plataforma de ataque ao serviço de decisões tomadas longe da Região e sem escrutínio democrático. A Autonomia não pode ser simbólica. A soberania do país não está à venda. E o direito internacional não pode ser tratado como mera sugestão.

Portugal, no seu todo, tem a obrigação de exigir o cumprimento dos compromissos assumidos e de rejeitar qualquer envolvimento numa escalada militar que não foi validada por nenhuma instância internacional legítima.

Num tempo marcado por crescente instabilidade, ficar calado é grave. Mas ainda mais grave é aceitar, sem questionar, aquilo que não devia ser aceite.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscreveram.

Pausa.

Podemos avançar para o encerramento do debate.

Pausa.

Pergunto se alguém quer usar da palavra, antes do encerramento do debate.

Pausa.

Dou a palavra então ao Sr. Deputado José Pacheco para promover o encerramento do debate.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu quero usar da palavra.

O Orador: Não, não. Vou encerrar o debate, Sr. Presidente. Isto já começa a ser ridículo.

Presidente: Sr. Deputado, estive aqui, seguramente, 1 minuto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Estava distraído.

Presidente: Ah, estava distraído.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Eu vou encerrar o debate. Já nem me sento. Ninguém está distraído. Estão todos a olhar para o senhor, todos a olhar para mim.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, quer participar no debate?

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Não senhor, quero encerrar o debate.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro para participar do debate.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Então vou-me retirar da sala porque isto é um

desrespeito para com este Parlamento.

Presidente: Eu acredito que seja, Sr. Deputado, mas também temos que dar oportunidade ao debate que o senhor promoveu.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** A oportunidade foi dada. O senhor disse que esteve 30 segundos a perguntar. Isto é uma falta de respeito. Se há aqui deputados que valem mais que o Deputado do CHEGA eu não sei, mas para mim não valem.

Deputado Nuno Barata (IL): O Sr. Deputado José Pacheco avisou na sua segunda intervenção.

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, vou-lhe dar a palavra para o encerramento do debate, faça favor. Peço desculpa, tem a palavra para o encerramento do debate.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente Srs. e Srs. Membros do Governo:

Já não é a primeira vez, mas espero que seja a última. As pessoas têm de perceber as regras da Casa, como a mim me obrigam, até na linguagem. Por isso, aqui somos todos iguais. Estou legitimamente eleito e exijo o mesmo respeito que tenho para com os meus colegas. Este tipo de incidente já me começa a irritar. Estamos em direto e as pessoas estão a ver isso em casa.

Aparte impercetível do Deputado João Vasco Costa (PS)

E não me interrompa, se faz favor.

Deputado João Vasco Costa (PS): Interrompo as vezes que eu quiser.

O Orador: Sr. Presidente nós trouxemos aqui um assunto fundamental para os Açores. Para que as pessoas em casa percebam seria uma analogia facílisma de fazer. Temos uma casa que arrendamos. O problema é que não só arrendamos esta casa, como quase a passamos para o nome do rendeiro. Isto não pode ser. Nós temos de estabelecer regras: exigir à República que a autonomia seja respeitada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A autonomia não existe meramente no papel e para fazermos um floreado que é o que eu tenho visto. A autonomia existe para nós também termos voz ativa ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... e, se necessária, grossa nos assuntos que dizem respeito ao arquipélago dos Açores e ao bom povo açoriano. E a Base das Lajes é um caso deste. Eu não posso admitir que uma nação estrangeira — *amigos, amigos, mas negócios à parte* — faça e desfaça como quer.

Concordo com alguns argumentos até, de algum uso abusivo, mas como eu já disse, quando nós arrendamos esta casa para uso militar, ninguém fica à espera que é para vender frangos que não é para vender frangos. É para se usar militarmente e militarmente é assim que se faz.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não fomos nós, foi o Governo da República.

O Orador: Eu sinto o Partido Socialista um bocadinho irritado com qualquer coisa. Devem ser 24 anos de inoperância, de incompetência e de mentira sobre este assunto e tudo o restante. Se calhar, deviam estar, como ficaram até agora, um bocadinho calados.

Curiosamente também vi o PSD não querer intervir no debate.

E que agora, Sr. Vice-Presidente, também ganhe novos aliados. Da nossa parte, terá sempre um novo aliado, para estarmos em Lisboa e dizer: “Nós podemos e devemos estar devidamente representados, até com várias sensibilidades.” É isto que deve acontecer nas negociações de qualquer acordo.

Até porque o tempo passa e as circunstâncias vão-se adaptando e vão mudando e nós temos de fazer esta devida adaptação. Nós não podemos é continuar a olhar para o lado e fingir que nada acontece. Tudo acontece.

Na nossa Região temos uma parcela em que pouco ou nada mandamos e os que mandam são os de fora.

Muito obrigado, Sr. Presidente e está encerrado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrado o debate.

Vamos fazer um intervalo e peço à Conferência de Líderes que nos reunamos aqui, na Mesa da Presidência.

Fazemos um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 11 horas e 40 minutos.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes deliberou dar continuidade aos nossos trabalhos com os votos que ontem ficaram por ser apresentados e votados.

Eram 11 horas e 41 minutos.

Nesse seguimento, vamos passar aos votos de pesar que deram entrada ontem na Mesa e que não foram apresentados.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá, para apresentação de um voto de pesar do Partido Socialista, pelo falecimento da Sra. Maria Zoraida de Bettencourt Salema Statmiller de Saldanha Matos do Nascimento.

Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Maria Zoraida de Bettencourt Salema Statmiller de Saldanha Matos do Nascimento

Nascida na Horta, a 26 de março de 1927, Maria Zoraida de Bettencourt Salema

Stattmiller de Saldanha Matos do Nascimento, distinguiu-se, desde muito jovem, pelo seu brilhantismo académico. Estudou no Liceu Nacional da Horta, tendo concluído o sétimo ano em Ponta Delgada, em 1943, com a classificação de 17 valores.

Licenciou-se em Farmácia, na Universidade do Porto, igualmente com 17 valores, tendo sido distinguida com o Prémio Carlos Richter e o Prémio Nuno Salgueiro, atribuídos à mais distinta aluna do curso nos anos letivos de 1951-1952 e 1953-1954. Formou-se ainda em Ciências Pedagógicas, em Coimbra, onde voltou a destacar-se como a melhor aluna a nível nacional.

Exerceu funções como professora efetiva de Físico-Química no Liceu Nacional da Horta durante cerca de 30 anos, marcando gerações de alunos pelo rigor científico, pela exigência pedagógica e pela profunda humanidade. Lecionou igualmente no Colégio de Santo António e na então Escola Preparatória da Horta, nas disciplinas de Ciências Naturais e Físico-Química, tendo ainda acompanhado inúmeros estudantes através de aulas particulares de Física e Matemática.

Teve, também, um papel determinante na dinamização cultural da ilha do Faial. Foi cofundadora do Núcleo Cultural da Horta, instituição que presidiu durante duas décadas, e manteve uma ligação profunda à Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, representando-a no Faial e participando ativamente em múltiplas iniciativas ao longo de décadas. Frequentou, ainda, a Universidade Sénior e integrou o respetivo Orfeão, constituindo um exemplo de aprendizagem contínua e de compromisso com a cultura ao longo de toda a vida.

O reconhecimento público do seu percurso ficou igualmente assinalado pela atribuição do Diploma de Mérito da Câmara Municipal da Horta, em 1999, e pela concessão da Insígnia Honorífica de Mérito Cívico pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 2015, distinções que consagraram uma vida inteiramente dedicada ao serviço da educação, da cultura e da comunidade.

Com o falecimento de Maria Zoraida Saldanha, o Faial e os Açores perdem uma das suas mais distintas cidadãs. Permanece, contudo, o legado de uma professora exemplar,

de uma dirigente cultural dedicada e de uma mulher cuja integridade, inteligência e sentido de responsabilidade marcaram profundamente a comunidade açoriana.

Figura maior da educação, da cultura e da vida cívica faialense, a memória de Maria Zoraida Saldanha permanecerá indissociável da história contemporânea da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Profundo Pesar pelo falecimento de Maria Zoraida de Bettencourt Salema Statmiller de Saldanha Matos do Nascimento, apresentando à sua família, amigos e a todos quantos com ela privaram sentidas condolências.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua família, à Escola Secundária Manuel de Arriga, ao Núcleo Cultural da Horta, à Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, bem como à comunicação social local para conhecimento e divulgação.
Horta, Sala das Sessões, 18 de março de 2026.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Parente.

(*) **Deputado Hugo Parente (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto de pesar de uma figura que marcou a sua época e continuará a marcar, ainda, as próximas, pelos muitos faialenses que formou e para os quais contribuiu para terem um futuro melhor.

Foram 30 anos dedicados ao ensino da disciplina de Físico-Química, das Ciências, em

vários níveis de ensino. Foi cofundadora do Núcleo Cultural da Horta, participou também na Associação dos Antigos Alunos do Liceu da Horta, para além de ensinar teve também sempre o gosto de aprender na Universidade Sénior e, felizmente, pôde ser agraciada em vida pela Câmara Municipal da Horta e por esta mesma Assembleia. Por todas estas razões, pelo mérito que teve na sociedade faialense, fica aqui também o nosso agregar a este voto, que mais do que o resultado de uma vida, foi também em prol de todos os outros e de toda a comunidade faialense.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos então votar este voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Maria Zoraida de Bettencourt Salema Stattmiller de Saldanha Matos do Nascimento foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Leal, para a apresentação de um voto de pesar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento da atriz Natália Marcelino.

Deputado José Leal (PSD): Sr. Presidente da Mesa, Caros Deputados, Membros do Governo aqui presentes:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento da atriz Natália Marcelino

Faleceu, no dia 25 de janeiro de 2026, no Hospital do Divino Espírito Santo, Natália

Carreiro Marcelino, conhecida atriz açoriana que interpretou papéis memoráveis em séries de produção açoriana como Xailes Negros, o Barco e o Sonho, Gente Feliz com Lágrimas, A Viagem, entre outros.

Desapareceu, desta forma, uma referência incontornável do teatro e da televisão regional, que deixou um legado profundo na valorização da identidade cultural de Ponta Delgada, da Região e da Diáspora.

Pessoa afável, de uma simpatia única e possuidora de um talento imenso, Natália Marcelino marcou, juntamente com outros atores e atrizes destas nove ilhas, uma geração de ouro da representação na televisão.

Na verdade, os Açores sempre deram grandes homens e mulheres da arte teatral e televisiva, alguns deles já não se encontrando entre nós, infelizmente.

Contudo, Natália Marcelino, e vários da sua geração, tiveram a oportunidade de brilhar em produções televisivas realizadas na região, sob a batuta, muitas e muitas vezes, de Zeca Medeiros.

Foi aqui, nos Açores, que encarnou a Tia Rosa, dos Xailes Negros, e muitas outras figuras que fazem, hoje, parte do ideário cultural açoriano.

Em 2010 recebeu o Diploma de Reconhecimento Municipal dado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada. Em 2013 foi homenageada como cidadão honorária da freguesia de São Pedro de Ponta Delgada.

À família, amigos e a todos os que com Natália Marcelino partilharam a arte e a memória, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresenta sentidas condolências, honrando publicamente o seu valioso contributo para a nossa história cultural.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de fevereiro de 2026, a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Natália Marcelino.

Deste voto deverá ser dado conhecimento à família, à Câmara Municipal de Ponta

Delgada e à RTP Açores.

Horta, Sala de Sessões, 18 de março de 2026

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, os Açores perderam uma grande atriz. Quem não se lembra desta figura nos *Xailes Negros*.

Vamos acompanhar certamente este voto e informo à Câmara que iremos apresentar um voto de igual teor.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Creio não existir.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento da atriz Natália Marcelino foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também pelo falecimento de Natália Carreiro Marcelino apresenta um voto, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Marta Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Marta Matos (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Natália Carreiro Marcelino

Faleceu, no passado dia 25 de janeiro, a atriz açoriana Natália Marcelino, um nome maior da cultura dos Açores e uma presença que marcou, de forma indelével, a memória coletiva do nosso povo.

Natália partiu aos 97 anos, deixando-nos apenas fisicamente. Tudo o resto permanece. Permanece a sua voz, o seu olhar, a sua força serena e, sobretudo, a verdade com que habitava cada personagem. Mais do que qualquer técnica ou artifício, a representação estava-lhe na alma e no sangue. Era profundamente humana, intensa, apaixonada — vulcânica, como a terra que a viu nascer.

Ao longo da sua vida artística, Natália Marcelino destacou-se no teatro popular e de revista dos tempos do grande mestre José Barbosa e integrou algumas das produções mais marcantes da ficção televisiva açoriana, deixando nelas uma marca impossível de apagar. Em *Xailes Negros*, deu corpo à inesquecível Tia Rosa; em *O Visitante da Noite*, emocionou como Tia Filomena, numa interpretação carregada de memória e de saudade; foi a corajosa Augusta em *Crónica de Gente Esquecida*; participou ainda em obras como *Gente Feliz com Lágrimas*, *A Viagem*, *O Barco e o Sonho*, entre outras produções que ajudaram a afirmar uma linguagem própria da televisão feita nos Açores. Em todas elas, trouxe dignidade, profundidade e verdade às histórias das nossas gentes.

Fez televisão num tempo em que tudo estava a começar, quando contar histórias em imagens era ainda um território novo, quase artesanal. E fê-lo com uma entrega absoluta, colocando as suas vivências, emoções e memórias ao serviço das personagens que interpretava. Em cada papel, Natália não representava apenas — Era. Era a tia, a avó, a mulher da terra, a guardiã da memória, o espelho da comunidade.

Através dessas histórias, ajudou a construir uma identidade cultural própria na ficção televisiva regional. As narrativas de emigração, de saudade, de pertença e de resistência encontraram nela uma voz autêntica e inesquecível. Em cada açoriano haverá sempre

um Barco e um Sonho — e em muitos desses sonhos, lá estava Natália Marcelino.

A Cultura dos Açores perde um vulto incontornável, uma das suas referências mais queridas e respeitadas. Fica o apelo às novas gerações: que procurem o seu trabalho, que o vejam, que o sintam, que recuperem as memórias desse tempo fundador, porque nelas está muito daquilo que somos.

Como dizia uma das suas personagens mais queridas: “*Mas quem sabe, Mariazinha, pode ser que venha o dia de alguém se lembrar da gente*”. Hoje sabemos: lembramo-nos. Sempre.

Natália Marcelino deixa um contributo inestimável para a valorização da identidade cultural açoriana. O seu legado vive nas imagens, nas histórias, nas emoções que despertou — e continuará a viver enquanto houver quem as recorde com gratidão e emoção.

Despedimo-nos como Zeca Medeiros a propósito da sua partida: “*Até Sempre, Dona Natália!*”

Horta, Sala de Sessões, 18 de março de 2026.

Os Deputados Regionais.

Deputado Vasco Cordeiro e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento da atriz Natália Marcelino foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira, do Grupo o Parlamentar do PSD, para a apresentação de um voto de pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira

da Cunha.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha

Faleceu Clímaco Ferreira da Cunha, aos 83 anos de idade, um destacado empreendedor e fervoroso jorgense.

Clímaco Ferreira da Cunha nasceu a 22 de outubro de 1942, na freguesia da Calheta, na ilha de São Jorge. Oriundo de uma família humilde e de fortes valores de trabalho, compromisso e perseverança. Cedo Clímaco demonstrou uma grande vontade em estudar, o que representou um esforço e sacrifício significativos face às limitações da época e à realidade familiar.

Cedo demonstrou o espírito empreendedor, curioso e trabalhador, que sempre determinaria a sua vida, ao percorrer as festas da ilha de São Jorge, com o pai, a dinamizar uma pequena roleta artesanal construída no seio familiar, que representava um importante complemento ao rendimento doméstico.

Aos 23 anos, tornou-se empresário. ao estabelecer-se com um negócio próprio, que veio a consolidar-se como referência no comércio local, fruto da dedicação e coragem. A empresa Clímaco Ferreira da Cunha & Filhos, Lda., criada a 10 de abril de 1967 na freguesia da Calheta, com uma lógica de proximidade e comércio a retalho, cresceu de forma sustentada, assente na capacidade de Clímaco Ferreira da Cunha no compromisso com a sua terra, tendo desempenhado um importante papel para o desenvolvimento económico no concelho da Calheta.

Posteriormente, fruto da resiliência e visão para o futuro, a empresa homónima alargou a sua ação para toda a ilha de São Jorge, abrangendo o concelho de Velas, e ampliou os serviços fornecidos, assegurando o comércio e distribuição de produtos alimentares

ao comércio local, material de construção civil, tintas, ferramentas, cerâmica, ferragens, iluminação, mobiliário, eletrodomésticos, bombas de calor, painéis solares, termoacumuladores, ar condicionados e assistência técnica.

A par da vertente empresarial, Clímaco Ferreira da Cunha destacou-se como estudioso, cronista e investigador da etnografia da ilha de São Jorge. Deste modo, tornou-se autor de obras como *São Jorge e as suas Fajãs*, *Festas do Espírito Santo do Concelho da Calheta – Ilha de São Jorge* e *Recordando o Passado*, além de colaborar em diversos registos sobre a história e a memória da ilha. São um contributo prestimoso para a preservação da identidade cultural de São Jorge, em particular do concelho da Calheta, divulgando e materializando a História, as tradições religiosas, a riqueza patrimonial e natural da Calheta, com especial relevo às fajãs.

A par do legado escrito e do património empresarial, Clímaco Ferreira da Cunha deixa um legado de sacrifício que singrou na terra que o viu nascer e onde sempre acolheu, com generosidade e orgulho, todos quantos procuravam conhecer e explorar as vivências de São Jorge e da Calheta, em particular. Será sempre lembrado como empresário visionário, investigador apaixonado pela memória local e defensor incansável da identidade cultural da ilha.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento Clímaco Ferreira da Cunha, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março de 2026.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento à família do próprio, à Clímaco Ferreira da Cunha & Filhos, Lda., ao Núcleo Empresarial de São Jorge da Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo, Câmara de Comercio de São Jorge, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Calheta e ao Conselho de Ilha de São Jorge.

Disse.

Horta, Sala de Sessões, 18 de março de 2026.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Estão abertas as inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos então votar este voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira para a apresentação de um voto de pesar, em nome do Grupo Parlamentar do PS, pelo falecimento também de Clímaco Ferreira da Cunha.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta um voto de profundo pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha, ocorrido no dia 25 de fevereiro de 2026.

Nascido a 22 de outubro de 1942, na Calheta, ilha de São Jorge, Clímaco Ferreira da Cunha teve uma vida marcada pelo trabalho, pela determinação e por um profundo sentido de responsabilidade. Proveniente de uma família humilde, destacou-se desde cedo pela vontade de aprender, esforço que o levou a concluir o exame de admissão ao liceu. Acabou, contudo, por não prosseguir os estudos, dado que a família era numerosa e os pais não tinham possibilidade de proporcionar a escolaridade a todos os filhos.

Ainda jovem, assumiu tarefas exigentes, ajudando o pai nas terras da família e na

oficina de carpintaria, desenvolvendo competências manuais, nomeadamente na construção de utensílios de lavoura, que o acompanhariam ao longo da vida. Acompanhado do seu pai, percorria festas da ilha, dinamizando uma pequena roleta artesanal, iniciativa que representava um complemento importante ao rendimento da casa. Aos 20 anos, foi mobilizado para cumprir serviço militar na ilha Terceira, sendo posteriormente destacado para a Guiné-Bissau durante dois anos. Apesar das dificuldades desse período, colocou sempre o bem-estar da família em primeiro lugar, enviando para casa o fruto do seu trabalho.

De regresso ao arquipélago, trabalhou como carpinteiro e marceneiro e, aos 23 anos, adquiriu uma mercearia ao seu cunhado, a qual foi pagando conforme lhe era possível. Ao longo de décadas no comércio, Clímaco Ferreira da Cunha trabalhou intensamente, enfrentando dificuldades, superando desafios e construindo, com esforço e resiliência, uma vida estável e digna, consolidando a sua empresa como referência do comércio local.

Homem curioso e atento ao mundo, dedicou-se, já reformado, à escrita e à investigação sobre a sua terra e as suas tradições. Publicou vários livros — *Recordando o Passado, São Jorge e as Suas Fajãs, O Culto do divino Espírito Santo na Ilha de São Jorge e Festas do Espírito Santo – Concelho da Calheta, Ilha de São Jorge* — obras que ofereceu à comunidade sem direitos de autor, movido pelo propósito de preservar a memória coletiva e partilhar conhecimento com todos aqueles que procuravam saber um pouco mais sobre a história e vivência do concelho da Calheta, da ilha de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores.

Apesar de se ter reformado aos 65 anos, continuou a ser presença diária e carismática na sua empresa, onde era reconhecido pela proximidade, pelo gosto pela conversa e pela vontade de ajudar. Após enfrentar alguns problemas de saúde, passou a empresa para os seus dois filhos, que sempre ali trabalharam. Deixa um legado de trabalho, honestidade e dedicação à sua ilha, sendo lembrado com profundo respeito por todos quantos com ele conviveram.

À família enlutada, aos amigos e à comunidade que com ele privou, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta as suas mais sentidas condolências.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de março, a aprovação do Voto de Pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à família, à Câmara Municipal, à Assembleia Municipal e à Junta de Freguesia da Calheta.

Horta, Sala das Sessões, 18 de março de 2026.

Os Deputados Regionais.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS quer associar-se a este voto, informando que tem um de igual teor. Dizer que tive o gosto e o privilégio, desde muito cedo, de conhecer o Sr. Clímaco Ferreira da Cunha.

Homem que parte e que deixa certamente muitas saudades a todos aqueles que tiveram a oportunidade de dialogar com ele. Era uma pessoa sempre bem disposta, uma pessoa querida por todos e que depois daquele que foi o seu percurso enquanto empresário, deixou também um forte legado, naquilo que é a cultura do povo jorgense, sobretudo por via das suas Fajãs e também do Espírito Santo. E por isso, queremos associar-nos a este voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos avançar então para a votação do voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de pesar pelo falecimento de Clímaco Ferreira da Cunha foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerramos a apresentação e a votação dos votos.

Vamos passar à declaração política. Tem a palavra o Sr. Deputado João Mendonça, para fazer a declaração política do PPM.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há momentos na vida democrática em que a indignação deixa de ser apenas um sentimento e passa a ser um dever político.

Hoje é um desses momentos.

O que está a acontecer com o Subsídio Social de Mobilidade nos Açores não é apenas um problema técnico, nem um mero atraso administrativo. É, infelizmente, um exemplo claro de como uma política pública essencial pode ser transformada numa máquina burocrática que afasta os cidadãos do direito que a própria lei lhes reconhece. O Subsídio Social de Mobilidade existe para garantir a continuidade territorial do Estado português e corrigir as desigualdades estruturais que resultam da insularidade. Esse princípio não é um favor do Estado. É uma obrigação constitucional.

Mas aquilo que deveria ser um instrumento de igualdade transformou-se, na prática, num labirinto administrativo, numa plataforma digital que falha, bloqueia, exige documentos absurdos e cria obstáculos que simplesmente não existiam.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):
Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados,

Aquilo que os açorianos estão hoje a viver é uma indignação legítima. Uma indignação que se lê nos jornais, que se ouve nas ruas e que chega todos os dias a esta Assembleia.

Um cidadão escreveu recentemente — com uma clareza que nenhum relatório técnico consegue igualar — que os governantes e deputados são servidores públicos e não senhores dos cidadãos, lembrando-nos que quem paga os salários e legitima o poder são os próprios cidadãos.

E tem razão, porque quando o Estado cria um sistema tão complexo que parece tratar os cidadãos como suspeitos permanentes ou como burocratas de profissão, então algo está profundamente errado.

A chamada plataforma do Subsídio Social de Mobilidade é hoje um símbolo desse erro. Um sistema que exige sucessivas submissões de documentos, que falha na autenticação, que bloqueia pedidos, que atrasa pagamentos, que exige comprovativos sem base legal.

Estamos perante um sistema que não simplificou — complicou.

Que não aproximou o Estado das pessoas — afastou-o.

E que, pior ainda, está a prejudicar diretamente a mobilidade de residentes e estudantes açorianos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão):

Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados,

Não podemos aceitar que um instrumento criado para corrigir desigualdades acabe por agravá-las.

Não podemos aceitar que quem vive numa ilha tenha de enfrentar mais obstáculos administrativos do que quem vive no continente.

Por isso mesmo serão discutidas propostas legislativas de urgência, claras e responsáveis.

Uma primeira proposta que determina três coisas muito simples: Primeiro, a suspensão da aplicação do atual modelo digital do Subsídio Social de Mobilidade na Região Autónoma dos Açores.

Segundo, a suspensão das normas regulamentares que dependem da plataforma eletrónica que tem criado tantos problemas.

E terceiro — e mais importante — o regresso transitório ao regime anterior, o regime que permitia aos cidadãos apresentar os pedidos de reembolso nos CTT (Correios de Portugal) e dos mecanismos administrativos que durante anos garantiram o funcionamento do sistema.

Este regresso não é um retrocesso. É uma medida de responsabilidade.

Uma solução transitória para garantir que os cidadãos não ficam reféns de um sistema que ainda não está preparado para servir quem dele depende.

A tecnologia deve servir as pessoas, não o contrário.

E esta não serve para absolutamente nada a não ser para atazanar a vida dos cidadãos.

Enquanto decorre o processo legislativo que está já em discussão na Assembleia da República — e que terá de rever profundamente o regime do Subsídio Social de Mobilidade — não podemos deixar os açorianos presos a um sistema que não funciona.

A segunda proposta consiste na apresentação de um projeto de resolução que propõe a criação de uma tarifa de residente nas ligações aéreas entre os Açores e o continente, garantindo que os passageiros pagam apenas o valor que lhes compete, sem terem de adiantar a totalidade do custo das viagens.

Parte do reconhecimento de que o atual modelo do Subsídio Social de Mobilidade aumentou a burocracia, introduziu falhas técnicas e agravou as dificuldades de acesso ao apoio.

Nesse sentido, recomenda-se ao Governo da República a regulamentação urgente do mecanismo financeiro de crédito já previsto na lei, permitindo a implementação de uma tarifa simples, previsível e sem custos adicionais para os residentes, com a compensação assegurada pelo Estado.

Sras. e Srs. Deputados,

Este debate não é sobre plataformas. Este debate é sobre respeito pelos cidadãos das regiões autónomas. É sobre reconhecer que viver numa ilha não pode significar viver com menos direitos, com mais obstáculos ou com mais burocracia. E é também sobre a confiança entre o Estado e os cidadãos.

Quando o Estado cria mecanismos que parecem desconfiar permanentemente das pessoas, quando exige provas absurdas, quando multiplica formulários e procedimentos incompreensíveis, então não está a servir — está a afastar. Está a prejudicar. Está a perseguir cidadãos.

Quando um sistema falha, a política tem de ter a coragem de corrigir o que tem de ser corrigido. Suspendendo o que não funciona.

Porque governar não é insistir no erro. Governar é ouvir os cidadãos e ter a coragem de mudar.

Basta de asneiras! Este assunto está a provocar uma revolta enorme no Povo Açoriano. Como diz o nosso povo: Quem semeia ventos colhe tempestades.

Não sei se em Lisboa têm noção da revolta e da indignação que percorre todas as ilhas dos Açores.

Oiçam e retrocedam enquanto é tempo de evitar males maiores.

Não deixem que se instale a perceção que o Governo de Portugal trata de forma desigual os portugueses dos dois lados do Atlântico.

Que aqui existe descuido e indiferença.

Não deixem que se instale a desafeição.

Sirvam Portugal!

É para isso que governam este país. Para servir Portugal e a sua unidade nacional.

Viva os Açores!

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão):

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Está feita a declaração política.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A continuidade territorial é uma obrigação constitucional do Estado português e a tarifa de residente não é mais do que a materialização prática dessa obrigação constitucional. Decidiu o Governo da República, nos últimos meses, criar uma plataforma eletrónica com o objetivo de facilitar e simplificar o processo de reembolso do Subsídio Social de Mobilidade. Pois bem, o resultado é exatamente o contrário da pretensão inicialmente anunciada. Só veio prejudicar e complicar a vida aos açorianos e, por isso, discrimina os açorianos.

E nós não podemos permitir esta discriminação. Já por várias vezes, neste Parlamento, discutimos este assunto e já por várias vezes, neste Parlamento, de uma forma generalizada, condenamos esta solução. Os nossos concidadãos, os nossos eleitores queixam-se diariamente e ruidosamente sobre esta solução e por isso impõe-se rapidamente uma solução para este problema criado pelo Governo da República.

Já é tempo de pagarmos só os 119 euros; já é tempo de pagarmos só o valor que nos corresponde à tarifa de residente. E portanto, simplificar e facilitar significa que os açorianos só devem pagar o valor da tarifa de residente e quanto ao resto é um dever do Estado, um dever dos organismos do Estado, encontrar soluções.

A nossa Tarifa Açores, que este Governo de coligação criou nos Açores, é um bom exemplo de como se cria uma tarifa que, por um lado, facilita a mobilidade dos

açorianos e, por outro, simplifica a vida dos açorianos no momento de adquirir e de pagar essa tarifa.

Se na República não souberem como se faz, estamos aqui para ensinar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pela Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pela enésima vez vamos falar do Subsídio Social de Mobilidade ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E bem.

O Orador: ... e até parece que a coligação do Governo na Região Autónoma dos Açores não tem qualquer tipo de responsabilidade no berbicacho em que nos meteram na República Portuguesa.

Primeiro, meteram-nos nesse problema porque não foram capazes ... O Sr. Presidente do Governo, o Sr. Vice-Presidente, os Srs. Deputados Regionais, não têm peso político dentro do Governo da República, dentro dos seus próprios partidos. Não tiveram a capacidade de travar as tendências centralistas de Pinto de Luz e de Luís Montenegro. Primeiro, foi a ideia peregrina de que quem deve ao Estado não tem direito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O seu colega da Madeira concorda.

O Orador: Depois, foi a ideia de que quem não paga à agência de viagens também não tem direito. E por aí fora, até acabarem definitivamente com a impossibilidade de irmos ao CTT fazer o reembolso, que era quase imediato, para quem queria levar o dinheiro na algibeira era imediato e isto para algumas famílias é importante. Não, foi tudo para a plataforma.

E agora, o que é que quer a coligação do Governo, antecipada por esta intervenção do Sr. Deputado João Mendonça? Que se acabe com a plataforma. O maior erro! Não é acabar com a plataforma, o que é preciso é manter os dois sistemas de reembolso em simultâneo a funcionar, até que a plataforma esteja afinada para funcionar. Terceiro erro, querem insistir na ideia de que é possível ou de que é benéfico para os Açores um sistema igual ao da Tarifa Açores. Não é benéfico para os Açores, por uma razão muito simples. Pode ser benéfico automaticamente para as famílias, mas mais tarde vai-nos trazer problemas. Cria engulhos à entrada de novos *players* no mercado, às companhias *lowcost* que todos dizem que é preciso ir buscar outras, que é preciso substituir a saída da *Ryanair*.

Obviamente, vai ser muito mais difícil essa liberalização do espaço aéreo quando temos essa limitação de fazer o pagamento diretamente às companhias. Eu quero saber qual é a companhia que se vai sentar com o Governo Regional e com o Governo da República para fazer um acordo dessa natureza. Nenhuma!

Outro erro: baixar as tarifas dos 134 para 119, aproximando o preço das *lowcost*, retirando o mercado às *lowcost* e depois admiram-se.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Ah, foi um erro?

O Orador: Obviamente, tudo isso é feito sem qualquer sentido estratégico e com muito populismo! É isso que os senhores sabem fazer, é gerir os Açores sem qualquer sentido estratégico e carregados de muito populismo!

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vou lembrar mais uma vez, foi aqui nesta Casa e não foi há muito tempo, que eu avisei não mexam nesse processo que vamos ficar pior do que estávamos. E ficámos pior do que estávamos. Eu não gosto nada de ter razão antes do tempo, mas é verdade.

Deputado Paulo Chaves (PSD): O homem da razão!

O Orador: Eu avisei, a Sra. Secretária Regional, dali daquela bancada dizia que sim com a cabeça, como está dizendo agora, ela sabia.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Também avisei.

O Orador: A experiência diz-nos: quando uma coisa está a correr bem, não se mexe. Todos ficavam tristes porque tinham de ir para a fila dos CTT, mas vinham da fila dos CTT com o dinheiro na mão.

Um cidadão, uma história verídica que conheço bem, no dia 27 de fevereiro comprou uma passagem para um filho a estudar em Lisboa, pagou a passagem no dia 2 de março, introduziu-a na plataforma dos dados no dia 6 de março e está por ser validada. Não pode acontecer.

Nas circunstâncias anteriores, no dia 3 de março, esse cidadão ia com o dinheiro na algibeira pagar à agência de viagens, onde tinha tido crédito, porque não tinha dinheiro para pagar a passagem a pronto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não tinha recebido porque ainda não tinha viajado.

O Orador: E portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é uma hipocrisia a coligação vir aqui discutir uma coisa da qual foi culpada e responsável, juntamente com o seu Governo da República!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, pelo CHEGA.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, o CHEGA sempre acho que falar-se das coisas, sejam elas quais forem, neste caso o Subsídio de mobilidade, não se deve ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Menos os ciganos

O Orador: ... Menos os ciganos! Não se deve fazer. Tem de se falar nas coisas. Aliás, há bocado, falámos da Base das Lajes, que também é um assunto que toda a gente dizia: “Não, não se fala disto.”

O subsídio, é verdade que piorou, é verdade. É verdade que não tem respeito aos

Açores, é verdade. É verdade que os Açores não têm peso político, é verdade. Mas não é só deste Governo, já o Governo anterior também não tinha.

Deputado Berto Messias (PS): Não é verdade.

O Orador: É verdade. Isto é a pura da verdade.

Esta coisa de encolher os ombros, em relação aos Açores, já começa a ser recorrente. Nós nunca achámos isso. Aliás, damos um passo para trás, mas é para ganhar balanço, que é uma coisa que os senhores não sabem o que é: ganhar balanço, vamos a isso, vamos à luta. Abençoado Alberto João Jardim, que sabia defender a Madeira. Nos Açores ninguém sabe defender nada. E é assim que se deve dizer com as letras todas. Hoje mesmo, o Sr. Ministro veio dizer: “isto vai melhorar”. Sr. Ministro, os açorianos não precisam de esmolas. O senhor pode dizer isto para quem quiser, menos para os açorianos. Os açorianos não precisam de esmolas. Os açorianos precisam é de pagar e viajar. Ponto! Não tem mais nada.

Isto está a ser tratado na República, e muito bem, o Partido Socialista, finalmente. O CHEGA está a fazer isto, a Madeira está a fazer isto. Qual foi o nosso erro? Mantivemos a plataforma. E dissemos na altura, nós temos é que fazer. É com o Banco de Fomento, pois que seja o Banco de Fomento. É a Caixa Geral de Depósitos? Pode ser. É o que quiserem.

Eu não vejo qualquer impedimento a qualquer companhia aérea que saiba que há uma regra. Uma regra para cumprir, ter um tarifário de residente dos Açores ou da Madeira, sabe que vai receber através de uma entidade... Muito honestamente, não conseguimos perceber qual é a dificuldade. É porque é tão evidente, tão evidente a solução, que eu não consigo.

António Costa queria-nos pôr uma bolsa, e bem. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, disse que não há aqui dinheiros, a responsabilidade é vossa. Assumam lá a vossa responsabilidade.

Não queremos nada disto. Queremos aquilo que temos direito, como qualquer cidadão que anda na Carris, que anda no Cacilheiro. Fala-se em TGV... para quê? Para termos

maiores acessibilidades. É ou não é? Para quê o TGV? É para isso, no continente. Para os pobres dos açorianos só se criam dificuldades. Foi o teto máximo. E aqui, nós encolhemos os ombros e até chegamos ao ponto de dizer: “Não se mexe, para não estragar.” Não posso concordar com isso, não posso. Temos de falar, e temos de falar todos os dias.

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor vai insistir nessa conversa e depois vai ver.

O Orador: Eu não tenho culpa de ter governos obtusos e com palas nos olhos que olham para os Açores como os pobrezinhos de uma colónia em África. Nós não somos. Nós somos cidadãos de primeira categoria em Portugal. E é isso que tem que ser dito. Eu sou tão português como um cidadão de Trás-os-Montes. Às vezes, até sou mais português, do que um cidadão de Lisboa, que só diz baboseiras a respeito da nacionalidade. Sou português, gosto de ser português e quero ser português. Eu não posso admitir é que o Estado, quem governa o Estado a nível central nos trate desta forma.

Há outras questões que também podemos falar, porque aqui falou-se de tarifa de residente. Faz agora um ano que um passageiro estudante, vindo de Faro, pagou mais que os turistas. Pagou 99 euros pela sua passagem — o pai é que pagou — e os turistas pagaram 65 euros. Ó, Sra. Secretária, ou as contas estão mal feitas ou alguém vai ter que me explicar essa. Nós andamos a pagar os turistas para visitar os Açores. Olha que lindo governo!

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agradeço inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado António Lima, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fico, de facto, muito sensibilizado com as preocupações que a coligação demonstra agora com as sucessivas diatribes que o Governo da República vai fazendo aos açorianos com o Subsídio Social de Mobilidade.

Mas, recordo que o Governo Regional do PSD, do CDS-PP e do PPM fez parte de um grupo de trabalho para rever o Subsídio Social de Mobilidade. E aquando desse grupo de trabalho, que o Governo fez parte e concordou com as decisões que foram lá tomadas, nós trouxemos aqui um projeto de resolução que dizia que o Governo Regional defendia que não deveriam ser introduzidas novas restrições que limitassem o direito aos açorianos ao Subsídio Social de Mobilidade. O Governo e a Sra. Secretária Regional indignaram-se, que estaríamos a inventar restrições.

Deputado João Vasco Costa (PS): Bem lembrado!

O Orador: E, afinal, estávamos a inventar restrições porque o Governo já tinha outras pensadas e o Governo Regional sabia delas. Daí a sua indignação. A sua indignação é porque ficou o Governo muito ofendido porque sabia o que se estava a preparar.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho): Deve provar isso, Sr. Deputado. Isso é difamação.

O Orador: Por isso, a tentativa de todos os meses trazer este assunto ao plenário com propostas, um dia para impor tarifas, o outro dia para suspender... trata-se de má consciência de quem está envolvido e esteve envolvido desde sempre neste processo danoso do Subsídio Social de Mobilidade. Porque o Governo Regional e a coligação que suportam o Governo da República também lá, são corresponsáveis por toda esta atrapalhada. São corresponsáveis por nunca se ter conseguido, até hoje, que os açorianos pagassem apenas o valor do bilhete à cabeça e não mais, como sempre defendemos.

E porque é que essa posição do Governo, que ainda há dias reafirmou perante uma proposta na Assembleia da República do PCP, porque é que essa posição do Governo sempre foi essa mesmo, que não se deveria fazer este mecanismo ou que era difícil de implementar, porque isso afastaria companhias aéreas, aliás, como muitas vezes se disse. Ora, com esse receio de afastar a *Ryanair*, que era disso que se tratava, porque as outras continuam a voar e vão continuar enquanto forem públicas, com esse receio de afastar a *Ryanair*, a verdade é que a *Ryanair deu de frosques*, foi embora e talvez tenha ido embora porque percebeu que não podia continuar a receber subsídios encapotados, como sempre dissemos, disfarçados de apoio à promoção turística. Subsídios encapotados, não sei se é crime, se não é, isso é para os tribunais, que politicamente é um subsídio encapotado, não passa disso mesmo. A *Ryanair* foi-se embora, *deu de frosques* e nós ficamos com o Subsídio Social de Mobilidade cada vez pior e sem *Ryanair* a voar pelos Açores. Ou seja, temos o pior dos dois mundos e é por culpa do Governo Regional e é por culpa da coligação que o suporta também. E é preciso lembrar que o PSD tem três deputados na Assembleia da República e não só, não falam sobre o assunto, como inclusive têm o poder de apresentar propostas de alteração ao processo que está a decorrer na Assembleia da República. Pelos vistos, os deputados do PSD estão sujeitos à “Lei da Rolha”, mas também coartados no seu poder de iniciativa.

Protestos de alguns Deputados das bancadas do PSD.

E a pergunta que eu deixo é para quem é que serve votar no PSD?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há alguma inscrição.

Pausa.

Deputado Carlos Silva, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS)**: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esperava, obviamente, que o Governo Regional aproveitasse a oportunidade, tendo sido interpelado várias vezes, que pudesse esclarecer até algumas questões que foram aqui colocadas sobre o grupo de trabalho do Subsídio Social de Mobilidade, mas certamente terá oportunidade de esclarecê-lo mais adiante.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não tem questões a colocar?

O Orador: Aquilo a que acabámos de assistir, a declaração política do Deputado do PPM, traduz, obviamente, uma encenação, uma tentativa de disfarçar o incômodo que é evidente. E uma vergonha que, aparentemente, a coligação tem do Governo da República, que cada vez que fala sobre o Subsídio Social de Mobilidade, acaba por deixar receios na população açoriana e madeirense sobre o que é que daí virá.

E a verdade é que todo este processo tem sido um verdadeiro caos e traduz, obviamente, uma falta de firmeza e de assertividade do Governo Regional dos Açores, que não tem sabido defender os interesses dos Açores.

Primeiro, é pouco firme nas críticas e no protesto contra medidas que são injustas, que são nefastas até para a mobilidade dos açorianos e que têm causado grandes constrangimentos. E há, de facto, uma grande revolta popular nos Açores contra medidas que têm sido muito injustas, têm causado grande desconforto, têm penalizado as famílias, as empresas, instituições, coletividades, que ficam privadas de aceder àquela que devia ser uma tarifa de mobilidade e não vista apenas como um subsídio, conforme tem vindo a ser debatido.

E nós devemos aproveitar todos os momentos para clarificar que este não é um subsídio, esta é sim uma tarifa de acesso à mobilidade dos açorianos e é importante, obviamente, que isso seja clarificado.

Aparte impercetível da Deputada Sabrina Furtado (PSD).

Não foi o Partido Socialista que deu o nome de Subsídio Social de Mobilidade, Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Peço desculpa.

O Orador: Foi quem criou; foi o Governo do PSD e do CDS-PP na República e, portanto, isso é importante clarificar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem que mudou.

O Orador: O segundo aspeto que é importante realçar é que o Deputado do PPM fez aqui uma antecipação da onda proposta que pretende apresentar, provavelmente, amanhã. Cingiu-se nos mesmos termos que estão na anteproposta e veio aqui fazer — conforme referi — uma tentativa de encenação para desviar as atenções de um problema que temos.

Ainda hoje, o Sr. Ministro Pinto de Luz proferiu algumas declarações, aparentemente com boas notícias, dizendo que deixa de ser necessário apresentar o recibo e isso é positivo, saudamos que o Governo da República tenha recuado nessa intenção. Mas nós ficamos sempre com dúvidas e com receios, porque sempre que ele anunciar algo que supostamente é positivo, logo a seguir, vem com duas ou três medidas que são negativas e que prejudicam, de facto, os açorianos e os madeirenses. E não deixa de ser relevante aquilo que ele disse hoje, que é quase uma tentativa de gozar com a nossa cara. Diz que as regiões autónomas têm feito um trabalho absolutamente notável de mandar os erros da plataforma. Mas, nós não somos cobaias nem clientes do Ministério do Governo da República.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E, portanto, é bom que o Sr. Ministro Pinto de Luz tenha mais respeito pelos açorianos nas afirmações que faz.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Há sempre aqui algo subjacente àquilo que diz, há uma tentativa de gozo,

de menosprezar os açorianos, de brincar um bocadinho com aquele que devia ser um direito inegociável à nossa mobilidade.

Portanto, saudamos os peticionários, os cidadãos, os agentes políticos, todos aqueles que protestaram, e muito bem, contra medidas injustas do Governo da República, que teima em não acertar o passo. E há algo que é, de facto, clarificador: o grande problema que temos em mãos é mesmo o mau Governo da República e temo que, no passado, não tenha existido um Governo tão mau para os Açores e para a Madeira, no que diz respeito a políticas de mobilidade, como este Governo da República que, em poucos meses, têm sido sucessivos os casos de afronta e desrespeito com os Açores e com a Madeira.

E nós não esqueçamos, nem as declarações e, sobretudo, o pensamento político de agentes políticos como Hugo Soares, Paulo Nuncio, o Ministro Pinto de Luz e o Primeiro-Ministro Montenegro. O pensamento não mudou, apenas recuaram devido ao protesto, e bem, desta Assembleia e dos cidadãos que protestaram contra medidas injustas que têm vindo a ser aplicadas contra os Açores e contra a Madeira.

Mas é importante aproveitar este debate para realçar que nem tudo está resolvido, há muita coisa por resolver e por clarificar: o teto máximo de 600 euros continua em vigor e continua a prejudicar os cidadãos; a burocracia da plataforma é evidente, já aqui foi falada, e nós entendemos que faz sentido não acabar com a plataforma, mas corrigir os erros que ela tem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Têm é de dizer quais são!

O Orador: Nós não podemos todos os dias dizer que devemos fomentar a digitalização e depois, ao primeiro revés, acabar simplesmente com a plataforma.

É importante corrigir os erros da plataforma e garantir que há em complementaridade o acesso aos CTT ou à RIAC (Rede Integrada de Apoio ao Cidadão) para garantir o reembolso. Não é acabar simplesmente com a plataforma, porque ela supostamente foi criada com o intuito de simplificar e digitalizar o processo de reembolso.

Além disso, também importa realçar também o fim da tarifa de residente nas ligações

Pico, Faial e Santa Maria. É mais um revés nas ligações ao continente e, conforme foi referido, nós não podemos esquecer que nós neste momento ficamos limitados, a partir do final do mês de março, e dependentes de duas companhias, (SATA e TAP) que estão em pleno processo de privatização...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: ... e que, obviamente, essa dependência prejudica ao nível de preço e ao nível de ligações com o continente. E é fundamental que o Governo dos Açores, seja em articulação com o Governo da República e todos os organismos que possam participar nessa colaboração, que se garanta que o destino dos Açores é atrativo a novas companhias que operem o ano todo.

Os dados já são públicos, há uma quebra significativa ao nível do turismo, mas, mais importante, na mobilidade dos Açorianos. Nós precisamos ter mais companhias a voar durante todo o ano nos Açores. É fundamental para a nossa atratividade e para a nossa mobilidade e é importante que o Governo dos Açores faça mais do que fez até aqui. Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Sobre o direito dos cidadãos dos Açores e da Madeira a uma tarifa da residente, na observância daquilo que é o princípio da continuidade territorial, creio que já tudo foi dito, todos nós sabemos do que é que se trata. E, portanto, fico dispensado de relembrar aqui aquilo que são esses princípios que, aliás, são comungados por todos os partidos e por todos os presentes, no fundo por todos os açorianos e madeirenses.

Diferente é o entendimento de alguns governantes do nosso país, dos atuais e dos anteriores, sobre esta matéria. No fundo, a consagração deste princípio faz, precisamente, neste mês de março, 11 anos, o Partido Socialista, hoje, finalmente reconheceu que foi o PSD que criou esse mecanismo, mas lembrou que foi o PSD para importar culpas, não para ver nisso uma virtude.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E a virtude é que, nessa altura, em março de 2015, os açorianos passaram a pagar 134 euros, muito diferente de valores anteriores.

Não vou dizer que houve um aluno, uma aluna, uma pessoa, um passageiro, como alguns Srs. Deputados aqui já fizeram, usando casos pessoais. Eu assumo, as minhas filhas, quando estiveram na Universidade, pagavam 238 euros de tarifa de estudante. Isso foi anterior a 2015. A partir de 2015, com a iniciativa de Passos Coelho, todos os açorianos passaram a pagar 134 euros.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não ia falar de casos pessoais.

O Orador: E, portanto, isso não é um defeito, foi uma virtude.

Chegados a 2023, nós começámos a sentir uma dificuldade. E a dificuldade era operacional. E começámos a sentir uma dificuldade, sobretudo, quando se intensificou a prática, o sucesso, o êxito, que foi e é a Tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E começámos a perceber que, afinal, também para esta tarifa de residente nas ligações com o exterior, também, podíamos ter o mesmo mecanismo. E todos aqui andamos a esconjurar um demónio que era o procedimento dos CTT. Olhe, e nesta atrapalhada toda, eu já vou falar também das trapalhadas do Governo da República, do meu partido, porque nós assumimos isso. Eu primeiro sou dos Açores, só depois é que sou do PSD.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E, portanto, não vou ficar aqui na posição incómoda daqueles senhores do Partido Socialista, que sempre se calam perante as tentativas do Governo da República de António Costa.

Deputado João Vasco Costa (PS): Isso é falso.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é falso! Não descontextualize as coisas. Veja-se ao espelho.

O Orador: Incluindo, quando aqui o PSD em 2018, e eu não estava cá, mas estavam alguns daqueles senhores que aqui estão sentados. Alguns dos senhores que ali estão sentados, em 2018, votaram contra a proposta de resolução que o PSD aqui apresentou a defender uma desburocratização do processo. Aqueles senhores que ali estão sentados, incluindo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que era Presidente do Governo Regional, esteve calado quando António Costa disse que esta tarifa de residência era uma questão absurda e ruínosa para o país.

Deputado Berto Messias (PS): E não aconteceu nada! Continuou em vigor!

O Orador: Para Lisboa, entende? Ficaram calados quando António Costa disse que era um esquema...

Deputado Berto Messias (PS): Não ficaram calados nada! Ficou tudo igual! O Subsídio Social de Mobilidade continuou igual, ninguém o alterou! Essa é a grande diferença! Agora o Governo da República faz o que quer!

O Orador: Ficaram calados. Agora o Sr. Deputado Berto Messias até quer falar do tempo em que eu é que tenho a palavra, mas nesta altura andava caladinho aqui sentado na bancada do Governo.

Caladinho! Caladinho!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a dizer mentiras!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Sr. Deputado, só por respeito, é que não uso aquela expressão muito popular que o povo usa com uma parte anatómica: “caladinho e ...”. Em frente...

Deputado Berto Messias (PS): Concretize lá, Sr. Deputado. Diga lá!

Deputado Carlos Silva (PS): Seja homenzinho!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Joaquim Machado conclua a sua intervenção. Faça favor, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Berto Messias (PS): Concretize lá. Diga lá a parte anatómica, se for homenzinho.

O Orador: Quem tem inteligência já percebeu.

Sr. Presidente, vou continuar dizendo o seguinte...

Deputado Berto Messias (PS): Não seja covarde! Concretize! Seja homenzinho e concretize! Covarde como sempre!

O Orador: ... os senhores que ali estão estiveram calados esse tempo todo, no tempo da Governação, e hoje têm o atrevimento político de vir dizer: “ah este nome subsídio social...

Deputado Berto Messias (PS): Covarde como sempre!

Ruído na Sala

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Quando não têm razão é sempre isto. O nível baixa sempre.

Deputado Berto Messias (PS): Os apartes que costuma dizer, nunca os concretiza, agora que está no uso da palavra podia-os concretizar.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

Sr. Deputado Berto Messias, permita o Sr. Deputado Joaquim Machado terminar a sua intervenção. Obrigado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Os senhores que estiveram calados este tempo todo, chegam a ponto de hoje acusar o PSD de ter instituído esta tarifa dizendo que era um subsídio e, portanto, isto também é muito feio.

Só para dizer o seguinte. Há uma atrapalhada nisto? Há, sim senhor. Há. A plataforma eletrónica que era para resolver os problemas burocráticos que nós aqui identificámos, afinal, acabou por agravar mais e trazer ainda mais um dano sobre aquele que é nós termos de adiantar o custo todo.

Para o PSD a posição sempre foi muito clara. E o exemplo que nós damos é a Tarifa Açores. Nenhum açoriano deve pagar mais na aquisição de uma viagem para o exterior do que o valor que está estipulado. O valor esse que é de 119 euros. E esses senhores também não reconhecem. Pela primeira vez, em todo este tempo de existência deste mecanismo, o preço baixou.

Deputado Paulo Gomes (PSD): É verdade.

O Orador: E aqui o que eles diziam era: “Não se fala em preços, porque se houver uma revisão é para cima.” Não, foi para baixo.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Infelizmente estas atrapalhadas todas ofuscaram mais um benefício que os açorianos também beneficiaram com o governo de Montenegro. É preciso também dizer, foi o abaixamento desta tarifa.

E para concluir vou dizer, Sr. Presidente, o seguinte: já foi enunciado publicamente e reiteramos, apesar das declarações de hoje do Sr. Ministro, vamos continuar com a nossa proposta de recomendação ao Governo da República para cumprir aquilo que está no Decreto-Lei Nacional, que permite efetivamente que o pagamento se faça apenas dos 119 euros e nem mais um tostão, quando qualquer um de nós, os que estão cá dentro e os que estão lá fora, quiserem adquirir um bilhete para sair dos Açores em direção ao Continente ou à Madeira.

Disse.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Cobarde e mentiroso, é o que tu és, Joaquim Machado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Faço uma interpelação pela circunstância de ter sido proferida uma afirmação pelo Sr. Deputado Joaquim Machado que não corresponde à verdade, que é mentira; e gostaria de fazer chegar à Mesa e de fazer constar que quando o Sr. Deputado Joaquim Machado diz que o PS, o Governo da altura, o então Presidente Vasco Cordeiro ficou calado em relação à entrevista que o então Primeiro-Ministro António Costa deu no Funchal, é possível constatar, por uma entrevista dada à RTP Açores a 3 de setembro de 2019, que o Sr. Deputado Joaquim Machado está a faltar à verdade. Aliás, é essa a entrevista e essa a reportagem onde também eu digo quais são as linhas vermelhas que não podem ser ultrapassadas pelo Governo da República, nessa questão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado. Assim que a mesa rececionar essas declarações serão distribuídas às Sras. e aos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado Sr. Presidente.

Vou usar a interpelação para anunciar o que vou entregar à Mesa, fazendo os

comentários que naturalmente também foram permitidos ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Se aquilo é factual, também é factual a proposta de resolução que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou neste plenário e que foi chumbada pela maioria absoluta do Partido Socialista. Portanto, é uma evidência tão grande quanto esta, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro agora aqui anunciou.

Portanto, se por acaso faltei ao rigor, o senhor também faltou ao não reconhecer que efetivamente o Partido Socialista também chumbou uma resolução que recomendava a simplificação do processo burocrático.

Deputado Carlos Silva (PS): Então o senhor reconhece claramente que mentiu! Um reconhecimento envergonhado que mentiu!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não faltou ao rigor, faltou à verdade, como sempre!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional de Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A declaração política que é trazida a esta Casa, pelo Sr. Deputado do PPM, traz-nos de facto de novo à discussão o Subsídio Social de Mobilidade. E gostaria de dizer que, em relação ao Subsídio Social de Mobilidade, nós deveríamos todos ter uma posição mais construtiva, do que utilizar o Subsídio Social de Mobilidade como arma de arremesso político. Discutir o subsídio como sendo um problema político não vai resolver os problemas do Subsídio Social de Mobilidade.

Temos de ser nós a construir a solução, porque se não formos nós a construir a solução dificilmente ela virá de acordo com os interesses dos Açores. Por isso mesmo, quero aqui referir que nós acompanhamos as questões que na rua nos põem todos os dias,

relativamente à utilização da plataforma e todos os dias reencaminhamos para Lisboa, para a plataforma, para o Ministério as recomendações, as questões, as reclamações, porque é a única forma de perceberem o que se passa a nível regional.

Essa é a nossa obrigação e, por isso mesmo, aqui já foi referido que nós reencaminhamos para Lisboa. É isso mesmo que se passa todos os dias. Porque nós acompanhamos todos os dias as preocupações dos açorianos, relativamente à utilização da plataforma.

Também aqui queria referir o seguinte: o relatório do grupo de trabalho não tinha, de forma nenhuma, as restrições que depois o grupo de trabalho tecnocrático, constituído para produzir a plataforma, acabou por introduzir. Portanto, não é verdade que o relatório tivesse restrições. Não tinha restrições absolutamente nenhuma, relativamente àquilo que era a prática do Subsídio Social de Mobilidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): A gente já não acredita em nada disso, Sra. Secretária!

O Orador: Também dissemos que a plataforma deveria ficar em paralelo com os CTT, e ficou até junho. Mas não foi suficiente e, portanto, concordo em absoluto, e estamos sempre a dizer isto, que tem de voltar a prática dos CTT, até a plataforma atingir a maturidade suficiente para não trazer dificuldades.

Também é bom que se diga: desde a primeira hora, nós sabemos que usar a plataforma não é tão intuitivo e imediato quanto isso, para a generalidade da população. Por isso, exigimos que houvesse o acompanhamento da RIAC com este processo. Graças a Deus que pusemos lá isso, porque efetivamente sem a RIAC o caos seria muito maior.

Nunca se falou em chave móvel, nunca se falou em restrições ao nível das declarações da situação contributiva e fiscal regularizada, nunca se falou do recibo da agência. Não havia restrições nenhuma e isso tem que ser dito e o relatório é público.

Portanto, neste momento acompanhamos permanentemente e exigimos que as agências de viagens ficassem incluídas porque, inicialmente, na plataforma nem as agências de viagens estavam previstas. E quando nos apresentaram a plataforma sem estas outras

restrições, ainda no início, que não continha as agências de viagens, nós dissemos: “Impossível! Têm de estar as agências de viagens incluídas, se não, quem é que vai dar apoio aos açorianos que não têm a literacia suficiente para ir à plataforma?”. Pusemos a RIAC, conseguimos introduzir as agências de viagens, já conseguimos que fosse suspensa a declaração e agora, tanto quanto a notícia que está a circular no Ministro das Infraestruturas, também já não se exige recibo. De alguma forma isto já resolve vários problemas, mas não resolve a forma amigável que a plataforma tem de ter. E, portanto, tem de continuar a ser aperfeiçoada, porque isso não é um problema político. As questões políticas vão sendo encaminhadas e vão sendo conversadas e até resolvidas. Os problemas tecnocráticos é que são os problemas mais difíceis de resolver. Mas não desistimos.

E, portanto, utilizar os CTT em paralelo parece-me — e nós já dissemos isso muita vez — essencial, só foi até junho. Vamos prosseguir para que continuem. Aliás estão a continuar para grupos e para empresas. Ainda não estão na plataforma. Portanto, os CTT ainda estão a agir, mas, enquanto não houver o aperfeiçoamento total da plataforma, nós temos de facilitar para que as pessoas individualmente, também consigam ir ainda aos CTT. Esse ponto parece-me essencial.

Portanto, quanto a esta questão, não é justo dizer que o Governo não tem feito o que deve; tem feito o que deve. Mas a verdade é que politicamente é mais fácil, tecnocraticamente é mais difícil.

Em relação àquilo que é o objetivo final: pagar apenas os 119 euros. Foi um ganho desta revisão, tem de se dizer também. Não se pode desvalorizar aquilo que é de facto um ganho significativo, só porque há uns problemas tecnocráticos para resolver.

119 euros é muito melhor do que 134. Não há dúvida nenhuma sobre isso.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado José Pacheco, inclino-me a dizer que o estudante deve viajar numa tarifa mais flexível e, portanto, mais dispendiosa do que aquela que vem um turista naturalmente ...

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Secretária Regional.

A Oradora: ... mas isso é apenas uma suposição porque hoje em dia há um leque tarifário tão diversificado e há essa possibilidade de escolha.

Em relação à questão que nos traz aqui, qual é o objetivo final? Pagar apenas o valor dos 119 euros. Para isso, o que é que é preciso fazer? Por um lado, criar condições de um mecanismo financeiro que estava previsto adiantar esse valor às companhias, porque se não as companhias não aceitam e voluntariamente não acedem à plataforma — e têm de aceder — portanto, não é bom para nós também que não acedam nos dois sentidos, quer na plataforma, quer no sentido de termos mais variedade de companhias. Interessa então que acedam e, para isso, é preciso regular o mecanismo financeiro que sirva de intermediário junto às companhias para o passageiro poder pagar só o líquido. Mas isso é um processo também burocrático, também é um processo técnico que tem de ser discutido com o Governo e com as entidades que podem fazer essa intermediação. Já se falou na Caixa Geral de Depósitos, já se falou no Banco de Fomento, é um problema que o Governo tem de resolver.

Presidente: Sra. Secretária Regional, agradeço que termine.

A Oradora: E, portanto, esse é o objetivo final: aproximar-nos da Tarifa Açores. Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça para encerrar a declaração, dispõe apenas de 48 segundos.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que está a acontecer com o Subsídio Social de Mobilidade é simplesmente inaceitável.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: O mecanismo criado para assegurar a continuidade territorial não pode transformar-se num obstáculo burocrático que penaliza quem vive numa região, trabalha numa região ultraperiférica e depende desse regime para estudar, trabalhar, tratar da sua saúde ou responder a necessidades pessoais e profissionais, que exigem deslocações entre a Região e o continente.

Quando o sistema falha desta forma, compete aos governantes corrigi-lo, reestabelecer a confiança nas instituições.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: É isso que se exige neste momento, respeito por quem vive nas ilhas, que se devolva justiça, num regime essencial para a ligação entre a região e o território continental.

A continuidade territorial é um dever do Estado, é um direito dos cidadãos das regiões autónomas. Esse princípio não é um favor, é uma obrigação constitucional.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está encerrada a declaração política.

Vamos encerrar os nossos trabalhos para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Bom almoço a todos.

Eram 13 horas e 1 minuto.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Eram 15 horas e 7 minutos.

Antes de darmos início propriamente aos nossos trabalhos, permitam-me que vos informe que está a acompanhar os nossos trabalhos, na galeria, a Sra. Secretária-Geral da Assembleia da República, que se deslocou à Região para o estabelecimento de um protocolo com a nossa Assembleia e para conhecer a nossa realidade. Agradeço a sua visita e saúdo-a em nome desta Assembleia.

Aplausos da Câmara.

Sras. e Srs. Deputados, estávamos ontem, quando encerrámos os nossos trabalhos, no ponto 5 da nossa Agenda: o **Projeto de Resolução n.º 53/XIII — “Reforço da segurança nos trilhos pedestres”**, uma iniciativa do PAN, que procedeu a uma substituição integral e sobre a qual deve incidir o nosso debate.

Estava inscrito o Sr. Deputado Pedro Pinto. Pergunto-lhe se quer usar da palavra, Sr. Deputado.

Prescinde. Pergunto se há outras inscrições.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista começa por reconhecer o mérito da iniciativa apresentada pelo PAN, que nos faz debruçar sobre um tema de grande pertinência e atualidade.

A par do mar, que é um recurso valioso e representa uma das maiores riquezas do nosso arquipélago, as nossas paisagens e a natureza são o outro lado desta moeda, atraindo cada vez mais pessoas.

Não são apenas os turistas: também os locais, quem reside nas nossas ilhas, aprenderam a conhecer o território por dentro e a interessar-se por cada recanto deste arquipélago único.

Falamos, aliás, de algo que está no coração de todos nós: dos trilhos que atravessam séculos de história, dos caminhos que nos ligam às nossas raízes e dos lugares onde tantos encontram autenticidade e beleza.

Por isso, o PAN traz aqui a debate uma matéria relevante, atual e que nos preocupa a todos: a segurança de quem usufrui do património natural da Região, num contexto de crescente procura turística e de valorização do turismo de natureza.

Trata-se de uma proposta que parte de preocupações legítimas e amplamente partilhadas: a proteção da vida humana, a preservação do património natural e a necessidade de prevenir comportamentos de risco que, nos últimos anos, têm obrigado ao aumento de operações de socorro, com particular incidência em alguns locais e ilhas da Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista valoriza vários aspetos da proposta, desde logo a ênfase colocada na prevenção, na sensibilização dos visitantes e na promoção de comportamentos responsáveis.

Destacamos igualmente a importância atribuída ao reforço dos vigilantes da natureza, cujo papel é essencial na proteção das áreas naturais classificadas e na monitorização do uso do território, reforçando o seu número, valorizando a sua carreira e atendendo à pretensão de uma carreira de técnico superior.

Também fundamental é a aposta em campanhas de sensibilização nos pontos de entrada na Região, instrumentos fundamentais de educação ambiental e de redução de risco.

É inegável que a crescente procura turística dos Açores exige uma maior consciencialização dos utilizadores e uma atuação firme na prevenção de comportamentos irresponsáveis que possam colocar em causa vidas humanas e mobilizar meios públicos de emergência de forma evitável.

A Região dispõe, para além da rede de trilhos homologados, de milhares de

quilómetros de caminhos, servidões, estradas rurais e percursos tradicionais que são utilizados há décadas por residentes e visitantes para aceder a locais de interesse natural, paisagístico e cultural.

Importa ainda reconhecer que essa diversidade de percursos permite uma melhor distribuição dos fluxos pedestres pelo território, evitando a concentração excessiva em alguns trilhos e reduzindo impactos ambientais severos em determinados locais, melhorando também a experiência global de quem visita a Região.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece também as alterações que o PAN apresentou ao Projeto de Resolução, eliminando aspetos que em sede de audição foram sendo salientados como obstáculos a uma efetiva operacionalização.

No entanto, este grupo parlamentar entende que a criação de regimes sancionatórios ou de mecanismos automáticos de imputação de custos associados ao socorro deve ser sempre cuidadosamente ponderada.

Importa também recordar que os meios aéreos utilizados em operações de busca e salvamento não pertencem à Região, mas sim à Força Aérea Portuguesa, ao abrigo de protocolos com o Estado, o que limita de forma objetiva a capacidade de definição ou imputação de custos associados à sua mobilização.

Não descuremos igualmente a possibilidade de um quadro legal excessivamente punitivo poder gerar efeitos perversos, nomeadamente levando pessoas em situação de risco a hesitar em pedir ajuda por receio de custos elevados, colocando em perigo a sua própria vida e a de terceiros.

Sobre esta matéria, importa ainda relembrar que na Região há um regime jurídico aplicável aos trilhos homologados, consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2012/A, de 3 de julho, que prevê mecanismos sancionatórios em casos de infração. Contudo, este enquadramento revela-se desatualizado face à realidade atual e não é acompanhado por instrumentos essenciais, como uma portaria que clarifique a classificação dos trilhos, as entidades gestoras, os critérios de acesso ou os mecanismos de acompanhamento e monitorização.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que é indispensável clarificar e atualizar o enquadramento jurídico dos trilhos pedestres, definir com rigor as entidades competentes e as respetivas responsabilidades, assegurar a monitorização, sinalização e manutenção adequada dos percursos, garantir informação clara e acessível aos utilizadores e assegurar que qualquer mecanismo sancionatório seja proporcional e justo.

Neste sentido, este debate deve constituir também um incentivo ao Governo Regional para prosseguir o trabalho de atualização do enquadramento existente, designadamente através da revisão da legislação aplicável aos trilhos pedestres e da conclusão e apresentação dos planos e cartas de turismo, de desporto e de natureza, instrumentos fundamentais para uma gestão integrada e sustentável do território.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece, por isso, o contributo desta iniciativa para o debate público e para a reflexão coletiva sobre a segurança na fruição do território, valoriza os seus objetivos e preocupações e apela ao Governo Regional para que encare este assunto com proatividade.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pela Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN traz-nos hoje um diploma em boa hora, apresentando uma substituição integral que vem agilizar aquilo que constava dos pontos resolutivos da sua iniciativa inicial.

Mais do que nos trazer um documento sobre a segurança nos trilhos, promove a reflexão sobre um problema que existe na Região Autónoma dos Açores há já algum

tempo e que não é de fácil resolução. Eu chego a ter pena do Sr. Secretário Regional do Ambiente Ação Climática.

É preciso não conhecer as nossas ilhas, o seu interior e a sua orografia para se acreditar que é possível fiscalizar a utilização dos trilhos não homologados na Região Autónoma dos Açores.

Bom seria que fosse mais fácil, mas nem sequer nos trilhos homologados essa fiscalização é fácil. E, a esse respeito, não queria deixar passar esta oportunidade sem referir que os trilhos homologados constituem, neste momento, uma enorme preocupação para quem os utiliza na Região.

As realidades que conheço melhor — os trilhos das ilhas de São Miguel, Santa Maria e Faial — revelam falta de manutenção: degraus que desapareceram, corrimões sem condições de segurança, que, em alguns casos, mais valia não existirem, tal o risco que representam para quem deles se socorre.

E, acima de tudo — e o Sr. Deputado Pedro Neves disse-o da tribuna — falta fiscalização. Como foi aqui referido, o último auto levantado na Região Autónoma dos Açores data de 2015, ou seja, há 11 anos.

Isto significa que não houve fiscalização nem empenho suficientes na monitorização da utilização dos trilhos, sejam eles homologados ou não.

Relativamente aos trilhos não homologados, há ainda uma outra questão importante e que devemos ter presente: uma grande parte deles — para não dizer a maioria — atravessa propriedades privadas e tenho até dúvidas até que ponto o Governo Regional possa autuar.

A título de exemplo, na Reserva Natural da Lagoa do Fogo — uma das zonas onde têm ocorrido mais acidentes — mais de 80 % da área é propriedade privada.

A Região tem feito um esforço, e isso eu reconheço, no sentido de evitar que provas de BTT (Bicicleta Todo-o-Terreno) ou de *trail run* utilizem esses trilhos, até porque isso incentiva posteriormente a sua utilização por outras pessoas.

Contudo, o facto de serem terrenos privados, ninguém pode proibir a nível de

propriedade as pessoas lá circularem e passarem.

Acresce ainda que muitas destas zonas são quase 100 % ocupadas por flora endémica, que é comerciada, que é destruída, contribuindo para a destruição do nosso património natural que é significativa.

A Iniciativa Liberal irá acompanhar o PAN neste Projeto de Resolução, nem que seja pelo facto de este trazer um alerta e propor mecanismos que permitam ao Governo Regional dos Açores intervir nesta área.

Trata-se de uma matéria que, do ponto de vista da segurança dos cidadãos, mas também da proteção da natureza, exige uma intervenção mais assertiva.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PAN apresentou inicialmente uma iniciativa, que posteriormente alterou, recomendando que o Governo implemente uma série de medidas.

Concordamos com uma delas: melhorar a sinalização e a informação nos trilhos. Não podemos discordar dessa recomendação.

Quanto às restantes medidas, já discordamos, porque não podemos mercantilizar o socorro. Não podemos tornar o socorro algo que dependa de pagamento.

O socorro é universal. Até por lei, somos obrigados a prestar auxílio quando nos deparamos com uma situação de emergência. Portanto, não podemos, sob qualquer pretexto, criar mecanismos legais que transformem o socorro em algo condicionado ao pagamento desse serviço. Por isso, não podemos acompanhar esta pretensão do PAN. Compreendemos que, em determinadas circunstâncias, são utilizados diversos meios, técnicas e tecnologias extremamente onerosas. No entanto, o que deve imperar é a informação e a prevenção, exatamente para evitar situações de perigo aos utilizadores dos trilhos pedestres, que é o que estamos a analisar neste caso.

Relativamente à informação e à sua divulgação, acompanhamos o PAN: tudo deve ser

feito da forma mais exaustiva possível, garantindo informação para todos, não apenas para os turistas que visitam os Açores, mas também para os açorianos que vivem nas ilhas e utilizam os trilhos da natureza.

No entanto, quanto à questão do pagamento do socorro, não podemos concordar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e da Ação Climática. Faça o favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (Alonso Miguel): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito deste Projeto de Resolução, o PAN traz a debate questões efetivamente pertinentes, que merecem cada vez mais a nossa atenção e que estão relacionadas não só com a preservação do nosso património natural, mas também com socorro e segurança.

Efetivamente, tem sido verificado um número bastante expressivo de resgates em trilhos da Região, sobretudo na ilha de São Miguel, fruto da crescente visitação turística das nossas ilhas, o que pode resultar numa sobrecarga do sistema regional de proteção civil.

No entanto, e como referiu o Sr. Deputado Pedro Pinto, e bem, importa ter presentes alguns princípios até constitucionalmente salvaguardados, desde logo a obrigação do Estado de garantir a prestação de socorro em caso de acidente ou calamidade, mesmo em situações de risco agravado ou negligência, sem discriminação ou dependência da capacidade económica. Portanto, a prestação de socorro nunca pode estar em causa;

este socorro deve ser tendencialmente gratuito, e não devemos ter o ímpeto de mercantilizá-lo.

O caminho deve passar pelo reforço dos mecanismos sancionatórios aplicáveis em caso de incumprimento ou negligência, e não pela aplicação indiscriminada de taxas de ativação de socorro.

Com a substituição integral promovida pelo PAN, o foco deixa de estar nos trilhos não homologados — que representam um problema efetivo devido à falta de manutenção e sinalização, que podem até ser mais perigosos e propensos à ocorrência de acidentes — e direciona para os trilhos homologados. Estes já estão cobertos por um regime jurídico aplicável.

No que se refere a esta fruição nos trilhos homologados — e são cem na Região, com a gestão dividida entre várias entidades — já existe um regime sancionatório, aplicável ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2012/A, de 3 de julho, que pode e deve ser melhorado. Esta é, aliás, uma matéria em que o Governo Regional já está a trabalhar, como referiu a Sra. Secretária Berta Cabral em sede de comissão.

No modelo que for desenvolvido, poderá prever-se, de facto, de que forma a repartição do produto das coimas e sanções possa compensar os serviços prestados pelas entidades responsáveis pelas operações de resgate, designadamente as associações humanitárias de bombeiros voluntários.

Considerando que o socorro é, em primeira instância, uma responsabilidade dos municípios, poderá também ponderar-se, por exemplo, de que forma as receitas da taxa turística nos municípios, onde já está implementada, podem contribuir para o financiamento destes serviços. Essa é uma outra solução.

Ainda assim é importante ter em atenção alguns aspetos referidos, e bem, pelo Sr. Deputado Nuno Barata: os sistemas de acesso aos nossos trilhos são livres, difusos e não controlados, não disciplinados, sem rastreamento por GPS (*Global Positioning System*). É difícil estabelecer um ónus de prova e garantir a punição adequada, tornando a implementação muito difícil.

Contudo, importa dizer, que já temos bons exemplos, como é o caso da Reserva Natural da Montanha do Pico, onde o acesso é disciplinado e controlado. E, como foi referido pelo Sr. Deputado, relativamente à Lagoa do Fogo, a esmagadora maioria dos terrenos é privada.

Se este Parlamento não tivesse decidido pela não realização de um projeto para implementação de um miradouro, poderíamos ter controlado o acesso ao interior da Lagoa do Fogo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Bem lembrado!

Deputado Nuno Barata (IL): Fica muito bem a este Parlamento! Não estou nada incomodado!

O Orador: Neste momento, podíamos ter um rastreamento dos turistas, dos visitantes e com isso garantir uma maior capacidade de implementar um regime sancionatório devidamente aplicado.

Em qualquer caso, não deve ocorrer a aplicação indiscriminada de taxas de ativação de socorro, mercantilizando um serviço que deve ser universal e tendencialmente gratuito, não apenas no âmbito dos trilhos, mas em todas as outras atividades, porque isto poderia criar um precedente indesejável, uma verdadeira *Caixa de Pandora*, inibindo os pedidos de socorro, colocando em risco a vida de açorianos e visitantes. Isso temos de impedir e evitar.

Deputado Pedro Neves (PAN): Onde isto já chegou! Esticou bem a corda!

O Orador: Relativamente ao ponto 2 do Projeto de Resolução — e isto já foi referido também pela Sra. Deputada Cristina Calisto — os meios aéreos não são ativados pelo Governo Regional; existe apenas articulação e controlo. Esses meios não são nossos. Portanto, não cabe ao Governo Regional ou a qualquer entidade gestora de trilhos cobrar por esses serviços.

Essa competência pertence ao Estado Português, através do Comando Operacional dos Açores. No máximo, importa estabelecer condições para que possamos imputar os custos aos responsáveis pela infração, mas nunca cobrar esses valores de antemão.

Quanto à questão dos vigilantes da natureza, esta é uma questão importante. O Governo Regional tem reforçado o corpo de vigilantes — recentemente foram reforçámos com mais 12 novos profissionais —, mas é necessário mais, dada a extensão das áreas protegidas dos Açores. No entanto, esse reforço não tem como objetivo resolver algumas das questões levantadas em Comissão, como as agressões aos guias.

É importante lembrar que os vigilantes da natureza não são uma força policial; a sua função é garantir a preservação e conservação do património natural. É nesse sentido que é preciso reforçar este corpo, assim como os quadros da Inspeção Regional do Ambiente.

Quanto às multas, mencionadas pelo Sr. Deputado Nuno Barata, a última multa levantada dentro de áreas protegidas pela Inspeção Regional do Turismo data de 2015. No entanto, a Inspeção Regional do Ambiente já aplicou várias outras multas sempre que se verificam incumprimentos na rede regional de áreas protegidas ou nos diplomas que criaram os parques naturais. É preciso evoluir e melhorar os sistemas e regimes sancionatórios existentes.

A solução não deve passar pela criação de taxas de ativação de socorro, mas pelo reforço e aperfeiçoamento dos instrumentos já existentes. Reconhecemos que esta iniciativa tem o mérito de trazer a debate uma questão muito pertinente e tem problemas bastante complexos para solucionarmos.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima, pelo Bloco de Esquerda. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A matéria em apreço é uma questão importante, que se tem tornado mais premente com a utilização cada vez mais massiva de pessoas nos trilhos da Região Autónoma dos Açores, que constituem uma rede de grande extensão em todas as ilhas.

Naturalmente, essa mesma extensão e as condições desses trilhos tornam estas áreas suscetíveis à ocorrência de acidentes, a situações em que pessoas se perdem e, obviamente, a operações de resgate mais difíceis.

Existem ainda outras situações que ocorrem fora dos trilhos oficiais. Os Açores possuem um conjunto extensíssimo de caminhos públicos e privados, sendo certo que não é possível, de modo algum, impedir ou controlar o acesso a todas essas vias.

A proposta que aqui temos foi alvo de uma alteração, que muda substancialmente o seu âmbito de aplicação, sendo sobre esse novo âmbito que naturalmente nos iremos debruçar, nomeadamente sobre os trilhos homologados.

A maior utilização destes trilhos, construídos na Região, leva claramente à necessidade de reforçar a sinalização, a sua manutenção, bem como a manutenção dos próprios trilhos e a prevenção de acidentes. Esse é, aliás, o principal ponto e alvo, em nosso entender.

A nosso entender, o principal objetivo do Governo Regional deve centrar-se na prevenção, na sinalização e na manutenção dos trilhos.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Isso mesmo!

O Orador: Sabemos que não é fácil manter a rede de trilhos existente na Região — trata-se de uma rede extensa, sujeita a condições difíceis, especialmente durante o inverno. É evidente que muitos trilhos ficam bastante danificados, mas é fundamental garantir um trabalho contínuo de manutenção, pois quem pretende ter uma rede de trilhos aberta e em funcionamento tem necessariamente de investir nela. Não há outra forma.

Aliás, um dos objetivos — julgo — da taxa turística que foi, em tempos, aprovada e

posteriormente revogada, poderia e deveria ter sido a afetação da respetiva receita à manutenção dos trilhos, entre outras áreas de interesse turístico. No entanto, entendeu-se, à época, que essas taxas não eram necessárias. Como se verifica, há não só necessidade de manutenção, como também existem custos associados às operações de resgate.

Entrando na questão do resgate, que é naturalmente a mais delicada, importa afirmar que o socorro a qualquer pessoa em situação de aflição ou acidente deve ser garantido em qualquer circunstância e nunca pode ser posto em causa.

Não pode existir qualquer entrave ou condicionalismo que leve alguém a hesitar antes de pedir socorro, mesmo que tenha existido incumprimento das regras ou do percurso homologado. Numa situação de emergência, ninguém deve ter de ponderar se o pedido de socorro implicará custos.

Na nossa opinião, esse custo não deve ser imputado a quem circula nos trilhos, o que nos levanta reservas significativas.

Outra questão distinta é o regime sancionatório. Sempre que um transeunte, turista ou residente não cumpra as regras de utilização dos trilhos, deve, naturalmente, ser penalizado, nos termos da legislação em vigor.

Assim, estamos perante um Projeto de Resolução que contém matérias com as quais concordamos, nomeadamente no reforço da sinalização, da fiscalização, na garantia de maior capacidade e de mais recursos para os vigilantes da natureza e na valorização da sua carreira, dada a sua presença nas áreas protegidas e também na gestão dos trilhos. Contudo, a questão da criação de um regime sancionatório associado a uma eventual taxa de socorro levanta-nos reservas e, por esse motivo, não podemos acompanhar integralmente o Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Sr. Deputado Luís Soares, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção de ontem, que incidiu sobre uma versão do Projeto de Resolução que não é a que estamos agora a analisar, referi um conjunto de aspetos que, no entanto, se aplicam igualmente a esta alteração.

Aquilo que está aqui em causa, na nossa perspetiva — e tive oportunidade de o dizer — é que concordamos que é necessário monitorizar, acompanhar e cuidar. É preciso, portanto, oferecer garantias nos trilhos pedestres para que não ocorram acidentes, porque o que nós não queremos é que eles aconteçam, não é que ocorram para que depois possamos taxar.

O que efetivamente discordamos é da questão de taxar a prestação de auxílio e socorro, porque, para nós, isso viola um princípio fundamental: o da preservação da vida e da integridade física. Assim, sempre que alguém necessite de auxílio ou de socorro, este deve ser prestado de forma desinteressada e gratuita. Não pode ser taxado.

E aqui a questão é mesmo essa: a palavra “taxa”. Uma taxa é algo que é cobrado no momento da ativação de um serviço. O que nós entendemos — e que pode, de facto, ser melhorado no regime jurídico aplicável a quem prevarica nos trilhos — é que, num processo de averiguação, quem, de forma negligente ou grosseira, colocou em causa meios públicos sem que daí resultasse uma necessidade efetiva, possa ver-lhe imputada alguma responsabilidade.

Outra coisa diferente é uma taxa. Uma taxa é cobrada pelo Estado pela prestação de um serviço e, portanto, parte-se do princípio de que, a partir do momento em que alguém liga para o 112 e ativa um pedido de auxílio num trilho, lhe será cobrada uma taxa. E nós somos contra esse princípio.

Continuamos a entender que este tipo de socorro deve ser gratuito. Apenas quando, em processo — nomeadamente em sede de contraordenação —, se prove que houve comportamento negligente, deverá então haver lugar à imputação de responsabilidades, sempre com garantia do direito de defesa daquele que foi auxiliado.

A taxa, tal como está prevista, inverte o ónus: coloca sobre quem foi socorrido a

obrigação de pagar e, posteriormente, de contestar essa cobrança junto das instâncias competentes, caso entenda que foi indevida.

Nós entendemos que deve ser exatamente o contrário: primeiro apurar, depois decidir. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (Alonso Miguel): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar aqui uma nota, relativamente às questões que foram levantadas previamente, em particular pelo Sr. Deputado Nuno Barata — creio que foi ele que colocou a questão —, desde 2020, nos trilhos dos Açores, foram levantados 16 autos de notícia, dos quais nove relativos à circulação em trilhos homologados.

Dar também nota de que tenho aqui informação distribuída por ilha. Desde 2020, 18 arguidos foram igualmente condenados ao pagamento de coimas.

Portanto, existe fiscalização, que é assegurada, evidentemente, pelos vigilantes da natureza, bem como pela Inspeção Regional do Ambiente, que atua no âmbito das suas competências, sobretudo nas áreas protegidas dos Açores e na fiscalização das atividades de fruição dos nossos trilhos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 53/XIII — “Reforço da segurança nos trilhos pedestres”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 53/XIII — “Reforço da segurança nos trilhos pedestres” foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 1 da IL, 1 do PAN, 5 do CH, e com 22 abstenções do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, vamos passar ao ponto 4 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 35/XIII — “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada”.**

Para a apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA vem hoje defender um Projeto de Resolução, para que o Governo Regional adote medidas eficazes para facilitar a construção, para promover a construção pública e privada, permitindo o acesso à habitação por parte de todos os açorianos, assim como para promover a economia na Região.

Esta proposta pretende atenuar esta verdadeira calamidade pública, que é a falta de habitação, principalmente para os casais jovens que não conseguem construir nem comprar casa.

Há falta de terrenos disponíveis a preços acessíveis. E essa escassez não caiu do céu

— foi criada por decisões políticas, por planos desatualizados e por um emaranhado de burocracias que, em vez de servir o povo, apenas o prejudica; que, em vez de proteger a paisagem, mantém terrenos abandonados.

Todos reconhecem as dificuldades, mas ninguém se chega à frente para resolver o problema. O CHEGA, com esta iniciativa, mostra aquilo que faz falta neste país: mudar e fazer o que está certo, mesmo que isso vá contra interesses instalados.

Deputado Carlos Silva (PS): Mesmo que vá contra a lei, não é?

O Orador: Os Planos Diretores Municipais, muitos deles desatualizados há décadas, não libertam solo suficiente para construção, e os preços sobem. O Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (POTRA), as reservas ecológicas e agrícolas — tudo junto — criaram um sistema onde terrenos existem, mas não se pode construir; proprietários têm terra, mas não podem usá-la; jovens querem ficar, mas são obrigados a fugir desta terra para outras paragens.

Isto não é, certamente, ordenamento do território. Isto é bloqueio do território. E pior: é um ataque direto à propriedade privada, porque o cidadão compra um terreno com a expectativa legítima de construir — e depois vê essa expectativa esmagada por normas, reservas e por proibições e mais proibições.

Também sabemos que muitos dos pareceres desfavoráveis a esta iniciativa vêm das mesmas entidades que ajudaram a construir o sistema e, nalguns casos, são o próprio sistema.

Falam de sustentabilidade, mas esquecem-se da sustentabilidade social. Falam de planeamento, mas ignoram o drama habitacional. Falam de riscos, mas não veem o maior risco de todos: uma geração que abandona os Açores.

Esta iniciativa não é perfeita. Nenhuma é. Mas tem coragem política.

Coragem para dizer que os planos devem ser suspensos temporariamente quando não são revistos atempadamente, que há excesso de proibição e que o Estado não pode continuar a limitar a utilização legítima da propriedade privada. Estamos a viver um

dos maiores ataques à propriedade privada à custa do nosso povo.

O que vemos muitas vezes é hipocrisia política: aqui aprovam-se leis que dificultam a construção, e lá fora diz-se às pessoas que têm razão, que há proibições a mais.

Não podemos ter mais 50 anos de mentiras. Não podem continuar a enganar as pessoas, nem os açorianos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: Com esta proposta, estamos a mostrar quem defende as pessoas e a economia e quem diz uma coisa, mas vota outra. Com esta proposta vamos ver quem tem coragem política para enfrentar de frente um problema e este problema tem nome: falta de habitação nos Açores.

O CHEGA quer acabar com essas proibições e permitir mais e melhor habitação, mas também mais e melhor economia, mais e melhores empregos e uma maior valorização do nosso património fundiário, fixando os nossos jovens na nossa terra.

A escolha hoje é clara: ou estamos do lado da burocracia e do proibicionismo, ou estamos do lado das famílias e dos jovens.

Para o CHEGA, a escolha é simples, muito simples: estamos, estaremos e vamos estar sempre do lado do povo.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre este Projeto de Resolução, poderíamos abordar a sua análise de várias formas.

Poderíamos começar pelo próprio título, apontando a diferença entre eficácia e

eficiência, mas não o faremos.

Vamos começar pelo que foi afirmado na tribuna: Sra. Deputada Olivéria, quem defende as pessoas é este Governo de coligação liderado por José Manuel Bolieiro.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que ele está?

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Esta iniciativa remete-nos para a temática do acesso à habitação, que continua a ser uma matéria relevante no contexto regional, acompanhada por desafios relacionados com a disponibilidade de soluções habitacionais a preços acessíveis.

Um problema para cuja solução o Governo de coligação, liderado por José Manuel Bolieiro, tem trabalhado de forma consistente, incansável e inigualável, em tempo recorde, com resultados visíveis para todos os açorianos. O PSD e os açorianos concordarão com isto. É visível. É noticiado dia a dia.

É claro que é preciso fazer mais, considerando o que não foi feito no passado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado.

A Oradora: Este Projeto de Resolução tem a vantagem de trazer para discussão a necessidade de recursos e soluções habitacionais, incluindo acesso a financiamento.

No entanto, a questão central desta resolução é o preço da solução proposta. Reconhecer um problema não significa que qualquer solução seja adequada, e é aqui que surgem as fragilidades desta proposta, perante uma situação complexa que envolve fatores económicos, sociais e territoriais, a solução apresentada resume-se essencialmente a uma ideia: suspender instrumentos de ordenamento do território, incluindo o Plano de Ordenamento Costeira, o Plano Regional de Ordenamento do Território e incentivar os municípios a suspender os Planos Diretores Municipais.

Perante um problema complexo, propõe-se uma solução simples, talvez demasiadamente simplista e até perigosa, porque pretende suspender todo o sistema que organiza e regula o nosso território.

O território não é apenas espaço físico para construção: é espaço de pertença das comunidades...

Deputado José Pacheco (CH): Mas para os hotéis já pode ser!

A Oradora: ... onde se cruzam pessoas, paisagem, futuro; onde se constroem casas; onde existem infraestruturas públicas; onde se preservam recursos naturais; e onde se garante a segurança das pessoas.

O território é memória, identidade e responsabilidade. Convém lembrar algo essencial: o ordenamento do território é como o projeto ou planta de uma casa. Antes de construir, define-se a implantação, os limites, as paredes. Construir sem essa planta não acelera a construção, cria a confusão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Suspender os instrumentos de ordenamento é tentar construir sem projeto. Criar mais habitação exige políticas estruturais, não a suspensão das regras que protegem o território.

Quando a solução para criar mais habitação é simplesmente suspender regras, não estamos perante uma solução: estamos perante um risco.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Em primeiro lugar, Sras. e Srs. Deputados, é importante dizer e desfazer um equívoco. Nós não estamos a discutir habitação. Nós estamos a discutir ordenamento do território. É isso que está nesta proposta.

Dizia a Sra. Deputada Oliveira Santos, daquela tribuna, que não queria enganar as pessoas, e falava em coragem, mas a verdade é que nunca disse dali o que é que o CHEGA faz nesta proposta e o que é que o CHEGA propõe.

Nós não estamos a discutir habitação, estamos a discutir ordenamento do território, e é importante que quem nos ouve perceba o que está em causa.

O CHEGA, aquilo que faz, é um projeto de resolução, uma recomendação ao Governo Regional para que seja revista a legislação no âmbito do ordenamento do território. Mas, nessa revisão, propõe que se constitua uma suspensão total, quer do POC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira), quer do PROTA (Plano Regional de Ordenamento do Território) e também que se incentive as câmaras municipais a suspenderem, por 3 anos, os seus instrumentos de ordenamento do território. Ou seja, é o que se poderia chamar uma selva em termos de regras e o caos instalado.

Deputada Olivéria Santos (CH): Cá nada. O senhor sabe que não é.

O Orador: No fundo, isto é: o CHEGA legisla com base nas perceções. Há a perceção de que há pessoas que dizem que não podem construir porque há PDM (Plano Diretor Municipal), ou porque há o POC, ou porque há isto ou aquilo.

E o que é que o CHEGA faz? Lembra-se de apresentar uma recomendação, preguiçosamente, porque em vez de legislar e apresentar aqui um decreto legislativo regional, manda o Governo legislar, manda outros legislar...

Deputado José Pacheco (CH): Leia, leia!

O Orador: ... e, portanto, faz uma proposta preguiçosa e depois é um CHEGA, enfim, que é o partido onde não “bate a bota com a perdigota”.

No último plenário, o CHEGA trazia aqui um debate sobre alterações climáticas e

prevenção de catástrofes, em que defendia que era importante existirem instrumentos de ordenamento do território para prever essas catástrofes. No plenário seguinte, traz uma proposta para acabar com os instrumentos de ordenamento do território.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Nós não podemos legislar assim. Isso não é ter responsabilidade.

Isto mostra que o CHEGA, se algum dia chegasse ao Governo...

Deputado José Pacheco (CH): Vamos chegar ao Governo, senhor!

O Orador: ... era isto que faria: suspendia tudo, acabava com tudo, porque aqui e ali, no café aqui, na rua acolá...

Risos do Deputado Paulo Chaves (PSD).

... disseram-lhe que não podiam construir porque os instrumentos de ordenamento do território não o permitiam.

O CHEGA tenta gerar a ideia de que não se constrói habitação na Região porque os instrumentos de ordenamento do território são restritivos. Ora, isso é falso.

Deputado José Pacheco (CH): Tão falso como o Partido Socialista!

O Orador: Bastaria estar atento às audições que nós tivemos na respetiva comissão parlamentar sobre esta matéria. Quer a AICOPA (Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores), quer a Associação de Municípios, aliás respondendo a perguntas colocadas por mim, enquanto deputado dessa comissão, mostraram-nos e comprovaram claramente que não há uma relação entre a falta de capacidade construtiva dos jovens e dos casais jovens, com a resposta que é dada pelos serviços de urbanismo no âmbito dos pedidos de licenciamento das câmaras municipais.

O Sr. Presidente da Associação de Municípios, aí ouvido, demonstrou isso com dados

concretos, ao mesmo tempo que a AICOPA disse precisamente que os instrumentos de ordenamento do território que existem hoje na Região, não se constituem como um problema para o desenvolvimento de obras de construção civil, neste caso particular. Portanto, temos de abordar estas matérias com seriedade, Srs. Deputados do CHEGA. Não podemos legislar com base nas perceções que ouvimos aqui e ali.

Deputado José Pacheco (CH): Quais perceções, senhor. O senhor que vá para a rua!

O Orador: O Partido Socialista está naturalmente disponível para trabalhar, para legislar, para rever e melhorar os instrumentos de ordenamento do território na nossa Região, mas o PS não está disponível...

Deputado José Pacheco (CH): Pois claro que não, nem o eleitorado.

O Orador: ... para este tipo de encenação parlamentar, tentando dar a ideia de que o CHEGA vem aqui, como arauto da defesa dos direitos...

Deputado José Pacheco (CH): E é! Somos nós!

O Orador: ... da habitação dos açorianos, apresentar uma proposta que vai resolver tudo isso. É mentira, não vai. Pelo contrário, piora a situação da capacidade construtiva na nossa Região.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Há outra questão que tem de ser clarificada neste debate.

Porque, sob o manto, ou sob o disfarce, da questão da habitação — e lendo a proposta percebe-se que não é isso que está em causa — aquilo que o CHEGA faz, ao criar este caos...

Deputado José Pacheco (CH): Nunca vamos conseguir ganhar esse campeonato do caos! Os senhores já o ganharam há muitos anos!

O Orador: ... e esta abertura total das restrições à construção, é dar um grande contributo para a especulação imobiliária...

Protestos do Deputado José Pacheco (CH).

... para a instalação de interesses de quem tem maior poder económico e até para casos de corrupção no âmbito da construção pública e privada.

Deputado José Pacheco (CH): Corrupção dita pelo PS! O senhor dá paus para as colheres!

O Orador: E, portanto, aquilo que o CHEGA faz aqui é um grande contributo para que haja mais especulação imobiliária e corrupção na construção na nossa Região, e o PS jamais poderá aceitar que isso aconteça.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra. Faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvir o Sr. Deputado Berto Messias acabar da forma que acabou é hilariante, no mínimo, hilariante.

Risos dos Deputados da bancada do CH.

Vira os argumentos ao contrário. Ou seja, o excesso de terrenos no mercado, é que, por sua vez, vai levar à especulação? Não. Não é a falta de terrenos...

Deputado Luís Soares (PSD): Não há falta nenhuma. Há é falta de dinheiro para construir!

Deputado João Vasco Costa (PS): É a falta de regras!

O Orador: ... que leva à especulação, não é a falta de oferta que leva ao aumento dos preços; é o aumento da disponibilidade de terrenos para construção que leva à especulação imobiliária.

Vai receber o Prémio Nobel da Economia, garantidamente. Com essa frase, vai receber o Prémio Nobel da Economia. É mesmo não perceber nada disto.

Risos do Deputado Joaquim Machado (PSD).

E depois encerra assumindo em si próprio as dores dos açorianos.

Ainda não perceberam que chegámos à situação em que estamos — de falta de terrenos para construção e de falta de oferta da construção de habitação — precisamente por causa desse preconceito contra a especulação imobiliária.

Ninguém podia ganhar dinheiro a construir casas para os outros, porque isso era um crime de lesa-pátria, de “lesa-socialismo”. O bom era serem as câmaras municipais e os governos regionais a construir casas para os pobrinhos. Ninguém mais pode construir.

Este Projeto de Resolução do CHEGA encerra, de facto, enormes problemas, mas nenhum dos problemas que foram até agora apontados.

O que nós precisamos, desde logo, na Região Autónoma dos Açores — e já lá vou à corrupção, porque também é curioso — é perceber que não é mais terrenos disponíveis que promovem a corrupção; é exatamente o contrário. É o excesso de burocracia e a falta de terrenos que promovem a corrupção.

Deputado José Pacheco (CH): Tão simples!

O Orador. Foi o excesso de burocracia que fez com que muitos cidadãos tivessem vendido terrenos ao desbarato, porque não podiam lá construir casas para os seus filhos e, depois, por despacho de Membros do Governo, esses terrenos foram suspensos dos respetivos PDM, POC e reservas agrícolas para especuladores construírem hotéis.

Foi isto que aconteceu e continua a acontecer na Região Autónoma dos Açores.

Portanto, estes mecanismos restritivos da construção e da liberdade das pessoas utilizarem os seus terrenos que têm levado à corrupção, ou pelo menos leva-nos a desconfiar de que há “jeitinhos” para uns e não para outros.

Este é o problema. Não é uma questão de perceções; é uma questão de insegurança dos cidadãos face às decisões dos políticos, nomeadamente autarcas e membros do Governo.

Não vale a pena dar exemplos de empreendimentos, mas, se quiserem, posso dar vários dos últimos 10, 15 ou 20 anos e até recentemente. É muito fácil encontrar aqui exemplos de situações destas em que as pessoas vendem terrenos ao desbarato, porque nas câmaras municipais, quando metem o estudo prévio, dizem que não podem fazer nada, e depois aparece um hotel no mesmo terreno.

Não podem construir duas casas para os filhos, não podem ampliar uma casa porque está na beira da rocha, mas depois aparece um hotel, com suspensões de PDM, POC e outros instrumentos, com despacho dos membros do Governo.

É isto que promove a corrupção. Não é a liberdade. A liberdade nunca promove corrupção.

Mas também é importante termos noção de que os investidores precisam de um quadro jurídico sólido e estável. Temos de saber com o que é que contamos durante 10, 15 ou 20 anos. Não se podem alterar as regras de um dia para o outro. Ninguém investe quando as regras estão a ser alteradas permanentemente, como é óbvio.

Daí que esta proposta do CHEGA, tendo pelo menos a bonomia de suspender alguns desses mecanismos, traz outros perigos, ou seja, a tal selva e toda a gente fazer tudo em todo o lado.

Os argumentos da AICOPA e da Associação de Municípios também caem por terra, porque muitos processos nem chegam a entrar nas câmaras: as pessoas quando vão ter com um arquiteto ou com um engenheiro para fazer uma coisa qualquer ou num sítio qualquer, dizem logo “isso não é possível”. Não chega à câmara, e quando muito, vai à câmara o estudo prévio e a câmara diz “não é possível”.

Deputado Mário Tomé (PS): Desculpe lá, isso não é bem assim!

O Orador: Não é preciso ir tão longe.

E se quiser, em cima de uma ruína, numa zona protegida, não posso sequer aumentar nove ou 10 metros quadrados para fazer uma casa de banho nova...

Deputado Mário Tomé (PS): Por acaso até pode.

O Orador: ... mas se for um projeto para um alojamento local, já é possível fazer ampliações.

São esses mecanismos que têm permitido a tal corrupção, ao contrário da liberdade. A liberdade nunca promoveu a corrupção. O que promove a corrupção é o excesso de burocracia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pelo CDS-PP, tem a palavra o Senhor Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aquilo que encontramos de positivo nesta proposta é o facto de permitir que este Parlamento discuta um tema importante, como bem disse o Sr. Deputado Berto Messias, não a habitação, mas a gestão do território.

Contudo, aquilo que o CHEGA aqui traz é, na nossa opinião, uma profunda irresponsabilidade.

É uma irresponsabilidade...

Deputada Olivéria Santos (CH): Irresponsabilidade é deixar as pessoas sem casa!

O Orador: ... tão simples quanto esta: aquilo que o CHEGA diz com esta resolução é que nós não estamos a fazer rigorosamente nada, a partir deste exato momento.

Se nós partirmos do princípio de que toda a legislação existente deve ser suspensa, no caso em apreço, por 3 ou 4 anos, o Parlamento deixa de ser eficaz, porque deixa de ser necessário fazer legislação e, muito menos, estar aqui para fiscalizá-la, uma vez que ela deixa de existir.

E passamos a viver na tal “selva”, como já hoje aqui foi frisado, porque ninguém regula, nem ninguém fiscaliza nada, e toda a gente faz aquilo que bem quer e entende.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Eu percebo isso, porque fui autarca durante estes últimos 12 anos e sei o que é ser autarca num concelho pequeno, onde todos os dias encontramos pessoas com problemas e com constrangimentos reais para construir. Mas não são apenas para construir habitação: são para construir habitação, para construir um armazém agrícola, para construir uma empresa, seja o que for.

E porquê? Porque existem regras. Mas há outra questão, que já referirei mais à frente, onde aí sim cabe a este Parlamento ajudar a resolver, bem como ao Governo Regional dos Açores, que até hoje não o fez e tem de fazer melhor.

A verdade é que aquilo que não podemos fazer é ignorar tudo o que temos vindo a construir ao longo dos anos. Nós sabemos que o PROTA, não impõe nada em termos de parecer vinculativo, ao contrário de um PDM ou de um POOC.

Portanto, o PDM e o POOC, que esses sim impõem regras no território, aquilo que fazem é regular, muitas regras que vêm da União Europeia, são adaptadas ao país e, posteriormente, à nossa região.

Se quisermos olhar para isto e para esta proposta em concreto, não é difícil de perceber — nem sequer é preciso ser jurista — que isto é completamente inconstitucional.

Este Parlamento não pode fazer isto. Pode até tentar, mas claramente terá de esperar pela resposta.

No meu Grupo Parlamentar foi isso que propus: votar a favor, para que o CHEGA receba depois a resposta de que é inconstitucional, e talvez assim aprendam.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Porque não podemos cair no facilitismo de dizer a toda a gente aquilo que todos querem ouvir. Não podemos basear decisões apenas porque encontramos alguém na rua com dificuldades num processo de licenciamento e, por isso, achar que devemos acabar com toda a legislação, com os PDM, com POOC e que passemos a estar na tal

“selva”.

Não contem connosco para isso. Pode até ser mais fácil, mas esse é o tal princípio: se for fácil, então não estamos aqui a fazer rigorosamente nada. Porque, se fazemos legislação de manhã para a suspender à tarde por 3 ou 4 anos, esta proposta não é para suspender parcialmente um artigo ou outro.

Não se trata de suspender algum artigo de um POOC ou de um PDM, nem de sugerir aos municípios que suspendam um PDM, até porque os municípios, com o devido respeito, não precisam do Parlamento dos Açores, nem da Assembleia da República, para o fazer. Isso é competência dos municípios e das assembleias municipais.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Não cabe ao Parlamento dos Açores dizer aos municípios que o devem suspender.

São os 19 municípios da Região que, em cada um dos seus concelhos, devem avaliar a sua realidade e decidir se há necessidade de suspender o PDM para determinados investimentos.

E sejamos intelectualmente honestos, o problema da habitação não assenta na falta de solo urbano. Assenta, sim, na falta de regulação do mercado.

Hoje, os açorianos, e em particular um casal jovem, têm enormes dificuldades em construir, porque, quando o custo chega aos 2000 euros por metro quadrado para construir, mesmo tendo terreno — oferecido pelo pai ou pelo avô — torna-se muito difícil obter financiamento para construir a casa. Não é, portanto, uma questão de solo urbano.

E vejamos os dados, Srs. Deputados do CHEGA, do relatório do Estado do Ordenamento do Território — dou dois exemplos concretos, o do maior concelho da Região e do mais pequeno: no concelho de Ponta Delgada, tem apenas cerca de 55 % do solo urbano está ocupado — pouco mais da metade. No concelho de Santa Cruz da Graciosa, tem apenas 46 % de ocupação de solo urbano.

E, se quisermos olhar para um concelho intermédio, por exemplo, na ilha de São

Miguel, o concelho da Lagoa, que tem uma das maiores taxas de ocupação de solo urbano, apresenta cerca de 64 %. Ou seja, ainda existe uma margem significativa de solo disponível. E ainda tem 29 % para passar acima destes 64 % de solo urbano se assim o entender.

Logo, o problema não reside na falta de solo urbano, mas sim na falta de regulamentação do mercado da construção, algo que não acontece apenas nos Açores, mas também no resto do país e um pouco por toda a Europa.

O que este Parlamento deve fazer é procurar soluções equilibradas, com mais esforço, analisando os diplomas de gestão do território e percebendo se é ou não necessário alterar alguns dos seus artigos, e provavelmente é. Agora, desregulamentar totalmente durante 3 ou 4 anos, desculpem, mas isso...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Era por 3 anos.

O Orador: Por 3 anos mais um, é aquilo que está na proposta...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Ah!

O Orador: Podia ser até só 6 meses ou até só 1 mês. Isso, desde logo, seria uma incoerência e uma injustiça para com os açorianos que, durante mais de 20 anos, tiveram de legalizar as suas construções com base em diplomas que foram aprovados por esta própria Casa. Para depois, vir aqui, no outro dia, dizer-se que se dá o dito pelo não dito e afirmar que, afinal, o que hoje o senhor teve de gastar... porque hoje construir custa dinheiro, mas também custa dinheiro licenciar.

Os arquitetos podem ir todos para o desemprego, os engenheiros civis também, porque agora não é preciso fazer projetos, nem fiscalizar obras e, portanto, não precisamos de vocês para coisa nenhuma, porque cada um constrói como quiser. O que se quiser construir em madeira de criptoméria, constrói; o que se quiser construir em betão, constrói. Se houver segurança ou não para as pessoas, isso não importa nada. O que importa é que, quando surgirem alterações climáticas — seja na orla costeira ou em deslizamentos de terras — o Governo se chegue à frente e resolva, porque foi responsável e permitiu construir onde não devia.

Por isso, temos de manter um princípio de coerência. E aquilo que deve ser feito — como referi no início, e daí deixo esta recomendação ao Governo dos Açores — é que o Governo dos Açores melhore os tempos de resposta aos municípios em relação às direções regionais, que emitem pareceres vinculativos e, muitas vezes — para não dizer sempre — não cumprem os prazos. Quando têm de responder em 30 ou 60 dias, demoram 6, 7 e 8 meses ou até mais de 1 ano para responder. E enquanto esse parecer vinculativo não chega, o município não pode licenciar.

A verdade é que quem leva com o problema é o Presidente de Câmara, porque a pessoa recebe apenas a carta do município a dizer se está ou não licenciado, sem saber porquê, nem perceber que foi a direção regional que demorou 1 ano a enviar a resposta.

É isso que esta Assembleia deve fazer: fiscalizar o Governo e exigir que os municípios respondam em tempo útil, permitindo processos de licenciamento mais rápidos e céleres. O verdadeiro problema dos licenciamentos na Região, de hoje e de há muitos anos, não é deste Governo da AD; também o foi do Partido Socialista. O problema principal continua a ser a demora excessiva na emissão dos pareceres vinculativos.

Muito obrigado.

Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os planos especiais de ordenamento do território são extremamente importantes para a nossa vida comum, tanto atual quanto futura. Não há desenvolvimento dos Açores,

nem há segurança das populações ou proteção civil, sem a existência desses planos.

Uma orientação sobre o que podemos fazer com a ocupação do território na nossa vida, são esses planos, que permitem a proteção da vida humana, da vida animal, da sustentabilidade da utilização do solo, da proteção ambiental, dos recursos hídricos, da disciplina do uso do solo e a minimização de riscos relativamente às ocorrências climatéricas.

O que seria dos açorianos sem a existência desses planos, especialmente diante de fenómenos como o Furacão Lorenzo, a recente tempestade pós-tropical Gabrielle, ou outros que certamente virão e poderão assolar o arquipélago?

O que seriam os açorianos sem a disciplina na utilização do solo proporcionada por esses planos? O que o CHEGA nos traz tem méritos e deméritos.

A iniciativa parlamentar tem o mérito de centrar um debate e uma discussão aqui neste Parlamento. Grande parte dos planos, designadamente o PROTA e a Reserva Agrícola Regional, são decretos legislativos regionais. Portanto, a responsabilidade direta é das Sras. e dos Srs. Deputados. Essa centralidade da discussão é essencial para garantir a interdisciplina e a interligação do que efetivamente deve existir, respeitando as regras e critérios comunitários.

É preciso lembrar que foi criada legislação relativa a grande parte desses planos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não se deve atirar para o Governo uma responsabilidade quando os Srs. Deputados têm a responsabilidade de alterar ou não os Decretos Legislativos Regionais. Os legisladores são os Srs. Deputados. O Governo não é legislador.

Deputado José Pacheco (CH): O Governo é que governa!

O Orador: Pode propor. As Sras. e os Srs. Deputados são legisladores.

Quanto ao PROTA e à sua suspensão, esta só deve ser feita pelo ato que o criou, ou seja, por decreto legislativo regional. A primeira responsabilidade é dos deputados, que podem fazer isso diretamente na Assembleia, sem necessidade de recomendar ao Governo.

O mesmo se aplica à Reserva Agrícola Regional: o CHEGA pode alterar aquilo que é definido pelo decreto legislativo regional.

Deputado José Pacheco (CH): Então vamos a isso!

O Orador: Vamos a isso, mas não é atirar para nós quando o pode fazer diretamente.

Deputado José Pacheco (CH): E a agricultura nada faz, atira ao Parlamento. Isto dá para os dois lados! É a chamada “faca de dois gumes”.

O Orador: A suspensão do PROTA, que vincula única e exclusivamente entidades públicas, não tem uma ação direta sobre os privados. Apenas pode ser suspensa por Decreto Legislativo Regional, o n.º 4, artigo 132.º do RJGT (Regime dos Instrumentos de Gestão Territorial). Está na vossa alçada essa mesma suspensão.

Suspender um Plano de Ordenamento da Orla Costeira por critérios de habitação é alterar a prioridade de segurança e proteção civil. Um Plano de Ordenamento da Orla Costeira, é acima de tudo a proteção da vida das pessoas e do seu património. Alterar isto para pôr a habitação em primeiro lugar é alterar os critérios existenciais da vida humana. Não, não é possível! Isso lesaria o artigo 12.º do RJGT, que rege os instrumentos de gestão territorial.

Quanto aos PDM, estes não são responsabilidade do Governo Regional, mas única e exclusivamente das assembleias e câmaras municipais.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem tem deputados municipais pode propor alterações diretamente aos PDM. Não cabe ao Governo essa ingerência nos PDM. Aquilo que é da Assembleia é da Assembleia, os Decretos Legislativos Regionais; aquilo que é do Governo é do Governo, o Decreto Regulamentar Regional; e aquilo que é das Assembleias Municipais é das Assembleias Municipais. Os PDM são única e exclusivamente responsabilidade das Assembleias Municipais.

Neste momento existem poucos PDM aprovados. Até finais de 2026, haverá possibilidades para a revisão dos PDM, mantendo as regras de construção. Por exemplo, nos POC aprovados (POC da Terceira, de São Jorge e de São Miguel), há

zonas com faixa de 500 metros onde se divide por zona A e zona B; a B é da responsabilidade dos PDM, em que se permite a construção da habitação.

No caso, por exemplo, da Terceira, 61 % da área permite construção, sendo essa responsabilidade dos PDM. No caso de São Miguel, que corresponde à zona B, 57 % é da responsabilidade dos PDM. Portanto, se houver algo a alterar, não iremos intervir naquilo que é uma responsabilidade municipal.

É por proposta da Assembleia Municipal que se revê os PDM. Eles estão sendo revistos. Atualmente, apenas quatro PDM estão aprovados; todos os outros ainda faltam.

Se for necessário, seja em relação à zona ou à facilidade de construção, que as Assembleias Municipais possam, obviamente, propor essas alterações.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, os obstáculos à habitação não se devem à falta de solo urbanizável, mas a fatores como preços elevados dos imóveis, especulação, turismo, compra de imóveis por imigrantes e acesso ao crédito para jovens casais. Esses fatores não estão relacionados à disponibilidade de solo ou à utilização do território.

Srs. Deputados, o CHEGA tem méritos na sua iniciativa, especialmente no ponto 4, com o qual eu concordo; os investimentos industriais (nos pontos 1, 2 e 3) na reserva agrícola penso que tem de se rever, com complemento de uma atividade agrícola.

Eu compreendo, aceito e considero que isto traz um contributo que poderá levar o Governo, no futuro, a promover alterações.

No entanto, não posso concordar com a suspensão dos planos de gestão territorial, pois isso geraria uma anarquia de gestão, representaria um risco para a proteção civil e, obviamente, seria uma negligência política suspender esses planos, atirando essa responsabilidade de fazer esses planos para o Governo, quando as Sras. e os Srs. Deputados podem alterar.

Aliás, o Governo só pode agir nesse âmbito através de Decreto Legislativo Regional, como é o caso do PROTA ou da Reserva Agrícola Regional.

Essa iniciativa tem méritos e deméritos. A suspensão total dos planos constitui um demérito, representa irresponsabilidade, promove anarquia e aumentaria diversos riscos, tanto atuais quanto futuros, para uma Região acostumada, infelizmente, a enfrentar ocorrências climatéricas.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta é, talvez, a proposta mais irresponsável que já deu entrada neste Parlamento.

Deputado José Paulo Sousa (CH): O senhor já trouxe piores.

O Orador: A suspensão de todos os Planos de Ordenamento do Território na Região é, como é óbvio, uma total irresponsabilidade.

Trata-se de uma irresponsabilidade porque, em primeiro lugar, geraria danos irreversíveis na reserva agrícola e na reserva ecológica, danos que nunca poderiam ser reparados. Em segundo lugar, essa proposta permitiria a construção habitacional, indústria, comércio e serviços de forma dispersa, tornando muito mais dispendiosa a construção e a manutenção de infraestruturas, como eletricidade, água e a própria rede viária.

Não é, como é óbvio, esta proposta que resolveria qualquer problema relacionado com a falta de habitação.

O problema da falta de habitação resume-se a uma equação muito simples: não há dinheiro para pagar nem terrenos, nem casas ao preço que elas custam.

Esse é o problema fundamental a resolver e é esse o desafio que as pessoas enfrentam.

Não há dinheiro para comprar os terrenos existentes; não há dinheiro para pagar os custos da construção; não há dinheiro para custear uma casa nos dias de hoje.

E eu pergunto: a quem propõe esta irresponsabilidade — que é o partido CHEGA — será que é o CHEGA que vai resolver o problema de não termos terrenos agrícolas que permitam produzir alimentos essenciais para a nossa Região, garantindo alguma autonomia alimentar, ainda que mínima?

Será que o CHEGA irá resolver esse problema quando ele surgir?

Deputado José Pacheco (CH): Os terrenos estão aí! O senhor que os cultive!

O Orador: Será o CHEGA que se responsabilizaria pelas casas ou serviços que seriam construídos em zonas de risco, em zonas de inundação ou na orla costeira, sujeitas a destruição e danos pelo mar?

Deputado José Pacheco (CH): Onde é que o senhor leu isso? Seja sério!

O Orador: E em zonas junto a falésias, o CHEGA que assumiria essa responsabilidade?

Infelizmente, já vi de perto demasiadas pessoas morrer...

Deputado Hugo Parente (PSD): Isso é falso!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Que horror!

O Orador: ... demasiadas famílias ficarem sem casa, muitas vidas e famílias destruídas devido a intempéries nesta Região.

Dispenso que o CHEGA coloque a vida dos açorianos em risco.

Por isso, naturalmente, uma proposta irresponsável como esta só pode ter o resultado certo: o chumbo.

Deputado José Pacheco (CH): Que demagogia barata, credo!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado, nunca nos corre mal. Sabe porquê? Nós não vimos para aqui com

demagogia barata, nem com perceções, porque este Grupo Parlamentar anda na rua, fala com as pessoas, não se põe a olhar uns para os outros, tem ideias. Vamos ter ideias para os açorianos e pode ser que lhes calhe uma coisinha na algibeira.

Este copo está meio cheio ou meio vazio?

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

Este copo está meio cheio ou meio vazio? Este é o problema dos Açores.

Os senhores acham sempre que está meio cheio, e nós na questão da habitação e dos terrenos, achamos é que está meio vazio. Mas não somos só nós. Não é uma questão de perceção, é uma questão de ouvir as pessoas. Não é à toa que nós dizemos: “somos a tua voz”. A tua, não; somos a dos outros. Nós somos a voz das pessoas porque as ouvimos. Então vejamos: Um agricultor que tem um terreno que está numa reserva agrícola, que tem a sua casa, a casa do filho não pode ser ao lado. Ó Sr. Secretário, isso é normal? Não, não é normal.

Quem é que disse, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, que nós queremos construir em falésias? Leu isso em algum sítio? Vivemos numa “selva”, onde o leão é amigo da pantera... e tudo o resto é só bicho miúdo. E o Sr. Deputado Nuno Barata disse, e disse muito bem que há umas suspensõezinhas aí muito simpáticas e uns esquemas habilidosos em que é proibido, proibido, proibido, proibido, até a pessoa desistir. Quando a pessoa desiste, aparece o “leão”, “corisco leão”.

O “leão” aparece e já é permitido, e é permitido em todo o lado e mais algum e “um par de botas”. E foi isso que nós trouxemos aqui. As pessoas estão desesperadas por ter área urbanizada.

Sr. Deputado Luís Silveira, pela longa amizade que temos, vindo de um ex-autarca, até me espanta. O senhor atirou “um monte de lumes” para aqui. Isto é a história das galinhas. As estatísticas dizem que há duas galinhas: uma para mim e outra para a Sra. Deputada Olivéria. Eu comi as duas galinhas, mas na estatística cada um comeu uma.

Na verdade, fui eu quem comeu as galinhas.

O que está a acontecer na revisão de alguns PDM é que se diz que a área é urbanizável e depois há uma coisa muito interessante, que é bom que os açorianos percebam: a autorização para se construírem prédios de 10 andares nos Açores — eu vou repetir: autorização para se construírem prédios de 10 andares nos Açores — como se isto fosse uma capital onde não temos espaço de expansão.

Mas depois “há tudo e mais um par de botas”, peço desculpa, Sr. Presidente, pela expressão — não vá o Sr. Deputado Joaquim Machado achá-la inadequada —, mas depois autoriza-se tudo; autoriza-se centros comerciais, autoriza-se híperes tudo dentro de localidades, autoriza-se tudo. Passa-se por cima da lei, passa-se por cima dos comerciantes, passa-se por cima da economia, passa-se por cima de tudo e de todos. “Cilindra-se”. E o que nós viemos aqui pedir é: deixem-se de burocracia.

O Sr. Deputado dizia há bocado que as pessoas estão afundadas em licenças, estão afundadas em prazos, está tudo afundado. Olhe, nós viemos desafundar.

Nós viemos dizer que, se calhar, tanta burocracia só nos fez focar... e os preços dos terrenos e os preços das casas, disse-me um velho senhor, um sábio — podia ter sido um passarinho, mas foi mesmo uma pessoa real — não existe especulação; existe oferta e procura. Se a oferta é pouca e a procura é muita, o que é que sobe? O preço. E é o que está a acontecer.

O que está a acontecer é que a oferta é tão curta que as pessoas estão a sujeitar-se a preços que são proibitivos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por acaso é ao contrário.

O Orador: São proibitivos. Ó senhor, deixe-me acabar. Aprenda uma coisinha: são proibitivos.

Agora vêm com esta demagogia barata... ó Sr. Deputado Berto Messias, eu peço-lhe desculpa, mas corrupção na boca PS parece “candinhos” na boca de pequenos.

Vir falar de corrupção? Corrupção?!

Corrupção é quando não há oferta, quando há envelopes...

Deputado José Ávila (PS): E as malinhas.

O Orador: O senhor sabe do que estou a falar, não sabe?

Uns envelopes, um processo de passar para cima... Sabe, não sabe? Sabe. Está-se a lembrar, não está?

Se a liberdade funcionar, se o mercado funcionar, não é preciso envelope. Tudo funciona naturalmente, como deve funcionar. Peço desculpa, mas é assim, nós trouxemos uma solução, se os senhores não gostam dela, “comam só as batatas”.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O acesso à habitação é hoje uma das maiores preocupações das famílias açorianas.

É uma realidade que exige respostas eficazes, mas também rigor na análise.

A iniciativa que hoje discutimos propõe suspender instrumentos fundamentais de ordenamento do território, como, por exemplo, os Planos de Ordenamento da Orla Costeira e, na prática, também os Planos Diretores Municipais, com a intenção de facilitar a construção.

Contudo, das audições realizadas por esta Comissão resulta, de forma inequívoca, que nenhuma das entidades ouvidas identificou os instrumentos de ordenamento do território como a principal causa da crise na habitação, nos Açores.

Em sede de Comissão, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação recordou que estes instrumentos existem para proteger a vida humana, salvaguardar o património, preservar os recursos hídricos e a capacidade produtiva dos solos.

O setor da construção civil também se pronunciou sobre esta matéria.

A Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores afirmou que não existe falta de solos para habitação neste momento, ou seja, nem o próprio setor da construção apontou estes instrumentos como o principal problema.

As audições desta Comissão mostraram igualmente que o problema da habitação depende de vários fatores.

O custo da construção, a subida do preço dos materiais, a escassez de mão de obra e o custo do financiamento são fatores que condicionam diretamente a capacidade de construir. Nenhuma das entidades ouvidas apontou a suspensão dos instrumentos de ordenamento territorial como solução para estes problemas.

Existe ainda uma questão de fundo nesta iniciativa.

A proposta parte da ideia de que o problema da habitação resulta da falta de solo disponível para construção.

Contudo, foi referido nas audições que existe solo urbanizável previsto nos planos municipais onde nunca se construiu. Ou seja, tenta-se resolver um problema de solo quando o problema é, essencialmente, económico.

Há ainda outro ponto relevante: a suspensão do Plano Regional de Ordenamento do Território não produzirá o efeito que aqui se sugere.

Quem define, concretamente, as possibilidades de construção são os Planos Diretores Municipais, instrumentos da competência das autarquias locais.

Ou seja, a solução proposta não altera o que realmente determina onde se pode construir.

Sras. e Srs. Deputados, importa então colocar uma pergunta simples:

Se os instrumentos de ordenamento do território fossem realmente o principal obstáculo à construção nos Açores, por que razão nenhuma das entidades ouvidas nesta Comissão o afirmou?

Essa é a reflexão que este Parlamento deve fazer com serenidade.

Facilitar a construção é um objetivo legítimo, mas deve ser feito com planeamento e com políticas públicas que aumentem efetivamente a oferta de habitação.

O ordenamento do território não é um obstáculo ao desenvolvimento.

É a garantia de que o desenvolvimento serve as pessoas e o território.

E é com esse princípio que o PPM encara esta matéria.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias, do Partido Socialista.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado José Pacheco, não vá... Faça favor, tenho algumas coisas para lhe dizer.

Não vá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Sr. Deputado José Pacheco, volte. Gostava muito que estivesse no debate.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor nem em si manda, quanto mais nos outros.

O Orador: Pronto... sim, senhor... então vai fugir do debate. Sim, senhor.

Sras. e Srs. Deputados:

Já várias questões foram feitas e estes debates são também importantes porque são clarificadores e mostram aquilo que cada um pensa, aquilo que cada um defende e aquilo que cada um aqui representa.

Sr. Deputado Nuno Barata, eu não cometo a audácia de me considerar tão inteligente como V. Exa., longe de mim pensar que possa estar ao seu nível intelectual, mas não cometo a deselegância — nunca cometi — de dizer que este ou aquele deputado não percebe nada disto ou não percebe nada daquele outro assunto. Todos são respeitáveis e sei que todos aqui trabalham, estudam os assuntos e fazem o melhor que sabem e o melhor que podem. É isso que eu tento fazer.

Portanto, não quero, de todo, colocar-me ao seu nível intelectual, mas não posso deixar

de lhe dizer isto, Sr. Deputado Nuno Barata, porque estes debates são importantes, são clarificadores. Diz o senhor que em liberdade não há corrupção; o senhor está redondamente enganado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Aliás, os indicadores públicos sobre esta matéria mostram exatamente o contrário da afirmação que o senhor fez.

Mas aquilo que o senhor diz é que, em liberdade, não há corrupção; aquilo que o senhor defende é que haja liberdade para os mais fortes. Nós não podemos compactuar com esse tipo de visão e com a leitura que o Sr. Deputado Nuno Barata faz, com a qual eu discordo, mas que é, naturalmente, respeitável.

Mas é bom que saibamos o que é que o Deputado Nuno Barata e o que é que a Iniciativa Liberal aqui defendem: a liberdade dos mais ricos, de quem tem mais dinheiro e pode avançar para comprar terrenos, fazer construções, vender construções, sem qualquer tipo de regra e sem qualquer tipo de restrição construtiva.

Quanto ao CHEGA, o Sr. Deputado José Pacheco fugiu do debate, lamento. Disse umas coisas e foi-se embora, lamento imenso. Gostaria imenso de debater com ele, mas está aqui a Sra. Deputada Olivéria, que foi à tribuna apresentar esta proposta, e reiterar aquilo que já disse.

Esta proposta não melhora, em nada, absolutamente nada, a vida de quem tem dificuldades em aceder à habitação ou em construir habitação nos Açores.

Sei que o CHEGA ainda hoje ou amanhã vai colocar nas redes sociais um vídeo, um meme...

Deputada Olivéria Santos (CH): É verdade!

O Orador: ... a dizer que o Parlamento não concordou com uma proposta que visava melhorar as condições de acesso à habitação.

Para quem nos ouve e para a comunicação social, é importante que leiam a proposta do CHEGA e percebam que nós não estamos a discutir habitação, estamos, sim, a tratar da suspensão, pelo mínimo de 3 anos, dos instrumentos de ordenamento do território

que temos na nossa Região, para que, supostamente, se possa construir mais.

Isso é falso; não corresponde à verdade; não há um único indicador que diga isso; as audições na Comissão foram absolutamente claras e não há relação entre a falta de habitação e a existência dos instrumentos de ordenamento do território.

Deputada Olivéria Santos (CH): O senhor vá perguntar aqui ao lado para ver o que é que dizem.

O Orador: Aliás, o Sr. Deputado José Pacheco disse tudo na sua intervenção. Virando-se para o Sr. Deputado António Lima: “Então, Sr. Deputado, o senhor acha que a gente quer que seja possível construir numa falésia?”

Srs. Deputados, a vossa proposta permite isso!

Deputada Olivéria Santos (CH): Não permite!

Vozes de Deputados das bancadas do PSD e do PS: Permite sim senhora!

O Orador: A vossa proposta garante isso. E é isso que os senhores, lamentavelmente, não percebem; ou então percebem, porque aquilo que os senhores propõem permite exatamente isso.

Deputada Olivéria Santos (CH): Ó senhor, ninguém vai construir numa falésia, e os senhores sabem isso.

O Orador: Portanto, nós não podemos compactuar com este tipo de proposta e não posso deixar de voltar a dizê-lo: esta proposta permite especulação imobiliária, permite a instalação de interesses de quem tem mais poder financeiro e permite casos de corrupção no âmbito da construção civil, pública e privada.

Lamento que o CHEGA apresente aqui uma proposta que potencia exatamente isso.

Quanto às críticas do Sr. Deputado José Pacheco relativamente ao PS e à corrupção, estou perfeitamente descansado. O Partido Socialista dos Açores está perfeitamente tranquilo relativamente a isso. Até posso dizer-lhe o seguinte: nos ciclos políticos em que participei e que pude testemunhar, nunca um membro do Governo do Partido Socialista foi constituído arguido. Isso é um motivo que muito nos orgulha. E tive também o privilégio de trabalhar com um Presidente do Governo que era

absolutamente implacável com esse tipo de situações.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Essa parte foi desnecessária!

Deputado Luís Raposo (PSD): Estava indo tão bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra na decorrência da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias e quem acompanha a minha vida partidária e parlamentar terá poucas oportunidades de encontrar qualquer tentativa de evidenciar superioridade moral.

Mas, Sr. Deputado Berto Messias, em relação à inteligência, o senhor não precisava de dizer nada: é uma evidência.

O Sr. Deputado Berto Messias começa por dizer que os indicadores dizem o contrário daquilo que eu, desta bancada, disse. Não é verdade, Sr. Deputado Berto Messias.

Se o senhor for buscar e analisar os indicadores, o que eles dizem é que, nos países mais liberais, existe menos corrupção. E, aliás, eu vou dar-lhe um número que talvez o Sr. Deputado não tenha presente: no ano 2000, na transição do século, Portugal ocupava o 23.º lugar no índice de corrupção, a par da Irlanda; hoje, já nem sabemos onde está a Irlanda; com o seu liberalismo, já nem sabemos onde está a Irlanda, enquanto Portugal, governado pelo PS e pelo PSD ao longo destes 25 anos, de 2000 a 2025, está ao nível da Costa Rica, no 46.º lugar.

Portanto, Sr. Deputado Berto Messias, é bom que consulte os seus dados — os tais que disse que evidenciavam que a minha intervenção era falsa — porque os dados a nível

internacional dizem precisamente o contrário: os países mais liberais têm menos corrupção do que aqueles que vivem permanentemente na regulamentação e na prossecução de políticas regulatórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego** (Maria João Carreiro):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, permitam-me saudar o CHEGA pela sua iniciativa em trazer este debate sobre o acesso à habitação e sobre o que o Governo pode ou está a fazer relativamente a esta matéria.

E, neste âmbito, permitam-me, desde logo, dar nota do seguinte aos Srs. Deputados:

O reforço da oferta pública habitacional na Região tem sido um desígnio inquestionável por parte deste Governo.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tem sido uma prioridade absoluta desta coligação, numa altura em que bem sabemos que as famílias enfrentam dificuldades no acesso à habitação, em particular no que diz respeito à construção e ao arrendamento.

Neste âmbito, sabemos bem de onde partimos; partimos de 10 anos de ausência de investimento na habitação, período durante o qual foram construídas apenas 70 habitações e isso leva-nos, desde logo, a uma questão: o que é que este Governo tem feito nesta matéria?

A verdade é que beneficiamos de um envelope financeiro sem precedentes, robusto, na ordem dos 75 milhões de euros ao nível do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), mas a verdade é que este Governo soube aproveitar este investimento, contrariando aqueles que juravam a pés juntos, que não conseguiríamos executá-lo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

A Oradora: E a realidade fala por si, e os números não desmentem.

Desde logo — e não foi de propósito — hoje foi anunciado o concurso de 107 lotes, o que irá permitir a muitas famílias concretizar o sonho de construir a sua habitação, em condições condignas, nas diferentes ilhas da nossa Região. Este investimento envolve o PRA (Programa de Renda Acessível), mas não só. Estamos a falar de um investimento de cerca de 5,5 milhões de euros, correspondente a cerca de 30 % dos lotes hoje colocados a concurso.

Portanto, estamos aqui perante uma resposta concreta, robusta e inequívoca para as famílias, uma resposta deste Governo Regional, que pretende, desde logo, aliviar o esforço financeiro das famílias na concretização do seu projeto de habitação.

Estamos a falar de lotes que há muito eram anunciados e aguardados pelas famílias, que, esperançosas, aguardavam que passassem do papel à realidade.

Importa também referir que estamos a falar de acesso a preços acessíveis, em particular, no que diz respeito aos concursos, e conforme foi dado conhecimento público este ano, estamos a falar de lotes em que as famílias, ao adquiri-los, compartilharão apenas entre 5 % e 45 % do valor, em função do seu rendimento. Temos aqui, portanto, mais uma medida concreta de alívio para as famílias, permitindo-lhes construir a casa que idealizam.

Deputado José Pacheco (CH): É uma exigência do CHEGA!

A Oradora: Mas o que mais está este Governo a fazer? É importante relembrar, àqueles que nos estão a ouvir, o que é que estamos a fazer nesta matéria: foram revistos os coeficientes e os rendimentos máximos das famílias, precisamente para alargar a elegibilidade aos concursos; majorámos o apoio à autoconstrução em cerca de 25 %, permitindo participações até 75 mil euros e participámos financeiramente, a fundo por dito, o projeto de arquitetura e especialidades até 5 mil euros. Portanto, nunca houve tanto esforço por parte do Governo Regional para atender às expectativas das

famílias e reforçar a oferta habitacional na Região.

Está tudo feito? Não está. Mas muito já foi feito, e não ficaremos por aqui. Não só estamos a aproveitar ao máximo o financiamento do PRR, no valor de 85 milhões de euros, permitindo 767 novas respostas habitacionais, como estamos a ir mais além.

Recentemente, foi aqui, dado nota pública que a Comissão Europeia permitiu atender à nossa proposta a reprogramação do Quadro Comunitário para os Açores 2030, permitindo reafectar 10 milhões de euros para a habitação. Com este reforço, iremos criar mais 102 novas respostas habitacionais. Serão concretizados projetos que estiveram anos no papel e que agora avançarão com este Governo. Desde logo, posso dar boa nota que estamos a falar nas 16 habitações nas Sete Cidades; de 24 habitações no loteamento das Candeias, de 48 habitações na Terra Chã. São projetos que deixam de ser anúncios e passam a ser realidade, para dar resposta às nossas famílias.

Portanto, é importante dar nota que este Governo está a fazer um esforço máximo, num investimento histórico como nunca se verificou na Região.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional,
Sra. Deputada Ana Jorge, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Ana Jorge (PSD):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que aqui foi dito, acho importante recentrar a discussão naquilo que efetivamente constitui o conteúdo deste Projeto de Resolução. Devemos pautar-nos por uma pedagogia a favor do ordenamento e da gestão do território, que permita à população perceber as vantagens decorrentes dos instrumentos de gestão territorial, os quais podem, a todo o momento, ser revistos, melhorados e simplificados, diminuindo

burocracias que muitas vezes não resultam dos instrumentos em si, mas dos regulamentos criados para a sua aplicação. Isso foi também referido em sede de comissão.

No âmbito de todo o trabalho desenvolvido, atrever-me-ia a dizer que, depois de tudo aquilo que foi o trabalho em comissão e do relatório votado por unanimidade, este Projeto de Resolução poderia ser retirado, uma vez que não vimos um único parecer favorável.

Pelo contrário, temos pareceres técnicos de engenheiros, arquitetos, AICOPA (Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas dos Açores) da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, da Delegação Regional da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), e de Conselhos de Ilha, que utilizam termos como “repudiar o Projeto de Resolução”, quase considerando-o uma verdadeira aberração. É um trabalho sério, demorado, e que deve ser considerado. Não se deve ignorar nem passar por cima dele.

Importa clarificar que esse trabalho poderia inclusive servir de manual em várias disciplinas ao nível escolar, fica aqui a recomendação para a Sra. Secretária Regional da Educação.

Quando todas as entidades técnicas alertam para riscos, o mínimo que se exige a quem legisla é não ter pressa. É uma questão de responsabilidade. Essa palavra já foi aqui dita, ou antes a sua negação em relação a esta proposta.

É importante afirmar com clareza que criar mais habitação nos Açores não é impedido pela falta de solo disponível. Isto foi confirmado com dados e estatísticas, pelo então Presidente da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, e reforçado em sede de comissão que o que efetivamente contribui para obstáculos ao acesso à habitação são fatores como o custo de construção, o aumento do preço dos materiais, a escassez de mão de obra, a atratividade dos Açores e a limitada capacidade dos empreiteiros. Suspender os planos de ordenamento do território não reduz o preço das casas, não aumenta salários e não resolve a falta de trabalhadores na construção civil.

Pelo contrário, pode gerar algo muito mais perigoso: desordenamento territorial, construção dispersa, que também está prevista, e pressão acrescida sobre áreas ambientalmente sensíveis.

Vivemos num arquipélago classificado a vários níveis, que todos prezamos que assim seja, particularmente vulnerável às alterações climáticas, que temos assistido com muita frequência, com tempestades frequentes, erosão costeira, movimentos de vertentes, cheias e galgamentos do mar, riscos já integrados na revisão do Plano de Gestão de Riscos e Inundações da Região Autónoma dos Açores.

Sras. e Srs. Deputados, imaginem por um momento o que significaria este território sem instrumentos de planeamento, sem Plano Regional de Ordenamento, sem Plano de Orla Costeira, com municípios incentivados a suspender os seus Planos Diretores Municipais.

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores estão preocupados com isso, e as bacias? Falam do ISSA e as bacias que estão prometidas há anos?

A Oradora: Senhor Deputado José Pacheco, peço desculpa, faço aqui um parêntese: quando não quer estar, não está; mas, depois, quando participa, está presente, se me permite...

Deputado José Pacheco (CH): Ó senhora quem é que lhe deu essa autoridade? Eu também nunca lhe disse que a senhora fala de mais e prega-nos uma seca!

A Oradora: Imagine decisões sobre construção tomadas caso a caso, sem um quadro estratégico que as suporte.

Quando retiramos o planeamento, perdemos critérios; quando perdemos critérios, criamos desordem; e quando criamos desordem, quem paga o preço são as pessoas. Não venhamos aqui vender uma outra realidade às pessoas, de que estamos do seu lado, de que estamos a facilitar o acesso à habitação, porque não, estamos a desproteger o seu território.

Deputado José Pacheco (CH): Ó Sra. Deputada o que é que a senhora percebe disto?!

A Oradora: Por caso até percebo, Sr. Deputado.

Eu não vou entrar pela inteligência porque eu valorizo várias formas de inteligências, mas até digo-lhe que percebo um bocadinho.

Deputado José Pacheco (CH): Não está a proteger nada!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não entrem em diálogo.

A Oradora: O ordenamento do território não é um obstáculo ao desenvolvimento, mas um fator de desenvolvimento. Deve-se conciliar o acesso à habitação com a preservação da segurança territorial, a sustentabilidade ambiental e a resiliência face às alterações climáticas. Não se deve criar mais habitação criando desordem e caos, porque o território dos Açores não é apenas um espaço para construir casas, é onde construímos o nosso futuro.

No Projeto de Resolução do CHEGA, bastaria ficar o último ponto, o ponto 6 que diz uma coisa importante: “Em alternativa a algumas ou todas as recomendações previstas nos números anteriores, deve o Governo implementar outro tipo de medidas que visem facilitar a construção pública e privada, com a garantia de permitir o acesso a mais e melhor habitação nesta Região.”

Já o fez. Bastaria este ponto. A Sra. Secretária já disse que todo o resto não era relevante. O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação explicou, e muito bem, as fragilidades e as irresponsabilidades desta proposta.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem, Ana!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ficaríamos pelo ponto 6 e, assim, também não precisaríamos do Projeto de Resolução, porque o Governo já está a trabalhar nesse sentido.

Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Deputado José Pacheco (CH): Ó senhora, mas diga o que é que o Governo vai fazer. Vai dizer ou não?

A Oradora: Fiquei com dúvida sobre a metáfora da “selva” e do tamanho das criaturas — o leão, o mais pequeno, o menos pequeno. Não tenho nada contra estaturas menos ou mais volumosas, mas questiono-me: quem foi o “leão” que conseguiu a autorização para aquele hotel, onde mais ninguém conseguiria?

Deputado Paulo Gomes (PSD): Pergunte ao Sr. Deputado Barata.

A Oradora: Sim, o Sr. Deputado Barata vincadamente e de forma muito efusiva...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não preciso dizer nada!

A Oradora: Não, não. Falou de hotéis que com alguns leões conseguiam fazer-se...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não preciso dizer, vá às resoluções do Conselho do seu Governo!

A Oradora: Bem, eu deixo uma questão final: quem sustenta tecnicamente este Projeto de Resolução?

Essa é a questão que deixo para reflexão final.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pelo CHEGA, tem a palavra a Sra. Deputada Oliveira Santos.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Vou começar pelo fim, porque tenho aqui algumas considerações que gostaria de partilhar, mas começo por dirigir-me à Sra. Secretária Regional da Habitação, que fez, e muito bem, uma explanação sobre aquilo que o Governo está a realizar ao nível da habitação.

No entanto, o que este Projeto de Resolução nos traz não é habitação social, nem sequer habitação pública. O que ele pretende essencialmente é favorecer a habitação privada,

em defesa dos interesses privados, e não da habitação pública.

A Sra. Secretária falou da autoconstrução e das cooperativas, e é importante não esquecer que o reforço da autoconstrução e das cooperativas foi também uma proposta do CHEGA, inscrita no orçamento. É necessário recordar quem tem desde sempre tem defendido o reforço de verbas para habitação na Região.

A Sra. Secretária referiu, com alguma graça, que alguns vaticinaram que não conseguiriam concluir os projetos do PRR, mas, o que é certo é que o prazo ainda não terminou e os projetos ainda não estão concluídos.

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Já foram entregues!

A Oradora: Portanto, teremos de aguardar até à data final para vermos se ficam concluídos esses projetos.

Deputado José Pacheco (CH): Esperamos que sim!

O Orador: Para bem de todos, esperamos que sejam concluídos e, nessa altura, certamente daremos os parabéns a quem de direito.

Deputado José Pacheco (CH): E ao CHEGA!

A Oradora: Sra. Secretária, o que não é perceção, mas sim realidade, são as 5 mil candidaturas para apenas 107 apartamentos.

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Não foi a nós, foi à Câmara!

Deputado José Pacheco (CH): Foi a de Ponta Delgada!

A Oradora: Isto não é uma perceção, é uma realidade.

A realidade é que falta muita habitação e o que está a ser feito não é suficiente para satisfazer as necessidades da população.

Estão a fazer, estão sim senhora. Mas é preciso fazer muito mais e não se pode dizer que o que está a fazer está a resolver o problema da maioria das pessoas, porque não está, apenas resolve um pouco da vida das pessoas.

Cinco mil candidaturas para 107 apartamentos é manifestamente insuficiente para

responder às necessidades das pessoas.

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): E estão muitas mais para fazer!

A Oradora: No início deste debate falou-se de falta de solos, mas não foi isso que dissemos. O que referimos foi que existem solos que não podem ser utilizados. Há solos em reservas agrícolas e ecológicas que os privados não conseguem usar. Há, por exemplo, casos em que um agricultor possui terreno numa reserva agrícola e tem a sua casa, mas não pode construir uma habitação para o seu filho no terreno ao lado.

Deputado José Pacheco (CH): É verdade ou é mentira? É verdade, Sr. Secretário, ou então a senhora não conhece a realidade.

A Oradora: Isto é verdade.

De que é que vale ter solos se depois não se pode construir? Não vale nada. É o mesmo que não os ter.

Daí a urgência desta proposta, e a necessidade de ser aprovada. Não é irresponsável; é uma proposta que pensa nas necessidades das pessoas e que se preocupa com quem tem solos abandonados, com solos cheios ratos, cheios de infestantes. Ao contrário de quem não faz nada, o CHEGA apresenta uma solução.

No entendimento dos senhores, a solução é, simplesmente, não fazer nada.

A proposta esteve em análise na comissão, não houve nenhuma proposta de alteração, não houve nenhuma sugestão.

Deputado Berto Messias (PS): Eu proponho que retirem isto. Era melhor para todos, até para vocês.

A Oradora: O CHEGA não é um “bicho papão”, conseguimos conversar com todos. Os senhores sabem que podem falar connosco.

Apartes inaudíveis.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: O CHEGA consegue conversar com todos.

Deputado José Pacheco (CH): Não é agora.

A Oradora: Não é agora, Sr. Deputado. Era da altura da discussão.

Deputado José Pacheco (CH): Somos feitos de outra loiça.

A Oradora: Outra questão que importa recordar: falou-se do PDM, do POOC e do POTRA, e gostava de apelar um bocadinho à memória, principalmente das pessoas mais antigas — eu também já tenho a minha idade, mas ainda sou jovem, ao contrário do que muitas pessoas dizem...

Deputado José Pacheco (CH): Eu, por exemplo, digo!

A Oradora: Nem sempre houve PDM, mas, quando não havia, não se construía?

Houve uma altura em que não havia PDM e construía-se. Então, vou dar um exemplo mais recente: o POTRA e o POOC são recentes. Todos se lembram. Antes de haver o POTRA e o POOC, construía-se. Agora criaram o POTRA e o POOC e o que é que se fez? Ficámos muito pior do que estávamos.

Agora não se consegue fazer nada, não há soluções, não há habitação, não há respostas para as famílias, e não se consegue fazer rigorosamente nada.

Por fim, reafirmo que isso é mentira e até me admira que o Sr. Deputado Luís Silveira, que já foi autarca, venha dizer tal coisa. Pode ser que, na autarquia em que foi presidente, os processos fossem céleres, mas, na maioria dos casos da Região, as nossas câmaras municipais não o são e não é verdade que deem resposta dentro de 1, 2 ou 3 meses. É mentira! Estão a levar meses. Estão a levar meses a dar a resposta às pessoas. As pessoas desesperam por respostas das câmaras municipais.

Deputado José Pacheco (CH): Vamos falar do aeroporto de Santa Maria Sra. Secretária?

A Oradora: Quando o senhor foi Presidente — e nem sequer vou pôr isso em causa —, se na sua Câmara era mais célere, ainda bem. Então, dê o exemplo às restantes câmaras e ensine como se faz. Agora, não venha dizer que as câmaras municipais respondem todas a tempo e a horas aos seus munícipes, porque não é verdade.

Portanto, esta proposta não será retirada, como alguns sugeriram, não há irresponsabilidade de maneira nenhuma.

Sr. Deputado Berto Messias, pode ter a certeza de que, assim que o Sr. Presidente comunicar se o projeto foi chumbado ou aprovado, surgirá o “bonequinho” na comunicação social de que o PS está contra a habitação nos Açores.

Muito obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Eu sei. Os senhores trabalham assim, como um boneco.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Sabrina Furtado, do Grupo Parlamentar do PSD.

Deputado José Pacheco (CH): Finalmente!

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Levantei-me exatamente para lhe fazer a vontade, Sr. Deputado José Pacheco, e para dizer a toda a gente que uma boa proposta de alteração a este Projeto de Resolução — para quem não sabe, só o proponente, de facto, pode fazer — era ter um pouco de vergonha, depois da última hora, e retirar esta proposta, que não faz absolutamente nenhum sentido.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Estou incrédula com o que foi apresentado na última hora, neste Parlamento.

E para que fique bem claro: se o CHEGA tivesse chegado aqui com propostas de revisão pontuais a alguns artigos — que até nós reconhecemos como demasiado

rigorosos —, alguns sendo de facto um exagero, poderíamos todos sentar-nos para rever com rigor e seriedade estes instrumentos em vigor, porque alguns deles nem na Região Autónoma dos Açores estão devidamente adaptados.

Se a intenção fosse rever alguns desses artigos, poderiam perfeitamente ter contado com o nosso apoio, em vez de virem aqui afirmar que as câmaras municipais não fazem nada, passando a ideia de que todos os nossos autarcas não fazem em nada, o que não é verdade, dizer que os Planos Diretores Municipais nem sequer são importantes...

Aparte impercetível do Deputado José Pacheco (CH).

Sr. Deputado José Pacheco, sempre o ouvi com muita atenção, e não é pelo facto de o senhor gritar comigo na sua cadeira que terá razão.

Deputado José Pacheco (CH): Ó Sra. Deputada, os apartes são regimentais. Se não gosta, mude o Regimento!

A Oradora: O senhor não tem razão, neste ponto e nesta proposta...

Deputado José Pacheco (CH): Tenho toda a razão, são 5 mil assinaturas!

A Oradora: ... e terá de se habituar a que, às vezes, não tem razão, por mais que lhe doa.

Antigamente, Sra. Deputada Oliveira Santos, antes dos PDM, antes de todos estes planos de gestão que fazem todo o sentido estarem em vigor — se não existissem, estaríamos numa perfeita anarquia e ninguém se entenderia — existiam apenas os Planos de Urbanização (PU).

Só nos tempos das rainhas e dos reis, e daqueles que viveram antigamente, é que não havia instrumentos de gestão urbanística.

A minha colega, a Sra. Deputada Ana Jorge, fez um debate excelente, muito mais técnico do que eu garantidamente. Para quem diz, como o Deputado José Pacheco, que ela não percebe nada disto, o senhor está muito enganado, essa é, de facto, a sua formação. O senhor se falar de física quântica aos gritos pensa que tem razão, apesar

de quase nunca a ter.

Apenas para reforçar: o Grupo Parlamentar do PSD não pode concordar com uma proposta que representa uma perfeita anarquia em termos de urbanismo na Região Autónoma dos Açores.

Sempre que nos quiserem procurar, seja o CHEGA ou qualquer outro partido, para rever com seriedade os artigos que necessitam de revisão por serem demasiado rigorosos, cá estaremos para dar o nosso contributo para esta discussão.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Já lhe dou resposta!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Pacheco, é verdade, somos amigos há muitos anos e tenho estima por si, mas deixe-me dizer-lhe que, de facto, o senhor não podia apelidar este seu diploma melhor do que aquilo que o fez.

Foi o senhor quem o apelidou de “diploma das galinhas”, e, de facto, isto parece mesmo o “diploma das galinhas”.

Deputado José Pacheco (CH): Poesia já tivemos hoje!

O Orador: Só que é um “diploma das galinhas” onde se constrói um curral, em que todos andaram a “cacarejar”, mas, no fundo, só houve um galo que não percebeu o que se estava a passar. Foi isso que o senhor veio aqui dizer, e por uma razão tão simples quanto esta: veio agora a Sra. Deputada Olivéria, que não percebeu nada daquilo que eu disse, deixe-me dizer-lhe.

Deputada Olivéria Santos (CH): Não?

O Orador: Foi precisamente o contrário.

O que eu disse nesta Casa, foi que era preciso que este Parlamento — e nós, enquanto deputados, naquilo que é a nossa missão — não só criar legislação, mas também aferir se ela é realmente cumprida — fazer com que o Governo Regional seja mais célere na emissão de pareceres aos municípios, para que estes possam licenciar de forma mais eficiente. Foi isso que eu disse, e não que os municípios não são eficazes no seu trabalho no âmbito do licenciamento e do RGEU (Regulamento Geral das Edificações Urbanas) para habitações, ou para qualquer tipo de construção.

Deixe-me dizer ainda outra coisa importante, Sra. Deputada. A senhora perguntou nesta Casa, como era antes de haver POOC e PDM. Vou-lhe responder: eu sou mais moço do que a senhora, ou da mesma idade, mas ainda me considero jovem. Antes desses documentos — mas bem antes —, as famílias numerosas viviam em casas sem qualquer segurança, construídas nos leitos das ribeiras, encostadas às arribas, algumas das quais ainda persistem hoje, com os problemas que enfrentam sempre que somos assolados por tempestades naturais.

Devolvo a pergunta: a senhora quer voltar a esse tempo?

Deputada Olivéria Santos (CH): Quero sim senhor!

O Orador: Eu não quero, Sra. Deputada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sabrina, vergonha...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Furtado!

O Orador: Eu disse “deputada”. A senhora também está com dificuldades auditivas?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Furtado!

O Orador: Ah, Furtado! Peço desculpa.

Vergonha é o PSD não ter trazido nenhuma proposta alternativa a esta. Isso é que é uma vergonha. Nem existe comparação.

Vergonha é, dentro do PSD, haver pessoas que exigem isto...

Deputado Luís Raposo (PSD): Quem são esses PPD?

Deputado Paulo Chaves (PSD): Quem são?

O Orador: Eu não vou denunciar, mas há quem diga que o maior entrave a termos mais construção é a falta de terrenos. Vocês não falam uns com os outros? Deviam. Aqui ninguém falou mal dos autarcas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Falou, falou.

O Orador: Agora, gostava que os autarcas me explicassem como é que temos PDM há anos por rever. Está em causa a habitação.

Eu tenho 5 mil candidaturas que me dão razão. Se os senhores não querem ouvir esta realidade. Olhem, saiu na capa de um jornal. Não foi o CHEGA que disse, são 5 mil candidaturas. É sinal de que as pessoas estão desesperadas. As pessoas não têm capacidade de construir.

E depois fala-se aqui de uma data de coisas... Onde é que estão as propostas? Onde é que está aqui algo concreto? Nós trouxemos propostas. Os senhores podem discordar, mas agora enxovalhar a nossa proposta, chamando-lhe vergonha e irresponsável...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): E uma loucura também!

O Orador: Ó senhores, vergonha deviam ter na cara.

Presidente: Sra. Deputada Sabrina Furtado, faça favor.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Sr. Deputado José Pacheco, não podemos chegar aqui e dizer o que nos apetece, como se fosse uma verdade absoluta.

Só o proponente é que pode fazer alterações ao seu próprio projeto de resolução.

E depois, no fim desta discussão, desta teimosia, e de o senhor estar constantemente a bater na mesma tecla, faço-lhe uma pergunta: chega aqui com esse tom a acusar toda a gente de tudo e mais alguma coisa...

Deputado José Pacheco (CH): Cheio de razão que eu estou!

A Oradora: ... se isto não é para habitação social, se isto não é para habitação pública, se isto é para habitação privada, o CHEGA está nesta teimosia para dar jeito a quem? É essa a pergunta que lhe faço.

Deputado José Pacheco (CH): A ninguém!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado José Pacheco pede a palavra para?

Deputado José Pacheco (CH): Peço desculpa, Sr. Presidente. Para fazer um protesto à acusação que acabou de ser feita.

Ruído na Sala.

Presidente: Calma, calma. Eu não percebo esta agitação da sala.

Sr. Deputado José Pacheco, faça o favor de fundamentar o seu protesto.

Deputado José Pacheco (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Sabrina Furtado acabou de dizer: “Se não é para habitação pública, então é para dar jeito a alguém.” Isto é uma acusação.

Presidente: Tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, se há partido que não anda aqui a dar jeitos é o CHEGA.

Vozes dos Deputados das bancadas dos PSD e do PS: Ahhh!

O Orador: E riem-se aqueles que, durante 50 anos, deram jeitos a todos e a todas.

Presidente: Para um contraprotesto, tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que nós acabámos de ver aqui é um exemplo clássico de que há pessoas que pensam que podem dizer tudo sobre todos, mas que, quando se lhes faz uma pergunta, encaram-na logo como uma acusação.

Fiz uma pergunta legítima. Não usei um tom acusatório, e, se o tivesse usado, o tom que normalmente a pessoa que fez o protesto utiliza com todos os partidos nesta Casa, neste momento estaria a pedir uma defesa da honra.

E, portanto, não dou mais para este peditório. Por favor, vamos acabar com esta discussão.

Muito obrigada.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Jeitos dá o seu partido. Saiu nas notícias.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 35/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 35/XIII, foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e do PAN, 5 votos a favor do CH e

1 da IL.

Presidente: Vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 6: **Projeto de Resolução n.º 54/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro”**. É uma iniciativa do CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa para apresentação da iniciativa.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA apresentou hoje uma proposta simples, mas urgente: autorizar a introdução controlada do parasitóide *Torymus sinensis* para combater a vespa-das-galhas-do-castanheiro, uma praga que está a destruir a produção de castanha nos Açores.

Recorde-se que esta praga foi identificada pela primeira vez em março de 2021, precisamente há 5 anos. 5 anos em que os agricultores foram deixados à sua sorte, mesmo com a evidência de um declínio acentuado, colheita após colheita. Os números falam por si: na ilha Terceira, a FRUTER recebia cerca de sete toneladas de castanha em 2020; em 2025, recebeu apenas 500 kg — uma quebra superior a 90%.

A produção de castanha “Viana”, na ilha Terceira, uma variedade única e irrepetível nesta região, que representa 70 % da área de castanheiro de todo o arquipélago, está a ser destruída diante dos nossos olhos e levantou uma questão séria: qual a razão para toda esta demora em agir?

A resposta ficou bem documentada no relatório da Comissão que acompanhou esta proposta. Quando a praga foi detetada, em 2021, houve, por parte dos serviços da Secretaria Regional da Agricultura, intenção de agir de imediato. No entanto, a Direção Regional do Ambiente invocou o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, que obriga à realização de estudos prévios antes da introdução de qualquer espécie exótica e, entre interpretações legais, avaliações e procedimentos administrativos, perdeu-se tempo, muito tempo. E, quando se perde tempo no combate a uma praga invasora, perde-se produção, perde-se rendimento e perde-se futuro.

Com todo este atraso, a praga disseminou-se e a produção colapsou.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Olhemos para a Região Autónoma da Madeira: detetou a praga em 2014 e iniciou de imediato, através da Direção Regional da Agricultura, um plano de prospeção e monitorização do nível de infestação da praga, e com especialistas, criou uma comissão científica e, em 2016, já tinha o estudo concluído.

Em 2017, avançou com a introdução do parasitoide e, em cinco anos, conseguiu controlar significativamente a infestação. Hoje, apresenta taxas relevantes de parasitismo e recuperação da produção, com aumentos da produção em 70 % face ao ano anterior.

Na Madeira, passaram dois anos entre a deteção e a ação. Nos Açores, passaram cinco anos de burocracia e pouco mais de concreto.

Convém esclarecer que a utilização do *Torymus sinensis* não é um método experimental nem recente. É utilizado como meio de luta biológica contra esta praga desde 1982, quando foi introduzido, de forma controlada, no Japão.

Já foi utilizado com sucesso em França, em Itália, noutros países europeus e em Portugal continental, começou a ser utilizado em 2015, um ano após depois de ser detetada a praga.

Quando a praga chegou aos Açores, em 2021, esta solução era conhecida, testada e validada há 39 anos em todo o mundo. O nosso principal entrave foi o peso dos procedimentos e os atrasos administrativos.

E o que disseram as entidades técnicas consultadas neste processo? O Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, a Associação Portuguesa da Castanha, a Federação Agrícola dos Açores, entre outras, emitiram parecer favorável, afirmando não haver razões para esperar mais.

O engenheiro Adriano Maia, em representação do Governo Regional da Madeira, com largo conhecimento e experiência na matéria, declarou em audição de comissão que o maior risco não está na introdução do parasitoide, mas sim na sua não introdução e que

cada ano que passa agrava a situação de forma irreversível.

Sras. e Srs. Deputados, o verdadeiro princípio da precaução não pode servir para adiar indefinidamente.

Importa também registar que, após esta proposta do CHEGA e a pressão parlamentar que exercemos, o Sr. Secretário Regional da Agricultura anunciou, em comissão, em fevereiro de 2026, que o estudo já foi negociado com a Universidade dos Açores, que o plano de ação está contratualizado e que, nesta primavera, serão realizadas as primeiras largadas controladas do parasitóide, na Terra Chã, ilha Terceira.

Ficamos satisfeitos. É um passo positivo, mas tardio. Tardio para os agricultores, tardio para muita produção já perdida.

E o CHEGA não pode deixar de registar a sua profunda indignação por estes cinco anos em que o verdadeiro princípio da precaução — agir antes que seja tarde — foi completamente ignorado.

Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel): Agiu! O princípio da precaução é agir!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Esta votação é, acima de tudo, a escolha entre agir com base no conhecimento disponível ou continuar a permitir que a burocracia atrase aquilo que é verdadeiramente urgente, que é proteger o rendimento, a produção regional e os agricultores de forma responsável.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do CH.

Presidente: Muito bem. Está apresentada a iniciativa.

Vamos fazer um intervalo até às 18 horas.

Eram 17 horas e 27 minutos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Gomes, pede a palavra para?

Eram 18 horas e 2 minutos.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 18 horas e 30 minutos.

Eram 18 horas e 3 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 31 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos no ponto 6: Projeto de Resolução n.º 54/XIII.

Está inscrito o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia:

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA traz-nos uma resolução que é diferente da inicial, completamente diferente. Alterou o objeto e tornou-a mais responsável, porque a resolução anterior era irresponsável perante os açorianos, face aos riscos de introdução, sem estudo, de um organismo novo na Região Autónoma dos Açores.

Sim, alterou. Passou de irresponsável a responsável. Ora, importa dizer que a anterior iniciativa, aliás, incumpria a lei, o que ainda é pior: deputados a incumprirem a legislação em vigor. Deputados desta Casa a não cumprirem o decreto legislativo em vigor, que obriga a um estudo, e o que a resolução dizia era que não se fizesse o estudo. É gravíssimo este tipo de situação.

Mas eliminou o n.º 2 e ficou o n.º 1, sendo que n.º 3 passou a n.º 2, mantendo-se o acompanhamento.

Interessa dizer que, no passado dia 19 de fevereiro, a Direção Regional da Agricultura, Veterinária e Alimentação contratualizou, com a Universidade dos Açores, um estudo de avaliação de risco da introdução do parasitoide. Trata-se de um contrato de 62 mil euros, que permite a libertação já no mês de abril do parasitoide em seis hectares, divididos em duas áreas: três hectares na freguesia da Terra Chã e três hectares na freguesia dos Biscoitos, como obriga a legislação em vigor.

Importa dizer que, desde que foi detetado esse organismo, tudo fizemos para não introduzir este novo organismo na Região Autónoma dos Açores. Sim, trata-se de um organismo novo que pode ter consequências, tanto ambientais como económicas, e essas consequências podem manifestar-se de diferentes formas em diferentes geografias.

Como tive a oportunidade de referir em comissão, há três exemplos de insucesso da introdução deste parasitoide noutras zonas geográficas. Aquilo que acontece na Madeira é diferente daquilo que acontece nos Açores e, até, de ilha para ilha pode ser diferente, com consequências que não podem ser negligenciadas.

Sim, temos de estudar e perceber o que pode resultar, nomeadamente, em termos de cruzamento com outros organismos, em termos ambientais e em termos económicos.

Não queremos resolver um problema criando outro problema.

Essa é a situação que nos importa. Desde o início, esgotámos todas as práticas agronómicas existentes para evitar a introdução deste organismo. Esta é a solução final, mas, mesmo sendo a solução final, nada é garantido relativamente ao que pode

acontecer na nossa geografia.

A própria lei regional — e isto é importante que os Srs. Deputados subscritores do projeto compreendam — não é uma lei no sentido estrito, mas sim um decreto legislativo regional, reconhece a elevada taxa de endemismos e os ecossistemas sensíveis. Reconhece a nossa fragilidade ambiental, os nossos ecossistemas, de ilha para ilha e até dentro da mesma ilha.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não fazer nada é que não pode ser.

O Orador: É isto que um cidadão dos Açores deve respeitar. É isto que um cidadão dos Açores, com responsabilidade geracional, deve ter em atenção. A irresponsabilidade é dizer “introduz-se de qualquer maneira”. Quem acusa a demora na introdução está a incorrer em irresponsabilidade, está a ser negligente e está a pôr em risco a saúde humana, a saúde animal, os riscos ambientais e os riscos económicos. Desde a primeira hora, os serviços e os técnicos estiveram presentes a tentar eliminar e controlar este novo organismo nos Açores, conhecido vulgarmente como a vespa-das-galhas. Fizemos tudo para que não fosse necessária esta solução.

A primeira iniciativa do CHEGA foi dizer que não se fizesse nada, introduz-se; uma grande irresponsabilidade, uma grande negligência e um grande incumprimento legislativo, enquanto deputados. O artigo 87.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2012/A, obriga a um estudo. Como pode um deputado recomendar ao Governo que não faça o estudo, quando ele próprio estaria em incumprimento com a legislação em vigor?

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É gravíssimo. Esse populismo e essa demagogia não podem continuar. Esse facilitismo é excessivo e põe em risco a responsabilidade dos açorianos e desta Casa.

Sras. e Srs. Deputados, sim, já contratualizámos o estudo. O estudo está a ser realizado. Fizemos tudo para que não houvesse estudos, mas não foi possível controlar a situação com práticas tradicionais. Avançamos, então, para a solução final, uma solução que

permite estudar cientificamente, através da Universidade dos Açores, quais são as consequências da introdução deste parasitoide.

Nem sempre o que acontece numa Região geográfica é igual noutra. O que acontece na Madeira pode ser diferente do que acontece nos Açores. Temos mais humidade, ecossistemas distintos, maior fragilidade ambiental e outros organismos já existentes que não existem na Madeira ou no continente.

Desde a primeira hora, envolvemos a Universidade dos Açores, o INIAV (Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária) e as associações responsáveis. Estivemos sempre atentos para evitar que esta fosse a única solução, mas, infelizmente, tem de ser a solução biológica, porque a solução química não resulta, nem as práticas agronómicas tradicionais.

Mas não é a qualquer custo que vamos introduzir este organismo. Vamos introduzi-lo com estudo e com acompanhamento. E, se concluirmos que essa introdução tem malefícios para a saúde humana, animal, para o ambiente, então paramos.

É aqui que reside a responsabilidade enquanto gestão pública.

Assim, a iniciativa atual do CHEGA merece a nossa concordância. A anterior merecia a nossa discordância, porque era negligente.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Por isso estamos a discutir a nova versão! Muito obrigado, Sr. Secretário, somos responsáveis!

O Orador: Se os Srs. Deputados tivessem sido responsáveis desde o início, não teriam apresentado a primeira proposta.

A primeira proposta foi para satisfazer de forma imediata a pretensão de alguns produtores, mas a nossa responsabilidade, enquanto Governo e enquanto deputados, é cumprir a legislação em vigor. É fundamental que assim aconteça.

Esta iniciativa atual merece a nossa opinião favorável — não o nosso voto, porque não votamos — pois permite a introdução do organismo com estudo, acompanhamento, rigor científico e avaliação de resultados. Esses resultados poderão permitir a continuidade ou barrar a introdução do organismo.

Temos de ser responsáveis e educadores dessa responsabilidade. É nesse âmbito de educadores que todos devemos assumir o nosso papel...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sobretudo no cumprimento da legislação em vigor.

Se a primeira iniciativa tivesse avançado, mais do que de recomendar ao Governo, os Srs. Deputados poderiam ter alterado diretamente o decreto legislativo. Mais do que o Governo, são os Deputados nesta sala que têm a responsabilidade de alterar um Decreto Legislativo.

Os senhores são legisladores e, como tal, podem alterar a legislação em vigor.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Há um dado neste debate que tem de ser sempre central e que acaba por ser a base da nossa discussão: a vespa-das-galhas-do-castanheiro foi detetada nos Açores em março de 2021, mas não era nova. Já existia, já era conhecida e já era controlada noutras regiões, quer de Portugal continental, quer de outras regiões insulares, nomeadamente a Madeira.

No fundo, passado todo este tempo, este já não é apenas um debate sobre a solução para este problema, porque todos nós concordamos e sabemos qual é a solução: a única forma eficaz é o controlo biológico.

Assim, este debate passa, acima de tudo, a ser um debate sobre a capacidade de decidir e agir com a responsabilidade que a situação exige, porque, quando há dúvidas e atrasos

num processo, quem paga são sempre os mesmos: os agricultores, que continuam a acumular prejuízos e a nossa biodiversidade que exige decisões responsáveis, e aí estamos de acordo, Sr. Secretário.

Estamos a falar de uma praga que afeta diretamente o desenvolvimento do castanheiro e compromete a produção de castanha. Não é um problema menor; é uma ameaça real ao rendimento dos produtores e à sustentabilidade desta cultura.

Aliás, em sede de Comissão, foi a própria Federação Agrícola que apresentou dados muito claros sobre esta evolução, tal como foram apresentados pelo proponente. Volto a exemplificar: uma exploração que produzia sete toneladas em 2020, passou para seis em 2022, para duas em 2024 e hoje produz apenas 500 kg de castanha.

É verdade que esta quebra não resulta apenas desta praga. Há outros fatores também conhecidos por todos, como outras doenças, alterações climáticas, falta de mão de obra e até outras pragas, nomeadamente os ratos. Mas ficou claro que a vespa é, hoje, um dos fatores que agrava esta realidade e pressiona o rendimento destes produtores.

Atendendo às características biológicas e ao seu ciclo reprodutivo, torna-se necessário avançar para o controlo biológico com o parasitoide *Torymus sinensis*. Aliás, é amplamente reconhecido que o controlo biológico é a forma mais eficaz de combater esta praga, com elevadas taxas de sucesso e segurança, já utilizadas noutras regiões.

O exemplo da Madeira mostra que é possível agir, mas também mostra como agir. A praga foi detetada em 2014, houve monitorização e avaliação científica e, em apenas 3 anos, ficaram reunidas as condições para avançar com as largadas do parasitoide. Houve todo um caminho de perceber primeiro e aplicar depois.

Nos Açores, a cronologia levanta algumas dúvidas que importa esclarecer. A praga, tal como já disse no início, foi detetada em 2021 na Terceira. Nessa altura houve alertas da Universidade dos Açores...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mais uma que não quer cumprir a lei!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Leva mais tempo a estudar!

A Oradora: ... para a evolução da situação, e para a necessidade de avançar com estudos e alertas que, segundo foi dito em comissão, chegaram a ser considerados alarmistas.

O certo é que os anos foram passando e a praga foi-se espalhando. O Governo justifica este atraso com a necessidade de um estudo prévio, conduzido pela Universidade dos Açores, para avaliar os impactos da introdução de uma espécie exótica no ecossistema regional, e muito bem, é a lei que o obriga. E, mais uma vez, digo e repito: o Partido Socialista concorda que a responsabilidade deve ser a base das nossas decisões, Sr. Secretário.

Mas apenas em junho de 2025, surge a proposta de elaboração de um estudo de análise de risco, adjudicado apenas em fevereiro deste ano e com um prazo de 10 meses.

Por outro lado, disse também o Governo Regional, em Comissão, que já estão reunidas as condições para avançar com as largadas nesta primavera.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Acabei de dizer, até disse seis hectares!

A Oradora: Questionei o Sr. Secretário se a região estava em condições de promover essas largadas e foi-me respondido que sim, que iriam avançar já nesta primavera. Perguntei também pelo estudo e foi dito que o estudo constitui o plano de ação. E aqui surge a dúvida: se a avaliação científica está agora a começar, com base ou com que elementos afirma o Sr. Secretário que já existem condições para avançar com as largadas?

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Para o estudo!

A Oradora: Em apenas um mês ficam reunidas condições que não foram asseguradas durante 5 anos? Fica a sensação de que, após 5 anos, com margem para agir com segurança e tempo, está agora o Governo, de forma apressada, a reagir a um problema que ele próprio deixou crescer.

Sr. Secretário, o Governo diz que há condições para avançar com as largadas já nesta

primavera, mas admite que a avaliação científica só agora foi adjudicada.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): A senhora está a confundir tudo. Que confusão!

A Oradora: Por isso, coloco-lhe uma questão muito direta: em que ponto está, afinal, este processo? Está ou não a Região em condições de avançar com as largadas já nesta primavera? E, especificamente, qual é o plano de ação?

Fico a aguardar as suas respostas.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Eu respondo já! Eu quero responder já. Isso é uma das maiores tolices que já ouvi!

Deputado Carlos Silva (PS): É o quê?

Deputado Berto Messias (PS): Não seja deselegante!

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Tem razão, Sr. Deputado. Desculpe!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Soares, da bancada do PSD.

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar exatamente pelo princípio da precaução que foi referido daquela bancada pelo Sr. Deputado José Paulo.

É verdade, o princípio da precaução foi aquilo que orientou este Governo. Houve o cuidado de tentar todas as técnicas disponíveis, nomeadamente, a poda e as queimas, para que não chegássemos a esta situação de ter de introduzir um organismo vivo no nosso ecossistema.

Em comissão ninguém, de forma assertiva, nos garantiu que a introdução deste

parasitoide não traria qualquer tipo de problema.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Nem vão garantir!

O Orador: Ninguém! Nem mesmo aqueles que, por vezes, são mais afoitos na forma como anunciam as soluções tiveram esse à-vontade para afirmar que não haveria qualquer tipo de consequência.

Portanto, o que fez este Governo, de forma responsável, foi tentar, por todos os meios, evitar que fosse necessário chegar a esta situação que, efetivamente, nesta fase, nos parece ser a única solução.

Também foi dito em Comissão que, sim, é verdade, a vespa-das-galhas-do-castanheiro está a “matar” os castanheiros. É preciso intervir. No entanto, não é a única — nem sequer a principal — responsável pela quebra na produção de castanha.

O principal fator responsável pela queda na produção foram as condições climáticas, nomeadamente as chuvas fora de época.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, talvez não tenha estado presente nessa comissão — fez agora uma cara estranha — mas sim o excesso de chuva fora de época, o que contribuiu significativamente para a diminuição da produção.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Em 5 anos foi sempre o excesso de chuva.

O Orador: Pela forma como o Projeto de Resolução se apresenta agora, iremos acompanhá-lo, esperamos, como dizia o Sr. Deputado Nuno Barata, não ter razão por antecipação e que estas largadas, controladas e acompanhadas, possam efetivamente produzir resultados positivos.

Esperamos também que, daqui a alguns anos, não estejamos todos a “sacudir a água do capote”, dizendo que não temos nada a ver com isso, caso esta espécie venha, por exemplo, a hibridar — digo eu — ou a procurar outras fontes de alimento e acabe por provocar mais danos no nosso ecossistema do que aqueles que pretende resolver.

Portanto, é sempre um risco. Parece-me que, nesta fase, o risco está relativamente controlado, atendendo às declarações que ouvimos em comissão. No entanto, não podemos, de forma perentória, afirmar que o risco é nulo e que a introdução deste

parasitoide não terá qualquer consequência futura.

Esperamos, naturalmente, não ter razão por antecipação, depois de todo o tempo que decorreu até à introdução desta espécie exótica no nosso ecossistema.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura. Faça favor, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pensava que não entrava no raciocínio de ninguém que se fizessem largadas assim, de qualquer maneira, sem serem controladas.

Então, para que serve o estudo? O estudo serve precisamente para perceber como se comporta o parasitoide. Isto é um princípio básico.

O que me estão a perguntar é se se fazem largadas sem estudo. Não, nada disso. O que sempre dissemos em Comissão — e enviámos um plano à Comissão — foi exatamente como iríamos proceder, nomeadamente através de armadilhas e de um projeto conjunto com a Universidade dos Açores. São largadas controladas. Já o disse no início da minha intervenção: são seis hectares — três hectares na freguesia da Terra Chã e três hectares na freguesia dos Biscoitos — onde se irá perceber qual é o comportamento do parasitoide neste ecossistema. Então não precisamos do estudo. Então, para que serve o estudo? Estão estipuladas e conseguidas as condições para se fazer o estudo. O que é que não se percebeu daqui? Então não se faz o estudo e o ponto n.º 2 da primeira iniciativa do CHEGA resolveria, mas, claro que não resolve. O estudo é isto mesmo são largadas controladas, com armadilhas instaladas, permitindo perceber o

comportamento do parasitoide. Tão simples quanto isto.

Desde o início, tivemos uma atuação, todos os técnicos dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de todas as ilhas, em especial da Terceira, em articulação com a Universidade dos Açores, com o INIAV e com a Associação de Produtores de Castanha, relativamente a sensibilização.

Foram promovidas reuniões em várias ilhas, alertando os produtores, foram elaborados prospectos de sensibilização, foram realizados controlos de campo sistemáticos, com podas e queimas, foi dedicada uma atenção técnica como nunca antes a uma praga, precisamente por se tratar de uma praga nova e tentámos eliminá-la sem recorrer à introdução deste novo organismo nos Açores, porque, como já referi, há casos de insucesso em várias regiões geográficas.

E não vale a pena comparar a Região Autónoma da Madeira com os Açores — ou até entre ilhas — porque as condições edafoclimáticas são diferentes, e essas diferenças provocam comportamentos e atuações também distintos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem sustenta comparações diretas com a Madeira está a ser irresponsável e negligente relativamente à realidade dos Açores.

Esqueçam a Madeira, esqueçam o continente, esqueçam outras regiões. Este é um processo que começa de novo nos Açores. Não vale a pena fazer esse tipo de comparação, porque são realidades incomparáveis. É preciso perceber.

Para além disso, montámos uma rede de avisos agrícolas nos Açores, instalámos 55 estações de avisos agrícolas nos Açores. Não existia nenhuma, para esta e outras pragas.

Há mais pragas ser introduzidas nos Açores, e estamos a tentar combater. O Laboratório Regional de Veterinária passou a pesquisar mais 41 organismos nos Açores. Neste momento contamos com 99 organismos nocivos.

Importa dizer também que, nos Açores, não temos apenas problemas com a vespa-das-galhas. Infelizmente, o mundo é global, a conetividade é global e, com as ligações

marítimas e aéreas, enfrentamos também problemas com a vespa asiática, o algodão-das-oliveiras, a cochonilha australiana e a mosca-da-asa-manchada, entre outras.

São problemas com os quais lidamos diariamente, na tentativa de controlar e de erradicar, como já aconteceu no passado com outras pragas, como o escaravelho japonês e outra pragas que, infelizmente, chegaram aos Açores.

Esta é mais uma que tentamos controlar com práticas agronómicas tradicionais, mas não foi possível. Esta é a última solução.

Quem fala em demora está a falar com irresponsabilidade. Quem não quiser o estudo está a incumprir a lei e a legislação em vigor.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Luís Silveira, do CDS-PP, faça favor.

(*) **Deputado Luís Silveira** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Depois da discussão que hoje aqui foi feita sobre este tema — tema esse que nos é trazido pelo CHEGA através desta resolução — importa referir que, em boa hora, foi feita uma alteração. Uma alteração substancial, que nos leva de um voto contra a um voto favorável. Isto porquê? Por tudo aquilo que já foi dito, sobretudo pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação.

Já se percebeu que, efetivamente, não é um problema novo, mas também ficou claro que o Governo tem vindo a trabalhar neste assunto. Muitas vezes discute-se aqui que nada está a ser feito, mas, neste momento, já foi adjudicado o estudo à Universidade dos Açores.

Por isso, estamos confiantes de que o assunto será resolvido da melhor forma, da

melhor forma para os agricultores e para os produtores de castanha, que, de facto, estão a ter prejuízos com a introdução desta vespa na região.

No entanto, temos de colocar, acima de tudo, os interesses da Região que passam, desde logo, pela proteção da saúde dos açorianos. Assim, introduzir um produto químico sem antes realizar o estudo, para além de não ser legal — como aqui já foi frisado, sendo o decreto legislativo muito claro nessa matéria — seria uma atitude irresponsável. Temos, portanto, de agir com sentido de responsabilidade.

E, por isso, felicito — algo que não é muito comum, mas que faço com gosto — o CHEGA...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito obrigado!

O Orador: ... por, em boa hora, ter feito esta alteração, que me parece ajustada à realidade e à necessidade de intervenção relativamente à vespa-do-castanheiro.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Paulo Sousa, do CHEGA, faça favor.

(*) **Deputado José Paulo Sousa (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa proposta foi enviada à Comissão para ser analisada e para auscultarmos os técnicos com experiência na matéria. Até à última hora antes de ser debatida, a proposta podia sempre ser alterada.

Contudo, não posso deixar de salientar que houve, da nossa parte, uma mudança evidente. Mas não como o Sr. Secretário estava a dizer.

O Sr. Secretário disse que nós não queríamos estudos nenhuns. Isso é falso, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Agora!

O Orador: Não, Sr. Secretário, deixe-me falar e explicar.

Vou ler o ponto 2 para que perceba exatamente do que estávamos a falar: “Para efeitos do disposto no ponto anterior, dispensar a realização de estudos prévios adicionais e

facultativos.” Portanto, facultativos, não se pode confundir com algo legalmente expresso e obrigatório.

Deputado José Pacheco (CH): É português!

O Orador: Nós nunca dissemos que os estudos obrigatórios por lei não deviam ser feitos. Dissemos apenas que não queríamos mais estudos facultativos e estudos adicionais, porque este parasitoide já é estudado há 40 anos. Há estudos que seriam duplicados se feitos aqui nos Açores.

Pronto, o senhor percebeu mal, mas não há problema nenhum. Nós retirámos o ponto 2 da proposta e, assim, será aprovada. Serão realizados todos os estudos que se considerem necessários. Só que também não posso deixar de dizer que 5 anos é tempo a mais. O senhor diz que não é tempo a mais, mas nem o senhor, nem eu, nem qualquer outro deputado aqui desta Casa, que temos o ordenado garantido no fim do mês, perdemos produção e rendimento.

Sr. Secretário, esta é a realidade.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Isso é uma demagogia! O senhor está a pôr em risco os açorianos todos. Isso é ver a árvore e não ver a floresta!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Paulo, insistiu em algo que é irresponsável cientificamente. Vou colocar três questões. Primeiro: o parasitoide já é estudado em outras regiões, mas nesta região não é estudado. Tive a oportunidade de dar três exemplos de insucesso na

América do Norte, na América do Sul e na Europa relativamente à introdução do parasitoide. Apesar de ele ser estudado há muitos anos, do insucesso da sua introdução é evidente.

Portanto, não vale a pena dizer que já é estudado há muito tempo. Isso não serve para os Açores, nem para a responsabilidade que queremos assumir para todos os açorianos.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não é nada disso.

O Orador: Aquilo que o senhor disse é demagogia e facilitismo, especialmente quando se refere ao conjunto de produtores que estão a ser lesados.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E estão mesmo!

O Orador: Sim, eles estão a ser lesados, e têm agora a possibilidade, através do PEPAC, com ajudas sem precedentes, de instalar novamente castanheiros. O interesse deles é um interesse maior do que todos os açorianos. Isso é demagogia e irresponsabilidade para um deputado.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não foi! É falso!

O Orador: Quanto ao que o senhor disse sobre o ponto n.º 2 da resolução: aquilo que ele estipula é, de facto, a dispensa do estudo, e isso ficou bem claro em comissão — não foi o senhor que esteve em comissão, mas o Deputado Francisco Lima — e ficou bem exposto, mais do que uma vez, que se tratava de dispensar o estudo.

Não me venha agora com a semântica de que é um estudo “facultativo”.

Deputado José Pacheco (CH): É falso! Percebeu mal!

O Orador: Ora, é dispensar a caracterização científica sobre a introdução deste novo organismo nos Açores. É tão simples quanto isto.

Portanto, ainda bem que alteraram a resolução, tornaram-na mais responsável. Obviamente, da parte do Governo, temos uma opinião positiva sobre essa resolução. Mas não podemos deixar de salientar aquilo que era a anterior iniciativa...

Deputado José Paulo Sousa (CH): E eu também não posso deixar de salientar os seus 5 anos!

O Orador: ... demagogia, facilitismo e incumprimento da legislação.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Agradeço que se inscrevam.

Sra. Deputada Patrícia Miranda, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Patrícia Miranda (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário disse que as questões que eu coloquei foram “tolices” — e disse mesmo assim, em aparte, mas foram essas as suas palavras.

Pois, Sr. Secretário, quero dizer-lhe que as minhas questões como todas as questões de qualquer deputado desta Casa são legítimas.

Deputado Luís Leal (PS): Muito bem!

A Oradora: Infelizmente, parece ser uma prática recorrente sua considerar tolices as questões colocadas pelo Partido Socialista, sobretudo quando estas lhe são de algum modo incómodas.

A sua postura recorrente também, infelizmente, leva-nos a crer em algo mais grave: é que, além de ser o Partido Socialista a colocar questões incómodas, é o facto de ser uma mulher a falar de agricultura e a fazer-lhe questões.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Este debate pode acabar já aqui. Tenham vergonha!! Isso está mesmo a bater no fundo!!

Protestos de alguns Deputados da bancada do PSD.

A Oradora: Lamento dizer-lhe, Sr. Secretário, mas vou continuar a fazer perguntas...

Deputado Luís Leal (PS): Muito bem!

A Oradora: ... vou continuar a exigir respostas e a defender os interesses dos açorianos e de todos aqueles que me elegeram, permitindo-me estar aqui, igual a todos os outros deputados desta Casa.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Com todo o respeito que tenho por si, Sr. Secretário, não respondeu à questão que eu coloquei. Eu não questionei se devem ou não ser feitos estudos, porque desde o início da minha intervenção defendi que os estudos são necessários e importantes, principalmente — e não apenas — para cumprir a legislação.

A minha questão foi muito simples, Sr. Secretário. Eu perguntei-lhe porque é que, ao fim de um mês, ficam reunidas as condições para realizar largadas controladas, quando durante 5 anos essas mesmas condições não foram assumidas?

Deputado José Pacheco (CH): Estava frio!

A Oradora: Não vale a pena responder com o argumento do risco, porque lamento dizer-lhe que todas as decisões da vida envolvem riscos. O não fazer nada também tem riscos...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Mas estamos a fazer!

A Oradora: ... e os riscos aqui assumidos foram a perda de produção, independentemente de serem cinco, dez ou cem produtores, são açorianos que merecem todo o nosso respeito.

Relativamente à iniciativa em questão: o Partido Socialista hoje está em condições de acompanhar porque, em boa hora, o CHEGA teve a lucidez de alterar aquilo que ia contra os princípios fundamentais que é o princípio da responsabilidade.

Deputado José Pacheco (CH): Sério?!

A Oradora: Nenhuma espécie exótica pode ser introduzida na nossa Região sem estudos prévios. Em boa hora, tiveram a lucidez de retirar aquele ponto que para nós

não fazia sentido.

Para todos os efeitos, aquilo que o Partido Socialista defende é simples: agir sim, mas agir com base no conhecimento, sempre.

Nesta matéria, não podemos cair em extremos, nem tomar decisões precipitadas...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Ora aí está, decisões precipitadas!

A Oradora: ... nem perpetuar um problema por falta de ação.

Porque, pelo que parece, aquilo que o Governo pensava era que a vespa ia embora sozinha.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Que falta de conhecimento!! É assustador!

A Oradora: Não foi. Está cá há 5 anos, e agora, em apenas um mês, o Sr. Secretário já diz que as situações estão resolvidas.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Que falta de lucidez!

A Oradora: Mas, Sr. Secretário, lamento dizer-lhe também, mas nem os agricultores, nem a biodiversidade dos Açores, podem ser vítimas da inação do Governo. Governar bem não é apenas escolher entre agir ou estudar.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): É assustador a falta de conhecimento dessa senhora!

A Oradora: É garantir que, quando se age, se sabe exatamente o que se está a fazer, a tempo e horas.

Disse.

Deputado Paulo Chaves (PSD): A senhora desceu baixíssimo!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Presidente: Sra. Deputada Sabrina Furtado faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra neste debate, não era para intervir, mas não posso deixar de o fazer.

Quando a Sra. Deputada Patrícia Miranda coloca em causa o facto de ser uma mulher a falar de agricultura, tenho de intervir para dizer que não sei como funciona no Partido Socialista, mas no Partido Social Democrata não há distinção de assuntos nem de responsabilidades atribuídas a qualquer deputado com base na idade, no sexo ou na ilha.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Aqui, defendemos aquilo em que acreditamos, em exatas condições de igualdade entre todos, porque não fazemos distinção de matérias entre homens e mulheres, e não podia deixar passar isto em claro.

Portanto, Sra. Deputada Patrícia Miranda, se considera que não é capaz de defender os açorianos e os agricultores, então peça a um colega seu que assuma a sua pasta.

Deputado José Miguel Toste (PS): Ela colocou essa questão foi ao Governo não foi ao PSD!

A Oradora: Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PS é antagónico naquilo que diz e revela algum desconhecimento nesta matéria.

Quando se diz que não devem ser tomadas decisões precipitadas e, ao mesmo tempo, se questiona como é que ao fim de um mês estavam reunidas as condições, importa esclarecer: durante 5 anos estivemos precisamente a tentar evitar a praga, recorrendo a métodos agronómicos tradicionais.

Colocar isso em causa é desvalorizar o trabalho de dezenas de técnicos que estiveram no terreno...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que estiveram presentes, que promoveram ações de sensibilização aos produtores.

Ao fim de 5 anos, chegámos à conclusão de que esta é a solução final. Isto não “caiu do céu” — olha, agora vamos introduzir o parasitoide.

Isso revela falta de conhecimento, falta de raciocínio e falta de reflexão, porque os 5 anos e agora a introdução do parasitoide são o resultado de um longo trabalho, não meu, mas de todos os técnicos que estiveram envolvidos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E isso é pôr em causa o trabalho dos técnicos que tentaram a todo o custo que se introduzisse esse parasitoide, este novo organismo, nos Açores.

É esse antagonismo, é essa vontade de criticar por criticar que leva até a que se atropellem a si próprios. Dizem e contradizem aquilo que afirmam. É isto que está em causa. E, por vezes, se há algum incómodo político da minha parte, é porque algumas intervenções revelam uma falta de conhecimento base que é atroz e assustador.

Tivemos duas horas de Comissão a explicar todo o processo, a responder a todas as questões, e, mesmo assim, insiste-se em trazer argumentos como a “demora” ou a comparação com a Madeira, o porquê de ser só ao fim de um mês. Que horror!

Peço que parem com isso e que sejam responsáveis politicamente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Porque é este tipo de atitude que afasta as pessoas da política...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem!

O Orador: ... leva-as a não votar, alimenta a demagogia e o populismo, e faz com que deixem de acreditar na política.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Já não acreditam na política há muito tempo, já não é de agora!

O Orador: Relativamente à questão da mulher, confesso que nunca pensei ouvir tal afirmação, a ideia de que me incomodaria uma mulher falar sobre agricultura.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Vergonha!

O Orador: Mais de 50 % dos cargos dirigentes na Secretaria Regional da Agricultura e Alimentação são ocupados por mulheres.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:

Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: A minha chefe de gabinete é mulher.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Deputado Pedro Neves (PAN): Parabéns!

O Orador: Tenho muito orgulho em debater e dialogar com mulheres na agricultura, porque trazem uma sensibilidade e um raciocínio que por vezes, os homens não têm. Essa complementaridade faz um bom sucesso nas políticas públicas para a agricultura, Muito obrigado.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Eu não me vou dedicar a discutir a questão das vespas das galhas do castanheiro, porque esse assunto, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, está muito bem entregue. Aliás, todos os assuntos na área da agricultura neste Grupo Parlamentar, estão sempre muito bem entregues à Sra. Deputada Patrícia Miranda...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): “Estão entregues”, mas a parte do “bem” é que já não sabemos.

O Orador: ... que é porta-voz do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a área da agricultura, e o trabalho que tem desenvolvido, naturalmente, orgulha-nos.

A Sra. Deputada Patrícia Miranda referiu-se, incomodada, à questão de género e ao

facto de poder ser desconsiderada, reiteradamente, pelo Sr. Secretário da Agricultura pelo facto de ser mulher. Enquanto Deputada, tem essa legitimidade e esse direito.

Sr. Secretário da Agricultura, é por isso que peço a palavra: é verdade, de facto, que a Sra. Deputada Patrícia Miranda, pela sua competência, pela sua assertividade e pelas perguntas pertinentes — e, pelos vistos, incomodativas — que faz ao Sr. Secretário, tem sido muitas vezes, na respetiva Comissão Parlamentar e neste Plenário, desrespeitada reiteradamente pelo Sr. Secretário da Agricultura. Basta ouvir aquilo que o Sr. Secretário acabou de dizer, acusando-a de falta de conhecimento.

Ruído na Sala.

E há pouco, depois da primeira intervenção da Sra. Deputada Patrícia Miranda, o Sr. Secretário disse, em aparte, que tinha acabado de ouvir “um conjunto de tolices”. Isso não é aceitável para um membro do Governo; não é correto, nem qualifica a democracia, que um membro do Governo se dirija a outro deputado — seja do PS ou de qualquer bancada — nesses termos, Sr. Secretário.

A segunda questão que quero referir tem a ver com o exercício permanente que o Sr. Secretário muitas vezes faz — e que alguns colegas seus também fazem — numa tentativa de condicionar o Grupo Parlamentar do PS, ou qualquer outro grupo parlamentar da oposição. Frequentemente, tenta-se confundir as críticas que qualquer partido da oposição faz ao Governo com críticas aos técnicos dos respetivos departamentos do Governo.

Sr. Secretário, isso não é correto nem aceitável. Nós estamos aqui a afirmar aquilo em que acreditamos, defendendo o nosso projeto político, fazendo críticas diretas e contundentes ao Governo Regional. Não estamos a criticar aos técnicos da administração pública. Nunca foi assim, e tentar confundir as pessoas e misturar essas questões não é correto, não é aceitável, desqualifica a democracia parlamentar e tenta confundir as pessoas.

Quando o Grupo Parlamentar do PS critica o Governo pelas suas políticas, pelas suas ações ou inações, está a criticar o Governo, não a desmerecer, prejudicar ou maltratar o trabalho que os técnicos da administração pública desenvolvem, e que não merecem ser invocados nesses termos, por nenhum Membro do Governo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Alimentação** (António Ventura): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, tanto que o senhor critica este Governo, tantos chavões que utiliza para o qualificar os Membros do Governo. E Sr. Deputado, o senhor já foi Secretário, já esteve deste lado.

A minha voz, aquilo que eu digo aqui, aquilo que eu represento, é toda a Secretaria da Agricultura, tudo o que faz de bem e tudo o que faz de mal.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: Quando eu disse que a Sra. Deputada põe em causa o trabalho dos técnicos, é porque efetivamente, estiveram 5 anos a trabalhar e eu represento-os aqui enquanto Governo...

Deputado Paulo Gomes (PSD): Ora bem!

O Orador: ... enquanto tutelar da pasta. Sou a voz do trabalho da Secretaria, sou a voz daquilo que efetivamente fizeram, desde um assistente operacional, um assistente técnico até a um técnico superior. É essa a minha responsabilidade.

Deputado José Ávila (PS): Isso não é assim.

O Orador: E aquilo que trago aqui é precisamente o trabalho dessas pessoas. Foi isso que eu disse: o trabalho dessas pessoas.

Quando a Sra. Deputada questiona por que razão demorámos um mês, está, na prática, a pôr em causa 5 anos de trabalho desses profissionais. Eu represento-os...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e, por respeito a eles, não posso deixar passar essa acusação aos técnicos, aos assistentes operacionais e aos assistentes técnicos que muito trabalharam para combater esta praga.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Está inscrito o Sr. Deputado João Bruto da Costa, a quem dou a palavra, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu também não era para, a esta hora do dia, falar da vespa-das-galhas-do-castanheiro, nem de qualquer outra praga, mas há aqui algo que tenho de dizer, depois da intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, que não pode ficar por dizer.

O debate não correu bem ao Partido Socialista, independentemente do deputado que interveio em nome do Partido Socialista, o debate não correu bem e levou a uma lição técnica e política por parte do Membro do Governo Regional.

Perante isso, o Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista e a Sra. Deputada que interveio quiseram criar um *fait-divers* sobre a questão do género, do sexo, neste caso, da Deputada que interveio em nome do Partido Socialista.

Para além disso, tentaram criar outro *fait-divers* relativamente à forma como se critica quem intervém e à forma como o Governo se defende dessas críticas.

A verdade é que, quando o Sr. Deputado Berto Messias critica um Membro do Governo, diz que não está a criticar as equipas com quem ele trabalha, mas apenas a ele próprio que aqui está sentado. No entanto, quando um membro do Governo critica um deputado do PS, então já está a criticar a condição feminina, já está a criticar toda a gente e mais alguém que existe neste mundo. Não pode ser assim.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A minha intervenção, curta neste debate, é apenas para dizer ao Sr. Deputado Berto Messias que nós defendemos a liberdade de expressão, a liberdade de crítica e a necessidade de a exercer perante erros e desinformação que, muitas vezes, V. Exa., a sua bancada e o Partido Socialista têm vindo a disseminar pelos Açores, com mentiras e inverdades sobre este Governo, sobre este Parlamento e sobre a política açoriana e principalmente sobre o vosso passado, que não pode deixar de ser criticado, esclarecido e confrontado publicamente quando há desinformação e falsas questões que os senhores aqui levantam, conforme fez a Deputada do seu Grupo Parlamentar, relativamente a um assunto que, muito provavelmente, será aprovado por unanimidade. Muito obrigado.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo:
Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Eu, de facto, não esperava participar tantas vezes num debate sobre a vespa-das-galhas-do-castanheiro, mas, assim sendo, cá estou.

A intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa e a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura dizem muito...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E tinha muito mais para dizer!

O Orador: ... sobre a perspetiva que o PSD e o Sr. Secretário Regional da Agricultura têm sobre a sua tutela, sobre a sua administração, fazendo crer que são donos da administração...

Deputado Paulo Chaves (PSD): Oh, pelo amor de Deus! Onde isto já chegou!

Protestos de alguns Deputados da bancada do PSD.

O Orador: ... e que tudo aquilo que aqui dizem é em nome de todos os funcionários e da valorização desses funcionários, numa visão que eu diria ser maniqueísta.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Maniqueísta é a sua intervenção Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Mas os senhores sabem o que quer dizer essa palavra, Srs. Deputados!?

O Orador: Reitero tudo aquilo que já afirmei: não é correto.

Não é correto e trata-se de uma tentativa de condicionamento quando Membros do Governo, ao serem criticados politicamente pelos partidos da oposição, vêm dizer que essas críticas são dirigidas aos técnicos da administração pública que trabalham nos seus departamentos.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Não nos podemos defender, só podemos ser atacados!

O Orador: As críticas não são às equipas com quem trabalham, nem aos técnicos da administração pública. Isso é uma tentativa de condicionamento dos partidos da

oposição. Aliás, é semelhante a outras tentativas que os senhores fazem quando dizem que criticar o Governo é criticar os Açores, ou que é “puxar os Açores para baixo”.

Quem fazia esse tipo de argumento era a União Nacional, quando afirmava que criticar o Governo era criticar o país.

São tentativas de condicionamento com as quais não podemos compactuar.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, infelizmente, aquilo que o senhor veio fazer neste debate foi, mais uma vez, tentar passar um pano sobre aquilo que aconteceu...

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): Uma borracha!

O Orador: ... fazendo de conta que a Sra. Deputada do seu Grupo Parlamentar não disse o que disse relativamente ao trabalho desenvolvido, quer em termos de estudo, quer na procura de soluções para esta praga, através de métodos tradicionais.

Quando criticou esse trabalho, não criticou o membro do Governo — que, eventualmente, coordenava ou acompanhava o processo, à procura de respostas — mas sim quem efetivamente realizou esse trabalho.

E foi isso que o Sr. Secretário fez: defendeu a sua equipa. E, quando falamos da sua equipa, falamos de toda a administração regional...

Deputado José Ávila (PS): É falso! Isso é falso!

O Orador: ... que, nesta matéria, desenvolveu um trabalho que é de salutar e que não

merece a crítica que foi feita pela bancada do Partido Socialista.

Portanto, o senhor tem de aprender a lidar com a crítica...

Deputada Inês Sá (PS): E o senhor também!

O Orador: ... e, sobretudo, a aceitar que se possa dizer aos Deputados do Partido Socialista que, quando difundem desinformação — ou *fake news*, como aqui aconteceu — e tentam atacar o membro do Governo pelo trabalho desenvolvido na respetiva Secretaria, estão, na prática, a atacar toda a administração. Porque o trabalho não é feito por uma só pessoa; é feito em equipa e de forma solidária por toda a administração pública.

Sr. Deputado, com as funções que já desempenhou no Governo, com o percurso que tem nesta autonomia e neste Parlamento, deveria ser o primeiro a criticar qualquer deputado da sua bancada que colocasse em causa o trabalho da administração apenas para atacar o Governo Regional.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se dúvidas houvesse, a intervenção do Sr. Deputado João Bruto da Costa diz tudo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda bem!

O Orador: Nem me vou referir às acusações infundadas de *fake news* e desinformação. O trabalho do Grupo Parlamentar do PS é conhecido de todos. Está visível nas nossas redes sociais: aquilo que afirmamos, que defendemos e que propomos é absolutamente claro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E foi por isso que disse o que disse!

O Orador: E vamos, Sr. Deputado, continuar a fazê-lo.

Aquilo que não posso permitir, e vou levantar-me quantas vezes forem necessárias nesta cadeira para afirmá-lo, é que não é correto nem adequado que Membros do Governo tentem confundir as pessoas e vitimizar-se, dizendo que quando há uma crítica ao Governo, nós estamos a criticar todos os técnicos da administração pública e dos departamentos que eles tutelam.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): No caso particular é!

O Orador: Isso é uma tentativa de condicionamento do Grupo Parlamentar do PS e da oposição, com a qual jamais compactuaremos.

E Sr. Deputado João Bruto da Costa, devolvo-lhe a afirmação: o senhor, os seus colegas e os Membros do Governo têm de se habituar à crítica, às perguntas, às questões e ao escrutínio. É isso que temos feito e é isso que naturalmente, vamos continuar a fazer. Muito obrigado.

Secretário Regional da Agricultura e Alimentação (António Ventura): E o Grupo Parlamentar do PS tem de se habituar às respostas! Se eu tivesse tempo, respondia!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 54/XIII...

Ruído na Sala.

Srs. Deputados, há um momento nesta Casa em que não há apartes: são os momentos das votações.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 54/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a implementação urgente de medidas de combate à vespa-das-galhas-do-castanheiro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

O Projeto de Resolução n.º 54/XIII foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL, com 1 voto de abstenção do PAN.

Presidente: Vamos avançar na nossa agenda.

Sr. Deputado José Pacheco, para uma interpelação, faça o favor.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Encerramos, então, atendendo ao nosso horário, e recebemos os nossos trabalhos.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 29 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputado que entrou durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Deputado que faltou à sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Os Serviços da Redação.